

O Futuro da Educação Superior e a Sociedade

Sessões da Comissão UnB.Futuro
Volume 1



O Futuro da Educação Superior e a Sociedade

*Sessões da Comissão UnB.Futuro
Volume 1*

UnB.FUTURO

O FUTURO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A SOCIEDADE

Sessões da Comissão UnB.Futuro
Volume 1

O Futuro da Educação Superior e a Sociedade

Cristovam Buarque
Mozart Neves Ramos
Lauro Morhy
Paulo Speller
Adib Jatene
Naomar de Almeida Filho
Edward Madureira Brasil
Pascal Smet
Alvaro Toubes Prata

Jaime Martins de Santana, Isaac Roitman e Fernando Oliveira Paulino
(Organizadores)
Prefácio de Ivan Camargo

Comissão UnB.Futuro

Integrantes: Adalgisa do Rosário, Aldo Paviani, Daniele Perdomo, Ellen Fensterseifer Woortmann, Fernanda Sobral, Fernando Oliveira Paulino, Fernando Molina, Geralda Dias Aparecida, Isaac Roitman, Jaime Santana, José Carlos Coutinho, Luis Humberto Miranda Martins Pereira, Marcos Formiga, Neuza Meller e Vladimir Carvalho.

Capa Cris Nascimento
Diagramação Cris Nascimento
Apoio Universidade de Brasília



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UnB

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro – Faculdade de Comunicação, Brasília - DF,
CEP: 70910-900, BRASIL

Telefone: +55 61 3107-6627

E-mail: fac.livros@gmail.com

DIRETOR

Fernando Oliveira Paulino

VICE-DIRETORA

Liziane Guazina

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO

Dácia Ibiapina, Elen Geraldês, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e
Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)

César Bolaño (UFS), Círcia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard Rebouças
(UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofoletti (UFSC).

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)

Delia Covi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo Cimadevilla
(Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng (Finlândia) e
Madalena Oliveira (Portugal).

Catálogo na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica

CDU: 378

O Futuro da Educação Superior e a Sociedade. Sessões da Comissão UnB.Futuro /
Organização: Jaime Martins de Santana; Isaac Roitman; Fernando Oliveira Paulino – 1. ed.
– Brasília: FAC-UnB, 2016.

148p.; 23cm

ISBN 978-85-93078-08-8

1. Educação superior. 2. Universidade de Brasília. I. Título. II. Tema.

CDD: 353.8

CDU: 378

DIREITOS DESTA EDIÇÃO CEDIDOS PARA A FAC-UnB. Permitida a reprodução total ou
parcial, por qualquer meio desde que citada a fonte.

Sumário

Prefácio	11
<i>UnB.Futuro: espaço para reflexão e formação</i> Ivan Camargo	
Introdução	13
<i>A Comissão UnB.Futuro: diálogo entre universidade e sociedade</i> Jaime Martins de Santana; Isaac Roitman; Fernando Oliveira Paulino	
Capítulo 1	19
<i>O que é necessário fazer para que a universidade seja vanguarda no pensamento contemporâneo?</i> Cristovam Buarque	
Capítulo 2	29
<i>O Brasil que queremos e a universidade que precisamos</i> Mozart Neves Ramos	
Capítulo 3	39
<i>Autonomia universitária</i> Lauro Morhy Paulo Speller	

Capítulo 4	61
<i>A universidade e o futuro da Medicina</i>	
Adib Jatene	
Capítulo 5	75
<i>Anísio Teixeira e a nova Universidade Nova</i>	
Naomar de Almeida Filho	
Capítulo 6	111
<i>As universidades federais e o desenvolvimento do país: potencialidades e fatores limitantes</i>	
Edward Madureira Brasil	
Capítulo 7	23
<i>Internacionalização da universidade</i>	
Pascal Smet	
Capítulo 8	135
<i>A Inovação na universidade do século XXI</i>	
Alvaro Toubes Prata	

Prefácio

UnB.Futuro: Espaço para reflexão e formação

*Ivan Camargo*¹

Olhar para o futuro é algo muito estratégico e o papel da universidade deve ser pensar grande. Uma das boas funções do cargo de reitor tem sido poder participar das sessões da Comissão UnB. Futuro, iniciativa exitosa coordenada pelo Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação em parceria com o Núcleo do Futuro da Universidade de Brasília. Além das palestras de personalidades de alto nível, temos o privilégio de acompanhar debate que reúne público qualificado interno e externo à comunidade acadêmica.

Este primeiro volume de *O Futuro da Educação Superior e a Sociedade* reúne os resultados do primeiro ano de atividade da Comissão UnB.Futuro. Espero que os leitores tenham a oportunidade de apreciar os resultados das conferências que têm contribuído para o aprimoramento das ações de ensino, pesquisa e extensão da UnB.

Parece-nos essencial criar e fortalecer espaços nos quais sejam propostos caminhos para uma universidade em contato com as demandas sociais e com os avanços científicos e tecnológicos.

¹ Ex-Reitor da Universidade de Brasília (2012-2016).

As sessões também reforçam o diálogo entre a instituição e a sociedade e fornecem aos gestores ideias pautadas na inovação. Não há dúvida de que a realização de eventos de tal magnitude promove a integração da comunidade universitária, traz vida aos *campi* e, sobretudo, evidencia o valor da diversidade e o respeito às diferenças no ambiente acadêmico.

Boa leitura.

Introdução

*Jaime Martins de Santan*²

*Isaac Roitman*³

*Fernando Oliveira Paulino*⁴

A Comissão UnB. Futuro: diálogo entre universidade e sociedade

Este livro reúne as sínteses das conferências realizadas no primeiro ano de funcionamento da Comissão UnB.Futuro, criada durante a gestão do professor Ivan Camargo, como Reitor, Sônia Bão, Vice-Reitora, e Jaime Santana, Decano de Pesquisa e Pós-Graduação na Universidade de Brasília.

Com a presença de personalidades da área da Educação, da Cultura e da Ciência e Tecnologia, as discussões têm mobilizado professores, especialistas, técnicos e estudantes de graduação e de pós-graduação em atividades presenciais e a distância. Todas as

² Professor do Instituto de Ciências Biológicas e Ex-Decano de Pesquisa e PósGraduação da Universidade de Brasília (2012-2016).

³ Professor Emérito da Universidade de Brasília e Coordenador do n.Futuros.

⁴ Professor da Faculdade de Comunicação da UnB e Ex-Coordenador Executivo da Comissão UnB.Futuro (2012-2015).

sessões e os eventos relacionados também estão disponíveis no portal da Comissão UnB.Futuro: www.unbfuturo.unb.br

Ao longo de sua história, a UnB exerceu papel importante ao contribuir com a formação de uma consciência nacional de cidadania e proporcionar um espaço para o surgimento de ideias libertárias, vanguardistas e democráticas. Segundo Albert Einstein, a distinção entre passado, presente e futuro é apenas uma ilusão teimosamente persistente.

Em 2011, foi instituída a Comissão UnB 50 anos para conduzir as celebrações do Jubileu da Universidade. Os trabalhos dessa equipe, que contaram com a participação de professores eméritos, representantes da comunidade acadêmica e convidados externos, resultaram em uma produção de, entre outras ações, debates, exposições, documentos, livros, vídeos, mostra de filmes, conforme exposto na página: www.unb50anos.com.br.

As reflexões na Comissão UnB 50 anos permanentemente apontavam que as análises sobre o passado e o presente poderiam inspirar ações virtuosas no futuro. Nesse contexto, a administração superior da UnB propôs a criação de um comitê que teria a missão de pensar o futuro da Universidade. Assim, de forma coordenada pelo DPP, surgiu a Comissão UnB.Futuro.

UnB.Futuro como espaço para reflexão e formação

A Comissão UnB.Futuro tem proporcionado espaço para a reflexão e proposição de ideias e ações para construir um modelo de universidade compatível com a realidade e as demandas do século XXI, com o eixo principal do aprimoramento da qualidade de seus cursos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Espera-se que esse espaço esteja sendo uma usina de ideias, *think tank*, que aponte para uma universidade harmonizada com a demanda da sociedade na formação de recursos humanos e no avanço científico e tecnológico das próximas décadas.

A UnB.Futuro realiza encontros mensais orientados por uma temática. Conforme o tema, é convidado um especialista para proferir uma conferência introdutória seguida de um amplo debate de pelo

menos duas horas. Essas reuniões são registradas por gravação de som e imagem. Uma equipe editorial tem divulgado cobertura jornalística do encontro no portal da Comissão: www.unb futuro.unb.br e da UnB: www.unb.br

Além de textos jornalísticos, as reflexões e as sugestões estão sendo registradas e compõem esta série publicada pela Editora Universidade de Brasília. Cada volume registra o conjunto de sessões anuais. Este primeiro número traz documentos sínteses revisados pelos conferencistas de 2013.

No primeiro capítulo, Cristovam Buarque, ex-reitor da UnB e senador da República, apresenta ideias do que ele considera ser necessário para que as universidades estejam na vanguarda do pensamento contemporâneo. Para isso, o professor Cristovam realiza genealogia da construção da educação superior e apresenta ações que levem a rupturas de práticas de isolamento.

O segundo texto do livro, *O Brasil que queremos e a universidade que precisamos*, foi desenvolvido por Mozart Neves Ramos, ex-reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e ex-secretário da educação do estado de Pernambuco. À luz de sua experiência como gestor e acadêmico, Mozart descreve a necessidade de uma formação que alie conhecimento e aplicação científica.

Autonomia universitária é o tema da terceira parte do livro, que conta com considerações de Lauro Morhy, ex-reitor da UnB, e Paulo Speller, ex-reitor da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e da Unila e ex-secretário de Educação Superior. Os autores realçam a importância de se alcançar autonomia gerencial, administrativa, de gestão financeira e patrimonial das instituições de ensino superior que permita fortalecer as ações de ensino, pesquisa e extensão.

A partir do tema *A universidade e o futuro da Medicina*, o professor e ex-ministro da Saúde Adib Jatene fez uso de uma concisa série de dados para revisar a história da Medicina no Brasil, num paralelo com o sistema público de saúde. O cardiologista pontuou falhas estruturais na distribuição das escolas de Medicina e no número de vagas nas diversas regiões do país e no aumento das faculdades particulares frente às públicas.

Segundo os dados apresentados pelo professor, o Brasil aplica mais recursos no sistema privado do que no sistema público de saúde, ao contrário do que acontece em países como a França, a Alemanha e a Inglaterra. Enquanto os gastos no setor privado estão na faixa de R\$ 2,8 mil *per capita*, no público esta média está em R\$ 793.

Reitor da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Naomar se respaldou no trabalho de seu conterrâneo Anísio Teixeira (1900-1971): construir uma universidade que atenda a nova conjuntura social e econômica do Brasil. Entre os pilares da UFSB, inspirada no conceito de Universidade Nova de Anísio, estão: inclusão social, compromisso com educação básica, desenvolvimento regional e manutenção da excelência acadêmica. Organizando os períodos letivos em regime de quadrimestres, o reitor planeja um ensino universitário em três ciclos. No primeiro, com duração de três anos, ocorre o Bacharelado Interdisciplinar (BI), voltado para as áreas de ciência e tecnologia, artes, saúde e humanidades. O acesso a este ciclo é facilitado aos estudantes que cursaram todo o Ensino Médio em escola pública. A partir deste ponto, portador de um título de nível superior, o estudante poderá seguir na carreira acadêmica, cursando o mestrado profissional, e seguindo para as etapas seguintes.

Professor Naomar esclarece que a ideia básica não é novidade. Ele cita o exemplo centenário nos Estados Unidos, os *community colleges* ou *junior colleges*, e outras iniciativas em países como Venezuela, Cuba e Suécia.

No capítulo *As universidades federais e o desenvolvimento do país: potencialidades e fatores limitantes*, Edward Madureira Brasil parte de sua experiência como reitor da Universidade Federal de Goiás, somada ao trabalho na presidência da Andifes. Segundo Edward, para que as universidades atuem mais e melhor, é preciso trocar o “não” pelo “sim” e facilitar o trabalho dos docentes, atualmente sobrecarregados por atividades administrativas. Edward contextualiza as atividades das universidades nas últimas décadas, apontando erros e acertos do governo federal, bem como as ameaças, as potencialidades e a vocação do Ensino Superior num país como o

Brasil. Segundo o autor, a história das universidades federais teve um ponto divisor de águas em 2005. Até aquela data, o quadro tinha, entre outras características, a predominância de instituições com um único campus, a introspecção ou ausência de protagonismo diante da sociedade e do governo e políticas públicas insuficientes para o Ensino Superior.

Ex-ministro (2009-2014) da educação da parte flamenga da Bélgica, Pascal Smet oferece conferência sobre *Internacionalização da universidade*. Para ele, o futuro da humanidade está relacionado à migração e, por outro lado, a digitalização pode aproximar pessoas de várias regiões. Smet acredita que vivemos uma revolução educacional com a digitalização do mundo, e que a tabletização (uso dos tablets) tem mudado como a universidade é concebida e como ela funciona. Na visão do ex-ministro, além dos desafios associados às inovações tecnológicas, a evasão escolar e a pouca procura pelos cursos de licenciatura têm preocupado especialistas de países como Bélgica e Brasil. Smet vê mudanças no papel do professor universitário diante da realidade contemporânea. Para ele, o docente não é o único detentor de informações e o papel do professor é sistematizar e dinamizar mais e novos conhecimentos, provocando e sendo provocado pelos alunos.

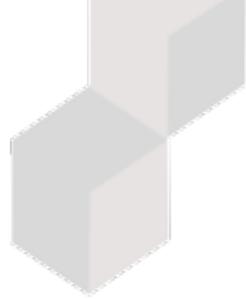
A última sessão de 2013, *A Inovação na universidade do século XXI*, contou com a participação de Álvaro Toubes Prata. Para o ex-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina e ex-secretário nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, é preciso transformar produção científica em benefícios sociais e econômicos.

Prata classifica a maior parte da inovação praticada no país como frugal, em contraposição à inovação estruturada, em que os processos são controlados, de alto custo e com sinais claros de esgotamento. Entre as características do processo brasileiro de inovação, acredita que poderia ser o lado positivo do famoso “jeitinho brasileiro”: oportunidades nas adversidades, o fazer cada vez mais com menos, flexibilidade no pensar e ações inclusivas e apoiadas na intuição.

UnB.Futuro e os desafios da Universidade

A educação superior, nos próximos anos, tem vários desafios que pautam os debates das sessões da Comissão UnB.Futuro. Entre eles: a) o atendimento da demanda para o acesso à educação superior e a necessidade de mais inclusão social; b) o desafio de admitir os melhores talentos entre os estudantes e romper barreiras socioeconômicas, étnicas ou de gênero; c) o aprimoramento dos mecanismos de apoio à permanência estudantil; d) a formação de recursos humanos que possam ter uma atuação profissional flexível e interdisciplinar; e) a realização de modelos inovadores de Ensino Superior que permitam explorar o potencial das novas tecnologias de informação e de comunicação; f) o papel da universidade na melhoria da qualidade do ensino básico; g) a consolidação do papel da universidade no projeto de desenvolvimento social e econômico do Distrito Federal e do país; h) a produção de saber de qualidade e de impacto para o aperfeiçoamento da ciência e para o desenvolvimento tecnológico com foco na melhoria da qualidade de vida da sociedade; i) a internacionalização das atividades acadêmico-científicas. Ao refletir sobre o horizonte das próximas décadas, várias questões emergem: qual será o papel da modalidade do ensino presencial *versus* ensino a distância? O atual padrão de carreira universitária será mantido? Como a universidade do futuro se relacionará com outras instituições de pesquisas – locais, nacionais e estrangeiras? A universidade do futuro será um lugar ou um conceito, em rede, de tudo que une a busca de um saber, não só Ensino Superior? Como a universidade deveria se relacionar com o setor produtivo e com o Estado? A universidade de excelência requer autonomia?

CAPÍTULO 1



O que é necessário fazer para que a universidade seja vanguarda no pensamento contemporâneo?⁵

Cristovam Buarque⁶

A Síndrome dos Conventos

A crise que a universidade vive é mais profunda do que a falta de recursos. Vivemos uma crise do conceito de universidade.

A universidade é produto da falência dos conventos como geradores de saber. Mil anos atrás, o conhecimento dos conventos entrou em crise quando o Ocidente começou a descobrir os textos clássicos que se chocavam com os textos teológicos, que amarravam o pensamento. Esses textos greco-romanos chegaram através dos árabes e dos judeus e os conventos não conseguiram adotá-los. Foi então que começou a surgir o que passou a se chamar universidade.

Isso deve servir como lição: se não formos capazes de entender

⁵ Sessão realizada em 06/05/2013, no Auditório da Reitoria da Universidade de Brasília.

⁶ Senador da República e ex-reitor da Universidade de Brasília.

que mil anos depois uma crise profunda ameaça a universidade, e que podemos nos transformar nos conventos do século XXI e surgirão outras entidades de geração de saber vanguardista, seremos superados, perdendo a função milenar de geradores do conhecimento superior. De certa maneira, já estamos sendo substituídos aos poucos por outras entidades. Algo novo está surgindo fora da universidade, como local de pensar, de fazer avançar o conhecimento. As universidades corporativas, os cursos a distância que a universidade muitas vezes recusa, os institutos de pesquisas dentro de empresas, certas ONGs de reflexão foram surgindo nas últimas décadas. Se não entendermos isso não vamos encontrar um novo rumo, abriremos mão da oportunidade de nos transformarmos outra vez no centro onde as ideias do futuro são pensadas.

Suponho que três razões fundamentais provocam essa crise:

A primeira é a velocidade com que o conhecimento avança fora do *campus*, de forma mais rápida do que dentro da universidade. A universidade fica para trás porque o conhecimento está sendo criado, em diversos lugares, mais rapidamente do que dentro da universidade.

Segundo, porque o conhecimento se dissemina em uma velocidade tão grande que pode se considerar de forma imediata. Quando surge, ele se divulga instantânea e internacionalmente, sem precisar passar por dentro da universidade. Quando descobriram a América, as universidades tiveram tempo para definir a Nova Geografia, antes de disseminá-la. Hoje não há essa intermediação. As coisas que são inventadas e descobertas chegam ao conhecimento público instantaneamente, por fora das redes formais de ensino. Essa é segunda razão da crise. Na primeira, perdemos velocidade na geração de conhecimento, nesta estamos perdendo velocidade na disseminação do conhecimento.

A terceira, talvez ainda um pouco ofuscada, é uma crise ética. Decorrente do fato de que o nosso produto, que sempre automaticamente serviu rumo a utopias, hoje serve também para construir distopias. A biotecnologia pode ser o vetor da utopia da saúde e da longevidade, ou instrumento para quebrar a semelhança entre

os seres humanos. Nesta era do Antropoceno, o poder do conhecimento é capaz de mudar até mesmo a realidade geológica, as características climáticas e biológicas das espécies. Isso exige uma ética reguladora, porque sem ela vamos caminhar para um conhecimento a serviço de uma parcela da população e usada em benefício dos ricos das gerações atuais, destruindo o que as próximas gerações deveriam utilizar.

Essas três razões exigem uma reflexão sobre o nosso papel e os novos caminhos, para novamente estarmos à frente do conhecimento e, ao mesmo tempo, voltarmos a ser o ponto de partida da disseminação do conhecimento, com valores éticos que permitam assegurar que seremos instrumentos de utopias, e não de distopias.

Soma-se a estes problemas o apego conservador da comunidade universitária que freia as mudanças de que a universidade precisa. Em alguns casos, os que pensam o novo são obrigados a sair da universidade para poder pensá-lo; ou criam espaços novos dentro da universidade, separados da estrutura tradicional. Porque a universidade reage aos novos padrões de universidade. Uma tese de doutorado leva quatro anos. Quando pronta, já está superada. O orientando tem que se adaptar ao orientador, logo é um pensamento velho. Novos temas surgem e não sabemos como adotá-los porque eles não se enquadram nos departamentos tradicionais; certos cursos ficam obsoletos, e não sabemos como aproveitá-los.

A universidade não se coloca na fronteira do futuro para pensá-lo; nem na fronteira da própria universidade para reestruturar-se.

Lembro-me da dificuldade que foi criar na UnB o departamento de Ciências da Computação, porque os professores da Estatística, da Matemática, da Engenharia Elétrica não queriam se juntar em uma nova área do conhecimento. Diziam que não existia Ciência da Computação, existiam Matemática, Estatística e Engenharia Elétrica. Foi duro transformar um grupo de professores de cada um desses departamentos em um departamento novo, que hoje é um dos mais promissores departamentos da UnB. Lembro a dificuldade dos professores da arquitetura em trocar a régua "T" pelo computador. Lembro também a dificuldade ainda existente para a adoção do ensino a distância.

Temos o costume medieval de aulas presenciais quando a necessidade de aula presencial, na maior parte dos cursos, já não se justifica. Hoje, o pensamento de um pesquisador pode chegar ao aluno sem passar por dentro do *campus*. Os atores de teatro foram contrários ao cinema, diziam que ele perverteria a arte da dramatização, que a dramaturgia exigia o contato processual entre ator e espectadores. Por isso, muitos atores não conseguiram dar o salto do palco para a tela. Imagine se, em nome da qualidade teatral, Charles Chaplin não pudesse ser ator de cinema. É isso que às vezes a gente faz ao recusar o uso das técnicas que permitem o ensino a distância. Às vezes, com o argumento de que diminui a qualidade. Nada indica que uma aula bem preparada para ser dada a distância tem qualidade inferior a uma aula presencial. Mas se for inferior, a saída não é impedir o uso da moderna técnica, mas encontrar formas de fazê-la melhor. Como foi feito no cinema. A aula pode ser planetária, como finalmente já praticam muitas das melhores universidades do mundo. As que se recusarem, vão sofrer a síndrome dos conventos.

Para livrar-se da síndrome dos conventos, voltar a ser vanguarda na criação e na divulgação de conhecimento e dar um rumo ético à universidade, sem impedir sua liberdade criadora, será preciso refundá-la.

Algumas Mudanças Convenientes

A primeira sugestão é trazer os novos temas para dentro da universidade. Isso tem uma dificuldade: em geral os novos termos não cabem em nenhum departamento isolado. Dentro de um departamento é possível fazer avançar a teoria sobre um tema, mas dificilmente é possível saltar para um novo campo de estudo.

A estrutura multidisciplinar é fundamental para trazer temas novos para dentro da universidade. A multidisciplinaridade é onde se formam os novos pensamentos, montando, como numa esquina, pensamentos variados do presente, gerando uma nova área do conhecimento para o futuro. Os núcleos multidisciplinares são o ber-

ção de novos conhecimentos. Mas, prisioneira dos departamentos, a universidade demora a adotar temas que exigem a complexidade da multidisciplinaridade.

Uma segunda sugestão é não esconder a obsolescência.

A velocidade com que o saber avança leva à morte conhecimentos tradicionais, e faz com que certos departamentos fiquem obsoletos. A Química abandonou a Alquimia. Hoje temos alguns cursos que estão tão superados quanto a alquimia, mas insistimos em mantê-los e a seus professores.

Por outro lado, há cursos que exigem cinco anos para formar um profissional, quando no computador já se consegue resolver os problemas para os quais ele foi formado. Não justifica continuar nesse esforço de pôr alguém para se formar em cinco anos, para fazer alguma coisa que está totalmente dentro da memória e dos sistemas de processamento de um computador.

A terceira sugestão é dar flexibilidade à duração dos cursos. Não se justifica demorar hoje o mesmo tempo que demorava antes para oferecer um curso cuja aprendizagem pode ser conquistada em tempo menor, graças ao uso do computador e de outras técnicas pedagógicas. Com o Google, o tempo para pesquisas bibliográficas que antes demoravam semanas ficou reduzido a minutos.

A quarta é fazer o ensino e a aprendizagem serem permanentes. Para um profissional se manter na vanguarda do conhecimento de sua área, é preciso que não pare seu curso até o último momento de sua carreira; e que se prepare para saltar de uma carreira a outra. Isso acontece todos os dias na Medicina. Um remédio é superado por outro, uma maneira de fazer cirurgia é superada por outra. Raramente foi na universidade que o médico aprendeu a usar seus equipamentos ou a receitar seus remédios, porque quando ele estudava na universidade não existia o equipamento ou o remédio. Em breve o “remédio” vai ser feito conforme a pessoa, de acordo com seu organismo pessoal; a engenharia genética vai substituir a farmacologia. Já não se trata de fazer avançar a farmacologia, trata-se de substituir a farmacologia. Ouvi uma psicopedagoga dizer que quase tudo que aprendeu no seu curso na universidade ficou supe-

rado depois do surgimento e da disseminação da internet e da telefonia celular. Não apenas criando novos problemas, mas formando um novo tipo de adolescente, que não existia nos livros e nas aulas em que ela estudou.

Não se trata mais de apenas fazer avançar o conhecimento em cada área, trata-se de fazer a ruptura com as próprias características do conhecimento. A crise ecológica vai exigir um novo conceito de economia, não apenas ajustes teóricos na ciência da economia.

Diploma não pode mais ser permanente. O saber e o conhecimento apodrecem mais depressa do que as comidas que compramos nos supermercados. Ninguém come uma comida que venceu o prazo de validade, mas vamos a médicos que, por causa de um diploma, continuam exercendo sua profissão, apesar de seu conhecimento já estar superado.

Uma quinta sugestão é conviver com novos conhecimentos dentro da universidade, e com diferentes conhecimentos fora dela. A universidade não pode ficar isolada; nem internamente, cada departamento como uma caixinha separada das demais, nem externamente em relação aos saberes que nascem fora.

Trazer preocupação ética é a sexta sugestão. Quando o mundo ia bem, e o poder do conhecimento era restrito ao presente e ao redor, não havia necessidade de ética para regular o uso do conhecimento, apenas para controlar o comportamento dos profissionais. O excesso de poder do conhecimento, e o impacto desse conhecimento poderoso em proporções catastróficas, estão exigindo uma ética reguladora. Há uma universidade por trás de cada arma de alta tecnologia. A catastrófica crise ecológica está sendo induzida pelo conhecimento que sai das universidades. A desigualdade social está provocando uma ruptura na identidade genética dos seres humanos que, além de desiguais socialmente, passarão a ser dessemelhantes moralmente e apartados biologicamente. Isso será produto da universidade, ao fazer avançar o conhecimento sem regulamentação ética.

Quem tem esse poder precisa de responsabilidade. O problema é como ter uma ética sem se submeter a ela no momento da produ-

ção de conhecimento. Um caminho é dividir o conhecimento: a área científica tem que ser totalmente livre, a área tecnológica tem de ser controlada eticamente. Enquanto a ciência descobria que $E=mc^2$, tudo estava bem, era um produto da epistemologia científica e da estética, não havia necessidade de uma ética. Quando se transforma em base para um produto da tecnologia do armamentismo nuclear, aí precisamos de uma ética que regule seu uso. Para evitar que a liberdade seja tolhida pela vontade política, o caminho é trazer a ética para ser discutida dentro da universidade.

Na Universidade Tridimensional, proposta na UnB em 1986, os Núcleos Culturais, ao lado dos Departamentos e dos Núcleos Temáticos, tinham como finalidade trazer o humanismo para dentro do *campus* e organizar o funcionamento de um Núcleo de Reflexão da Filosofia e da Ética.

É indecente e irresponsável formar hoje um engenheiro mecânico que não tenha uma formação ética consolidada. Isso vale para os químicos, para os médicos e todas as profissões das áreas tecnológicas. A ideia era que todo dia a universidade tivesse um texto para debater a ética relacionada a algum tema daquele momento.

Uma sétima sugestão é como não fugir das informações sem perder a formação. Estamos em um mundo com tanta informação que estamos sendo asfixiados por ela. O problema é como, nesse oceano de informação, fortalecer a formação.

A busca da qualidade é uma oitava sugestão à qual é preciso referir-se, apesar de óbvia. Não merece o nome de universidade a instituição sem qualidade. Sem mérito acadêmico, a universidade é como uma seleção de futebol em que os jogadores são escolhidos por sorteio. Mas, em um tempo de transição, é preciso qualificar a qualidade. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) tem sido fundamental na construção da qualidade universitária, mas ela exerce uma ditadura do conceito de qualidade. Sem as avaliações da Capes, a qualidade desaparece sob o manto de antimeritocracia das corporações; mas, submetida a um padrão antigo, a qualidade está superada.

A nona sugestão é a reforma no conceito de estabilidade. A es-

tabilidade não deve ser plena, ela tem que ser responsável, subordinada a avaliações. É preciso estabilidade do professor em relação ao estado, ao prefeito, ao governador, ao reitor, mas é antiuniversitária a estabilidade plena que garante o emprego, mesmo quando o professor não se prepara, não continua estudando, não dá aula, não cumpre seu papel. Essa é uma estabilidade irresponsável. A estabilidade deve ser em relação ao Estado e à política, não em relação aos propósitos maiores da universidade.

Uma décima sugestão é a busca de autonomia socialmente comprometida. Para criar, a universidade precisa ser livre, precisa de autonomia em relação ao Estado. Mas essa autonomia não deve permitir a construção de um muro separando a universidade do resto da sociedade e dizer que esse resto não interessa. A autonomia deve ser comprometida socialmente.

Reentender o conceito de democracia, quando exercida no espaço universitário, é a décima primeira sugestão. A democracia da gestão da universidade por meio da comunidade foi uma grande conquista, mas ela está amarrando, em vez de libertar, porque foi apropriada por partidos e por interesses de grupos. É preciso encontrar uma maneira de, sem cair no autoritarismo, impedir a ditadura egoísta, arrogante anti-humanista, antipopular e antipatriótica do corporativismo.

A alma da universidade exige avaliação permanente de seus resultados. É preciso, e esta é a décima segunda sugestão, estabelecer com vigor uma auditoria acadêmica, avaliando a instituição na medida em que ela cumpre seu papel, como usina de novos saberes. Porque se ela se torna um mero depósito de velhos saberes, perde a razão de ser, como aconteceu com os conventos na Idade Média.

A Cadeia do Conhecimento

O mais importante passo para enfrentar o desafio atual da universidade é combinar conhecimento universitário com educação básica. É triste ver a luta da universidade para melhorar endogenamente, como se ela pudesse melhorar sem melhorar a educação

básica. Ainda pior, submetendo essa melhoria endógena à necessidade de mais recursos financeiros. Nenhuma universidade é boa se seus alunos não são bem preparados, e esse preparo ocorre na educação básica. Ela se diminui, se apequena, cada vez que um adolescente abandona a escola. E não ocorre plenamente se desperdiçamos cérebros. Cada aluno que abandonou a educação básica teria sido um potencial aluno brilhante na universidade.

É preciso casar conhecimento universitário com educação básica. Só temos hoje 40% terminando o Ensino Médio, destes a metade apenas está perto de merecer entrar numa universidade de qualidade. Mas, em vez de melhorar a qualidade da educação básica, o que temos feito é aumentar o número de universitários, puxando a qualidade para baixo. Nos adaptamos à falta de qualidade na educação básica, em vez de elevar sua qualidade para chegarmos ao que deveria ser uma universidade de qualidade. Por olhar apenas para dentro, a universidade não tem se preocupado com a educação básica, e caminha para sua perda. Pode virar o convento do século XXI, por falta de cérebros com a qualidade e o número que a população oferece biologicamente, mas a escola não oferece intelectualmente.

E para não desperdiçar nenhum cérebro que melhoraria a universidade, é preciso que a qualidade chegue a toda criança, sem exceção.

A Mutação Universitária

Se queremos agir para o futuro,   preciso assumir todo conhecimento como provisório. Inclusive o conhecimento da universidade, seu papel, o conceito de si, sua estrutura. Tudo que sabemos   provisório, está em fase de muta o, e se o conhecimento está em muta o rápida, a institui o onde ele   criado tem que estar em muta o também. Daí a minha satisfa o de estar aqui com vocês para debater o futuro da universidade, pedindo que, se querem falar do futuro, assumam que ela não está bem, e não   apenas uma questão de falta de dinheiro. Vale para a universidade o mesmo que para a

educação básica: se um dia chover dinheiro no quintal das escolas, ele vai virar lama na primeira chuva. Temo que chova dinheiro nos *campi*, porque se a gente não souber aplicar esse dinheiro, ele vira lama. E o pior é que vira lama nos acomodando, atolados nela, sem percebermos que nossos fundamentos estão ameaçados.

O Brasil que queremos e a universidade que precisamos⁷

Mozart Neves Ramos⁸

Penso que esta nossa conversa precisa ser iniciada procurando responder ao seguinte: qual é o Brasil que queremos e a universidade de que precisamos? Que legado queremos deixar para as futuras gerações? O que é preciso fazer para que a universidade amplie seu diálogo com a sociedade e seja de “empurrar a fronteira” do conhecimento?

O Brasil é rico em termos dos bens produzidos, conforme revela seu Produto Interno Bruto (PIB), mas ainda pobre quando se trata de desenvolvimento social. O país se encontra na sétima posição no *ranking* mundial do PIB, mas, por outro lado, está na 84^a posição no *ranking* mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Há, portanto, um grande hiato entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social. O primeiro e grande desafio brasileiro é alinhar esses dois aspectos do desenvolvimento, e só a Educação

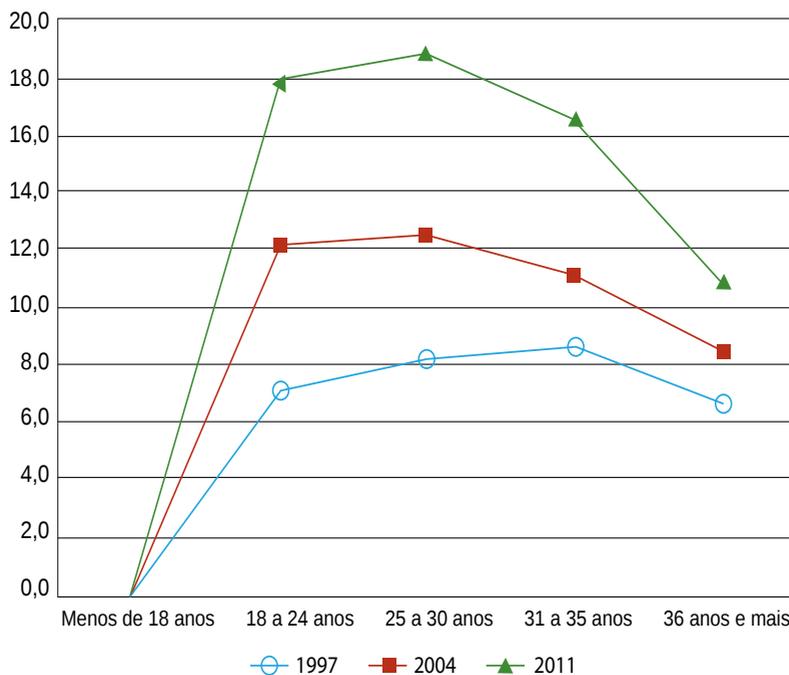
⁷ Sessão realizada em 03/10/2013, no Auditório da Reitoria da Universidade de Brasília.

⁸ Diretor do Instituto Ayrton Senna e ex-reitor da Universidade Federal de Pernambuco (1995-2003).

pode fazer isso. O impacto da Educação na distribuição de renda, por exemplo, é bem conhecido. No Brasil, um ano de escolaridade, em média, impacta a renda de uma pessoa em 15%. Por outro lado, se ela tem apenas o Ensino Fundamental e estende a escolaridade por mais um ano, esse impacto é de apenas 6%. Entretanto, se ela tem Ensino Superior completo e faz uma pós-graduação, um MBA, por exemplo, o impacto já é de 47%.

O Brasil tem melhorado bastante em termos de anos de estudo, considerando a proporção de pessoas que frequentam ou já concluíram o Ensino Superior, conforme mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Proporção de pessoas que frequentam ou já concluíram a Educação Superior por faixa etária – Brasil 1997-2011.



Fonte: IBGE / Pnad

Mas ainda temos um contingente importante de jovens de 18 a 24 anos fora do Ensino Superior, pois apenas 16,7%, nessa faixa etária, frequentam esse nível de ensino. Não é à toa que o novo Plano Nacional de Educação (PNE), recentemente sancionado pela presidente Dilma Rousseff, prevê, para os próximos dez anos, duplicar esse percentual, o que não será uma tarefa simples. Esta era também, na sua essência, a meta para o Ensino Superior no PNE anterior, que se concluiu em 2010. Ou seja, chegar a 33% o percentual de jovens de 18 a 24 anos na universidade, e chegamos apenas aos 16,7%. Isso vai depender fortemente da melhora da qualidade de nossa Educação Básica. Parcela importante dos jovens que hoje cursam o Ensino Superior não tem, de fato, um nível de conhecimento adequado para realizar um curso superior. Essa é a realidade!

Um ponto importante, nessa questão da expansão do Ensino Superior, é o modo como se deu esse processo. Não obstante o grande esforço feito pelas instituições públicas de Ensino Superior nos últimos anos para ampliar a oferta, o crescimento se deu principalmente pelo setor particular, e com um grande incremento da modalidade do Ensino a Distância (EAD), que tem se expandido em média 15% ao ano. Essa última modalidade, longe de ser uma unanimidade entre os educadores de nosso país como oferta de ensino, é uma questão ainda em aberto, o que ficou muito claro na Conferência Nacional de Educação (Conae) de 2010. O tema foi debatido num clima de muita tensão. O certo, porém, na minha opinião, é que o país não poderá “remar contra a maré”, especialmente se levarmos em conta o seu tamanho continental, o grande déficit de professores na Educação Básica e o fato de que os jovens cada vez mais vão precisar de maior flexibilidade de tempo para realizar os estudos; e isso a EAD pode oferecer.

Em outras palavras, o país precisará explicar como vai colocar mais 6 milhões de jovens de 18 a 24 anos no Ensino Superior nos próximos dez anos. Particularmente, considero a Meta 12 do novo PNE a mais difícil de ser cumprida, pois depende não somente de novos recursos, mas também da melhora significativa da Educação Básica e de como se dará essa expansão com qualidade. Desses fa-

tores, a qualidade da Educação Básica é o maior desafio. E por quê?

A Tabela 1 mostra claramente o baixo índice de aprendizagem de nossas crianças e jovens. O resultado mostrado nessa tabela se refere ao percentual de alunos com aprendizado adequado ao final de cada etapa da Educação Básica, em Língua Portuguesa e Matemática.

Tabela 1 – Porcentagem de alunos que aprenderam o que seria esperado ao final de cada etapa da Educação Básica – 2011.

Etapa da Educação Básica	Língua Portuguesa	Matemática
5º ano do Ensino Fundamental	40%	36%
9º ano do Ensino Fundamental	27%	17%
3º ano do Ensino Médio	29%	10%

Por essa tabela, podemos ter uma ideia do tamanho do desafio brasileiro. O mais crítico dos percentuais é o de Matemática ao final do Ensino Médio; de cada 100 alunos que concluem essa última etapa da Educação Básica, apenas 10 aprenderam o que seria esperado – isso incluindo alunos das redes públicas e particulares de ensino. Essa é a fotografia, mas o filme também é ruim: basta olhar a Tabela 2, que mostra o quadro da aprendizagem de Matemática de 1999 para 2011.

Tabela 2 – Percentual de alunos com aprendizado adequado em Matemática – 1999-2011.

Etapa da Educação Básica	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011
5º ano do Ensino Fundamental	14%	15%	15%	19%	24%	33%	36%
9º ano do Ensino Fundamental	13%	13%	15%	13%	14%	15%	17%
3º ano do Ensino Fundamental	12%	12%	13%	11%	10%	11%	10%

É gratificante observar a expressiva melhora nos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente de 2003 para cá; por outro lado, o país está literalmente estagnado nas duas outras etapas, e num patamar muito baixo. Como expandir as matrículas no Ensino Superior, em particular nas áreas de exatas e de tecnologia, em que o Brasil mais precisa de profissionais, com um índice tão baixo de aprendizagem? Essa é a questão. A chamada Escola do Jovem é, sem dúvida, o maior desafio brasileiro para os próximos anos. Falta professores com boa formação acadêmica e aptos a “enfrentar” uma sala de aula numa escola pública. E falta também um currículo que dialogue com o mundo juvenil. Isso tem tudo a ver com a universidade! Mas não basta dizer que é importante: na minha opinião, a universidade não toma conhecimento como deveria dessas questões. Um retrato dessa ausência de prioridade: nunca vi, ao longo de todos esses anos, a universidade discutir os resultados da Prova Brasil e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que medem a qualidade da aprendizagem escolar na Educação Básica. Parece que isso não é com ela! Um dos caminhos, caso a universidade queira de fato colocar na sua agenda de prioridade

a Educação Básica, é introduzir na avaliação da Pós-graduação um indicador que possa aferir o real nível de seu envolvimento com esse setor da Educação. Por exemplo, quantos alunos têm formado nas suas licenciaturas. Para que a universidade mude a sua forma de trabalhar com a Educação Básica, é preciso ter consequências do ponto de vista do resultado da avaliação e dos recursos a serem repassados, caso contrário, essa questão continuará a ser apenas importante, mas não prioritária.

Ainda na Tabela 2, a estagnação em Educação representa infelizmente um retrocesso, pois se a distância educacional já era grande em relação aos países que estão no topo da Educação mundial, ela tenderá a aumentar, já que eles não estão parados – ao contrário, ao longo dos anos, países como Finlândia, Polônia, Coreia do Sul, Cingapura e Canadá – apenas para citar alguns – têm feito esforços importantes nesse sentido. Isso se reflete nos resultados da avaliação do Pisa, que mede o nível de aprendizagem de alunos com 15 anos de idade em Leitura, Matemática e Ciências, em que o Brasil ocupa as últimas posições. Um fator comum a esses países que vêm promovendo a elevação da aprendizagem é o grau de atratividade dos jovens pela carreira do magistério.

Ao contrário do que acontece no Brasil, nesses países há um grande interesse dos jovens em ser professor; isto é “objeto de desejo” da juventude. Por isso, em nosso país é muito comum, infelizmente, nos depararmos com um fato que vi *in loco* quando secretário de Educação de Pernambuco: professor formado em geografia dando aula de química, ou de história dando aula de física. Assim, não fica difícil compreender por que estamos num patamar tão baixo em termos de aprendizagem no Ensino Médio. O desafio está na formação inicial e continuada de nossos professores – além da questão salarial e da carreira, em termos de um plano que contemple desempenho e formação ao longo da vida. A formação inicial deixa muito a desejar, não dialoga com o “chão da escola” – muita teoria e pouca prática. É preciso mudar radicalmente os nossos currículos de formação de professores para reverter o atual quadro de baixa atratividade pela carreira do magistério em nosso país. Isso vai exi-

gir, na prática, um grande pacto federal envolvendo as três esferas de governo e as universidades. Precisamos de uma liderança que conduza esse processo. Outro ponto para o qual as universidades precisam acordar de vez é a questão da internacionalização, que ainda se manifesta de maneira muito tímida e localizada em algumas universidades, diferentemente do que já se observa há várias décadas nas universidades europeias e americanas. Na Europa, por exemplo, com o advento da Convenção de Bolonha, em consequência da criação da Comunidade Europeia, a mobilidade de estudantes cresceu exponencialmente, promovendo a dupla titulação, o reconhecimento de estudos em mais de uma universidade e a adoção de um sistema único de avaliação de qualidade pelo Conselho de Reitores da Europa.

No Brasil, a internacionalização ganhou força e escala com o programa Ciência sem Fronteira, implantado no atual governo, cuja meta consiste em beneficiar estudos no exterior para 100 mil alunos brasileiros. Observa-se atualmente no Brasil a chegada de escritórios de representação de renomadas universidades estrangeiras, que veem em nosso país não apenas um nicho importante de demanda por Ensino Superior, mas também de oportunidades para novos negócios. As nossas universidades – poucas, é bem verdade, como a Universidade de São Paulo (USP) – também já começam a abrir escritórios para atuar em outros países. Entretanto, nossas universidades precisariam não só adotar um segundo idioma, preferencialmente o inglês, no currículo obrigatório, como oferecer para os alunos estrangeiros disciplinas em inglês, espanhol e, em um breve futuro, em mandarim. Além disso, a nossa legislação acadêmica é muito retrógrada, e dialoga pouco com as necessidades de uma internacionalização institucional. Um claro exemplo disso é o tempo requerido para o reconhecimento de diplomas de Ensino Superior de cursos realizados fora do país, que supera as expectativas dos mais pacientes. Outro tema que precisa ser mais bem resolvido no futuro é, no meu entendimento, a relação entre as universidades e as empresas. Diferentemente do que acontece em universidades estrangeiras, cujo orçamento é alavancado substancialmente pe-

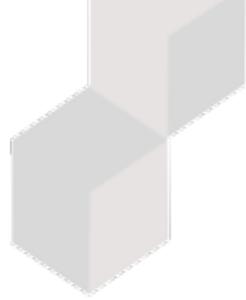
los recursos de convênios e contratos com empresas, no Brasil isso ainda não ocorre, seja por questões ideológicas, seja por questões legais, na óptica dos órgãos de controle. Quem perde com isso é o país, que vem caindo gradualmente no *ranking* da competitividade mundial. Isso leva muitas vezes o professor pesquisador a ter uma abordagem pontual e pessoal, que não necessariamente resulta em um benefício institucional e sistêmico. Por fim, temos a questão da autonomia das universidades federais e da inserção do sistema privado de ensino na bolsa de valores. Na minha opinião, ou as universidades colocam em prática o artigo 207 da Constituição Federal ou vão perder espaços importantes no cenário do desenvolvimento nacional. Os recursos vêm crescendo em larga escala nos últimos anos, mas a capacidade de executá-los é muito baixa, por causa de uma gestão engessada e pouco criativa.

Por outro lado, entendo também que a autonomia é uma conquista e não um direito. Com isso quero dizer que é preciso preparar a instituição, de forma responsável, para a autonomia. Isso requer um quadro docente altamente qualificado, uma pesquisa forte em termos de produção científica e uma gestão profissional apoiada num robusto sistema de avaliação, incluindo eventuais avaliações internacionais. Porém, no meu ponto de vista, o grande desafio consiste no modo de enfrentar a questão sindical dentro de um conjunto nacionalmente articulado. A autonomia quebrará esse sistema, e quem vai ter coragem para isso? Por exemplo, uma greve hoje numa Universidade Estadual do Rio de Janeiro não se atrela a uma eventual greve numa Universidade Estadual de Pernambuco – as agendas políticas são diferentes, ao contrário do que hoje ocorre com o sistema federal de universidades.

Com relação à participação crescente do sistema de Ensino Superior privado na bolsa de valores, isso representará um caminho sem volta, em que grandes e poucos aglomerados tomarão conta das matrículas no Ensino Superior. No futuro, se isso continuar, teremos o Ensino Superior nas mãos de poucos grupos de ensino, com forte participação de investimento internacional. Além disso, o próprio governo vem financiando de forma expressiva as matrículas

culas nesse setor através do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) ou do Programa Universidade para Todos (Prouni), que garantem uma rentabilidade segura ao final de cada ano. Entendo que sozinhas as universidades públicas não dariam conta da expansão necessária, mas é preciso assegurar a qualidade do Ensino Superior oferecido, tanto na graduação como na pós-graduação.

Os desafios são muitos, e por isso quero parabenizar mais uma vez a Universidade de Brasília por essa importante iniciativa: pensar o futuro da universidade, o que permite planejá-la adequadamente para os desafios que estão por vir.



Autonomia Universitária⁹

Lauro Morhy¹⁰
Paulo Speller¹¹

3.1. Considerações de Lauro Morhy

Vamos então conversar um pouco sobre autonomia universitária e alguns assuntos correlacionados, aproveitando o tempo que me foi concedido em circunstância especial. Sinto-me, porém, no dever de informar que não tenho qualquer pretensão de esgotar tão complexo tema.

No início, as instituições que deram origem às universidades eram escolas ligadas a estabelecimentos religiosos como mosteiros, catedrais e madrasas. À frente dessas *escolas*, um *magister scholarum*, *scholasticus*, *ulemá* ou outro membro, geralmente dirigente na hierarquia religiosa, auxiliado por docentes adjuntos, exerciam o magistério ensinando e até promovendo trocas de opiniões sobre

⁹ Sessão realizada em 1º/07/2013 no Auditório da Reitoria da Universidade de Brasília.

¹⁰ Professor emérito e ex-reitor da UnB. O professor Morhy faleceu em 17 de julho de 2016.

¹¹ Secretário-Geral da Organização dos Estados Ibero-Americanos. Ex-Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação e ex-reitor da Universidade Federal do Mato Grosso e da Universidade de Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

religião, direito, cálculo e outros conhecimentos. Entretanto, a vontade dos alunos, e mesmo de alguns docentes, de seguir rumos próprios, libertando-se do modo de trabalho impositivo e restritivo das instituições religiosas, terá certamente originado os primeiros conflitos sobre autonomia. A futura universidade já manifestava assim o espírito autonômico em seu berço, mesmo porque isso estava em sua essência. Então as *escolas* foram passando por transformações e no século XIII já estavam criadas as primeiras universidades, como as de Bolonha, Paris, Oxford, Montpellier, Cambridge e Pádua.

Os estudos religiosos e a busca do conhecimento como fim em si foram abrindo espaço a assuntos da vida plena, caminhando para aspectos mais práticos e utilitários. Isso levou setores das sociedades e os Estados a explorarem e a dominar cada vez mais as universidades, abalando muito a sua vocação autonômica. Volto a insistir que a autonomia da universidade está no seu gene. Está na alma da verdadeira universidade. Ela precisa ter o direito de reger-se por suas próprias normas, no cumprimento da sua grandiosa missão com infinitos horizontes, que incluem compromissos sociais.

As universidades não obedecem a um modelo único, embora apresentem traços comuns em sua diversidade. Ao longo de seus oito a dez séculos de existência, foram sendo cada vez mais usadas pelos Estados dominantes, mas, desde a sua origem e ao saírem do plano monástico, buscaram sempre a autonomia plena, pela necessidade que têm de serem livremente criativas e inovadoras.

Sempre houve muita dificuldade em se praticar a autonomia, inclusive porque, cada vez mais, os poderosos e seus Estados perceberam a grande importância dessas instituições que criavam, cultivavam, inovavam e transmitiam conhecimentos e saberes. De fato, tratavam-se de importantes instrumentos de poder, de solução de problemas e de progresso! Embora em um primeiro momento, estivessem mais para cuidar de filosofias e práticas religiosas, como já consideramos, elas foram realmente se envolvendo inevitavelmente com os problemas do dia a dia, com as necessidades sociais.

E, então, como sabemos pela sua história, as universidades passaram a fazer parte de toda uma realidade transformadora e

inovadora, com avanços cada vez maiores, mais rápidos e incessantes. A autonomia que sempre se buscou foi e é assunto visto com fortes restrições pelos poderes públicos, mesmo quando é concedida legalmente. Este é o caso do nosso Brasil. Já tivemos oportunidade de discutir isso em vários artigos publicados (veja alguns em: www.lauromorhy.com.br).

Universidades e instituições como o Crub e a Andifes, além de outras instituições de ensino e pesquisa públicas e privadas, organizações sociais, sindicais e estudantis já discutiram e ainda discutem muito esse tema. Como estudante, docente e Reitor da UnB, participei de comissões de estudos e discussões e ajudei a promover o debate sobre autonomia e reforma universitária. Antes de eu ser Reitor da UnB, o Reitor João Claudio Todorov teve também papel importante nesse debate, como membro das Comissões do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), das quais depois também fiz parte e que visavam uma base legal para as universidades brasileiras com a maior autonomia possível. Em momentos diversos, outros Reitores da UnB que nos antecederam deram também importantes contribuições sobre o assunto. Era sempre uma vasta e intensa discussão, com acalorados debates, sobretudo porque a certa altura esses esforços também estavam direcionados para a preparação da Constituição do Brasil de 1988.

Quanto à autonomia universitária, a nova Constituição trouxe o que seria finalmente a realização de um grande sonho. Viu-se, porém, em breve tempo, que a burocracia nacional conseguiu tornar praticamente sem efeito a própria lei constitucional. Distração do movimento sindical, do mundo universitário brasileiro e da nossa pátria mãe idolatrada? Talvez não tenha sido só isso. Precisamos espremer mais a história. Não devemos, porém, perder a esperança.

Nesta oportunidade, não devemos deixar de lembrar que as leis que concedem autonomia às universidades vêm sendo mal cumpridas ou descumpridas há muito tempo. Não será demais lembrar:

1931 - O Estatuto das Universidades Brasileiras;

1945 - Decreto do Estado Novo, que chegou a conceder “autonomia administrativa, financeira e disciplinar”;

1961 - A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que concedeu “autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar”;

1968 - A Reforma Universitária que concedeu “autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira”;

1988 - A nova Constituição: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial...”;

1996 - A nova LDB.

Com tanto apoio legal, talvez seja até um risco dizer que as universidades brasileiras não gozam de completa autonomia. Note-se que a autonomia universitária traria conveniências e inconveniências na discussão Universidades Públicas *vs* Universidades Privadas. Creio que isso levou a uma “conversa mal conversada” de modo que, quando veio a LDB de 1996, que poderia de fato regulamentar as bases de uma autonomia de verdade, isso não aconteceu. Foi uma grande oportunidade que perdemos.

Como subsídio para reflexão e discussão, considere-se que a legislação complementar ordinária poderia ter assegurado às universidades, várias delas já com características de verdadeiras *Multiversidades*:

- Serem um novo ente jurídico de direito público, com personalidade jurídica especial, denominado Universidade Pública Federal;
- Autonomia em relação a órgãos externos, como conselhos nacionais e estaduais de educação, conselhos profissionais e de pesquisa. Caberia a esses órgãos avaliar ou opinar;
- Plena autonomia para definir currículos, abrir e fechar cursos;
- Autonomia administrativa de modo a poder se organizar

internamente, aprovando a sua própria estrutura e os seus próprios Estatutos;

- Autonomia em relação ao seu próprio plano de carreira ou política de pessoal. Note-se que o parágrafo V do artigo n. 206 da Constituição não fala em plano de cargos e salários unificado, mas nos três princípios gerais: o piso salarial; o princípio de ingresso exclusivo por concurso público; e o regime jurídico único. Promoções e regimes de trabalho poderiam ser estabelecidos pelas universidades.
- Autonomia de gestão financeira e patrimonial: com dotação orçamentária global (liberdade de remanejamento de recursos públicos entre itens de pessoal, custeio e capital). Recursos gerados pela própria universidade talvez pudessem ter contas em separado, com auditoria própria para recursos de geração própria. Entendendo a universidade como um ente híbrido público-privado. Mudança jurídica difícil para o mundo jurídico de influência romana. Note-se que universidades privadas podem receber recursos públicos e prestam contas a órgãos públicos.¹²

Nestas breves considerações eu me detive em alguns pontos que considero importantes e que vão além da discussão sobre currículos, estrutura e atualização dos cursos. Enfim, do regime didático-científico – tema que em geral ocupa grande parte dos debates, dada a sua óbvia e indiscutível importância. Mas, na verdade, se não houver uma boa mudança na autonomia gerencial, administrativa, de gestão financeira e patrimonial, eu considero que o resto fica todo comprometido. Se essa parte não for modificada, não há autonomia. A universidade fica refém de uma máquina pública di-

¹² Veja mais em Schwartzman, S. A Autonomia Universitária e a Constituição de 1988, Folha de São Paulo, 12/12/1988; Morhy, L. Princípios e Subsídios para Discussão sobre a Autonomia Universitária, junho de 1999, www.lauromorhy.com.br; Santana, J.M e Morhy, L.M-Universidade, Autonomia e Renovação, JC e-mail 4558, de 09 de Agosto de 2012; Obs: existe ampla e muito rica literatura nacional e internacional sobre autonomia universitária.

fácil de mudar, sem deixar que ela cumpra o seu verdadeiro papel, e continue num mundo onde a lei é criada e existe mais para ser cumprida do que para atender aos interesses sociais verdadeiramente estratégicos.

Temos um sistema de controle bastante forte no país, para cumprir as leis e regras estabelecidas, regras essas que, em matéria de universidade pública principalmente, são muito restritivas e limitadoras. É importante que a gestão e o controle sejam feitos sempre e o melhor possível, mas a atual base legal da autonomia universitária requer revisão. Aprofundou-se num emaranhado de leis e regulamentos que requerem muita vontade, desprendimento burocrático e força política para mudar. Esse quadro gerou e gera cada vez mais vícios e problemas difíceis de serem superados. Grosso modo, pode-se dizer como metáfora que um monstinho entrou em casa pela porta, devorou a universidade, continua devorando e crescendo tanto que já não pode sair inteiro pelas portas e pelas janelas! É preciso que seja morto e seja administrativa e socialmente organizada uma nova casa, sem monstinhos dentro, com *alma mater* renovadora, inovadora, vivendo o presente sem falsidades e sobre tudo voltada educacional e cientificamente para o futuro!

Pode-se constatar que o governo investiu fortemente na formação do atual sistema de controle que hoje abrange o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria-Geral da União (CGU), a Advocacia-Geral da União (AGU), o Ministério Público, a Justiça, os Tribunais e as Polícias. Esses setores trabalham cada vez mais entrosados e cada vez mais com razoável eficiência, considerando as regras estabelecidas. Entretanto, as universidades geralmente não estão preparadas para exercerem nem mesmo a autonomia que lhe foi mal concedida e tendem a afundar como ineficientes instituições “auleiras”, longe de serem verdadeiras universidades, as universidades que sonhamos e que a sociedade reclama.

Exercendo pesado controle, a verdade é que o governo não investiu bem nos executores, no seu próprio setor executivo. Investiu muito mais no controle. Pode haver algumas falhas nesse setor, mas nada comparado com o que acontece nas universidades. Não houve

realmente investimento à altura no setor executivo das universidades, mesmo levando em conta a sua base legal equivocada. E isso não depende de Reitores e dos executivos das instituições que dirigem. Todos não são muito mais do que burocratas do Estado.

Se formos ali à Auditoria, vamos encontrar um sacrificado auditor e dois ou três auxiliares, tentando acertar as contas, examinando “quilos e quilos” de processos, e a instituição sempre correndo atrás de erros nem sempre detectáveis, remontados a várias origens e etapas, até de órgãos externos. Os demais setores administrativos em geral não fogem a esse panorama. Realmente, não se tem infraestrutura humana preparada para atender a essa demanda, que é muito grande e complexa. É também difícil formar e manter quadro funcional fixo e mesmo provisório, com salários precários e para atender a uma demanda burocrática com tantas “inovações” externas e sem boa segurança jurídica. Essa parte precisa realmente de melhores cuidados e também de entendimento quanto ao próprio papel do reitor antes de tudo como educador e pesquisador científico, com visão político-estratégica renovadora e inovadora do mundo e da universidade, e não como “gestor contador”, acompanhador de contas e de aplicações financeiras que desconhece ou mal conhece. Muitos reitores, que de fato foram preparados no Brasil e no exterior, até com financiamento público, para serem pesquisadores científicos e educadores, têm sido responsabilizados por contas sobre as quais pouco ou nada sabem e que, de fato, estariam sob os cuidados de setores supostamente bem equipados para isso, com pessoal e infraestrutura de trabalho. Passam então à suspeição pessoal de improbidade ou outras acusações até piores.

Considerando toda essa dificuldade, a certa altura cheguei a propor a *autonomia dual* para discussão. Certamente considerada herética por muitos. O dinheiro que viesse do governo se prestaria contas ao TCU e para o dinheiro não orçamentário ou público – que a instituição gerasse, por exemplo, através de assessorias e outros serviços – haveria outro modo de controle, com auditorias externas especializadas. Quanto a isso, todos sabem que a universidade

é convidada a realizar ou a participar de projetos, por exemplo, urbanísticos, de engenharias, médicos, agrícolas, educacionais, concursos, entre outros. Nesses casos, a prestação de contas dos recursos arrecadados seria feita a outro sistema de auditoria de contas não oficial, como referido, talvez até com a participação de representantes do governo.

Hoje, se a universidade quiser contratar um pesquisador de alta qualificação, como um Prêmio Nobel, ela de fato não pode. Ou faz concurso público, ou não entra. Se quiser trazer especialista muito bom, ele só fica aqui por um ano e olhe lá, ou sujeito a arranjos os mais estranhos. Talvez se consiga uma renovação, baseada na lei que foi criada para permitir a contratação de estrangeiros ou outros dispositivos legais, mas isso sempre com um rigor muito grande no que diz respeito à entrada do novo quadro. E quanto ao nível salarial? É até difícil de imaginar. O jeitinho? Sempre haverá, dirão alguns, mas não devemos pensar em tal caminho. Veja que uma pessoa que atingiu certo nível de reconhecimento e respeitabilidade científica ou educacional não se sujeita eticamente a arranjos contratuais e muito menos em um país onde o denunciamento político-midiático tornou-se moda e até junta facilmente todos os acusados num mesmo caldeirão. Esse é um aspecto muito difícil de se conversar, porque o governo entende que, se mexer nesse setor de controle nas universidades, vai ter que mexer também para outros setores que pleiteiem algo parecido. Muito difícil, mas talvez com a *autonomia dual* fosse possível, pois não se mexeria nas regras dos recursos que viessem do orçamento público. Esse aspecto merece alguma reflexão especial.

Peço, , vênha para que, em caso da possibilidade de alguma mudança, se pense também no que eu chamaria de *autonomia conquistada*. Dadas as restrições existentes, que tal conceder mais autonomia a instituições de desempenho reconhecido? Mais uma conversa difícil, eu sei. Que critérios adotar para as universidades públicas? Vejam, porém, que a história das universidades no mundo registra que muitas universidades bem reconhecidas conquistaram a sua autonomia plena.

Quando a gente fala em autonomia, as pessoas ficam achando que a gente está abrindo mão dos recursos orçamentários públicos a que a universidade pública tem direito: isso não é verdade. Não se pode imaginar isso, senão essas universidades não teriam condições de sustentação absoluta com a sua própria geração de recursos. Então, não abriríamos mão do recurso orçamentário, mas ele também deveria ser conquistado, podendo mesmo ultrapassar as regras atuais ou quotas político-burocraticamente hoje estabelecidas, na medida em que a instituição fosse apresentando resultados reconhecidos. O critério aluno-equivalente de cada Instituto Federal de Ensino Superior (IFES) que vem sendo adotado para o financiamento público precisa de uma corajosa discussão que vá muito além da distribuição de recursos orçamentários. O aluno-equivalente tem sido considerado sinônimo de eficiência, de bom desempenho. Ora, isso reduz muito o papel da universidade.

Por volta de 1990, chegou-se a propor dois tipos de universidades: *universidade de pesquisa e universidade de ensino*. Embora nossa instituição tenha sido incluída entre as universidades de pesquisa, eu nunca gostei muito dessa divisão, porque de fato isso vai contra o princípio fundamental da definição de universidade. Subentende-se que a universidade é uma instituição que forma quadros, faz pesquisa, e trabalha associada com a sociedade buscando soluções as mais diversas. Aliás, quanto ao último aspecto, não há entendimento pacífico no âmbito do governo e órgãos de controle - com lamentáveis consequências punitivas -, pois na hora da prestação de contas questiona-se o "nexo" entre os gastos da universidade, o plano do projeto aprovado e o papel das universidades, e não são aceitas muitas contribuições tidas no âmbito universitário como trabalho de extensão.

Outro aspecto que está sendo motivo de debate inclusive no âmbito judicial - há, inclusive, uma ação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no Superior Tribunal Federal (STF) - é o questionamento sobre *desenvolvimento institucional*. É admitido que a universidade aplique recurso de convênio para o desenvolvimento institucional, mas o *desenvolvimento institucional* é algo muito mal

definido. O que é *desenvolvimento institucional*? Até onde vai?

Em nossa experiência na UnB, tivemos alguns questionamentos relacionados com o trabalho da instituição na Amazônia. A Universidade de Brasília, historicamente, sempre atuou na região. Lá realizamos vários projetos de educação, de pesquisa e de extensão, incluindo cursos pioneiros de pós-graduação. Devo dizer que eu tive a grande alegria de contribuir, como reitor, para a implantação da Universidade Federal do Tocantins (UFT) – até então a única unidade da Federação que não possuía universidade federal. Também para a criação do curso de Medicina da Universidade Federal do Acre (UFAC), com o imprescindível apoio de governantes locais como o Senador Tião Viana e seu irmão Jorge Viana, do grande e saudoso ex-governador, ex-senador e líder acreano Jorge Kalume, da nossa querida e saudosa professora Vanize Macedo e sua equipe da UnB, além de outros colaboradores abnegados, numa hora em que muitos diziam que isso não era possível.

Com o apoio de pesquisadores docentes, implantamos um laboratório na selva amazônica (Cabeça do Cachorro) para registros e estudos de abalos sísmicos. Pouca gente sabe disso, mas em todas as represas e usinas hidrelétricas há controle sísmico também. Vocês podem imaginar se uma represa estourar, quem mora abaixo como fica?. São problemas gravíssimos que podem acontecer. Mais recentemente ajudamos o Ministério da Cultura, que estava sob a direção do então Ministro Gilberto Gil, a realizar o encontro cultural *Brasil na França*. Entendemos que a UnB não poderia faltar com essa colaboração, considerada bem-sucedida. Mas não houve quem achasse essa uma tarefa um tanto fora de nexos, além de outros questionamentos considerados equivocados, quanto a aspectos jurídicos e na aplicação de recursos.

Há ainda a questão da própria existência do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília (FUB), legalmente criado com a própria Fundação. Assunto delicado que envolve a mudança da lei que concedeu os terrenos da UnB na Asa Norte, com interessados talvez até no Congresso Nacional para que isso entrasse em pauta. Mexer, “aprimorar”, essa lei tornou-se um risco que nunca

se quis correr, deixou-se como está, mesmo mal cumprida – onde estarão as ações da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), já privatizada? E as Ações da Rádio Nacional? Creio que nunca chegou nada por aqui.

Enfim, acho que consegui levantar alguns aspectos para reflexão sobre a autonomia universitária e outros assuntos que supunho de interesse para discussão sobre o futuro da universidade. E então vou encerrar por aqui o meu debate. Espero mais adiante ter a oportunidade de acrescentar algumas coisas nessa conversa.

3.2. Conferência de Paulo Speller

Não deixa de ser um momento de nostalgia. Na última vez em que eu estive na UnB, esta reitoria estava ocupada pelos estudantes. Nós já fizemos isso muitas vezes. Lembro-me agora, eu vi ali algumas faixas contra o Conselho Diretor e exaltando o Conselho Universitário (Consuni). Isso nos faz retornar ao projeto da UnB, às origens da instituição, quando o Conselho Diretor tinha naquele projeto um papel importante, que parece ter sido desativado momentaneamente. Segundo o reitor Ivan Camargo me comentou, está se tentando retomar esse papel tão importante que, na estrutura e na concepção original da universidade, todos esses órgãos colegiados tinham e nós sempre nos espelhamos muito na experiência da UnB. A própria Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), onde eu sou professor, foi criada em 1970 e algumas outras universidades desse período do regime autoritário militar foram espelhadas na UnB. Pouco se diz e se escreveu sobre isso, mas a UnB foi, de uma forma ou de outra, vilipendiada, meio esmagada depois do golpe de 1964, sobretudo em 1965, quando é invadida, fechada e retomada. De qualquer modo, ela deixa uma história que nos inspira muito, até para mudar a própria UnB, como nós discutimos aqui nos 50 anos da Universidade.

Tivemos uma oportunidade de fazer um belo debate com participação dos estudantes. Esse é um momento de grande mobilização no país sobre o qual muitos se colocam perplexos. Quando fala-

mos do futuro da universidade o que nós mais vislumbramos, pelo menos o que eu mais vislumbro, é uma mudança radical na relação entre professores e estudantes, o que vem a refletir, na verdade, na mudança da própria universidade, apesar do que alguns colocam, de certa forma até com razão. Há um argumento que sempre traz o conservadorismo da universidade: nós somos uma instituição que sobreviveu à idade média. Temos aí mil anos, pelo menos no mundo ocidental, e alguns dizem que a universidade de lá para cá pouca coisa mudou. Será que o destino da universidade é esse mesmo? O de ser uma instituição fechada, forte, conservadora, que em nome da qualidade se mantém fechada apesar de sempre dizer que está saindo de seus muros e abrindo as portas para a sociedade? Muitos colocam isso, inclusive como decorrência dos grandes avanços da tecnologia da informação e da comunicação. Será que é só isso? Eu me pergunto, porque alguns dizem que, agora com os *e-books*, com a educação online de massa, a universidade vai se abrir, vai se democratizar para todos. Mas a universidade é muito mais que isso. Os *e-books* com certeza estão aí para ficar; vão ser incorporados; a universidade está aprendendo a conviver com isso.

Como sempre, o Brasil está chegando muito atrasadamente nesse debate. Outro dia mesmo o ministro fez uma declaração dizendo que queria criar a Universidade Aberta no Brasil, aí os jornalistas perguntaram: “Mas professor, nós já temos a Universidade Aberta. Como o senhor vai criar, se nós já temos a Universidade Aberta na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)?”. Quando o ministro deixou a sala, foi o momento da divulgação dos resultados do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), e com o SiSU funcionou tudo tão bem que os jornalistas não tinham o que perguntar. Então, a pergunta que fizeram foi “Como é que vai se dar, já que nós tivemos 788.000 inscritos?”. Ao mesmo tempo, quando pegamos os números do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) – em que nós tivemos mais de sete milhões de inscritos – o que a sociedade diz e o que os jornalistas colocaram nas duas coletivas que o ministro deu? Onde é que vão colocar todos esses jovens, já que todos querem entrar e o número de vagas

que nós temos para oferecer é muito pequeno? Ele puxou ali uma ideia que poucos dias antes ele vinha trazendo para a formulação de uma proposta, que é a criação de uma Universidade Aberta do Brasil. E ele colocou isso para a imprensa e a imprensa ficou muito surpresa, mas acabou virando o foco da entrevista porque não havia muito que discutir em relação ao SiSU. Deu certo – não houve nada que tenha saído do que se programou –, então a discussão ficou em cima dessa suposta Universidade Aberta.

Então, a reflexão que a gente começa a fazer é: primeiro, que não se tem um debate sobre a questão da abertura da universidade. Toda a questão da incorporação das tecnologias, toda a questão de por que é que o Brasil, diferentemente de outros países, não criou uma universidade própria como a *Open University*, que começa na Inglaterra e depois cada país criou a sua própria, não só no hemisfério norte, mas também nos grandes países do hemisfério sul? Alemanha, Portugal e todos esses países foram criando na Europa. Nós temos similares em outros países – a Índia criou, a China criou – e por que o Brasil não criou?

O que está por trás desse debate? Na verdade, é: “quais são as políticas que nós vamos construir no Brasil para permitir esse acesso em massa num país que muito atrasadamente criou a sua própria universidade?” Brinca-se muito que o pessoal da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) não gosta de ouvir a historinha do rei da Bélgica que tinha que receber o diploma de doutor *honoris causa*, mas parece que tem certo fundo de verdade. Tomemos de exemplo o caso da Universidade de São Paulo (USP), mais recente ainda, que teve um projeto, que teve uma estratégia. Nós não temos sequer uma universidade centenária, então como vamos dar conta desse atraso que o país tem das demandas que a sociedade nos coloca para efetivamente abrir as portas da universidade ou de outra instituição? Será que é com esta universidade ainda muito calcada no modelo humboldtiano: pesada, de pesquisa, cara, para poucos?

A universidade que temos hoje é para poucos. Ela foi criada para poucos e continua sendo para poucos, por mais Reuni que se invente, por mais Universidade Aberta que se coloque nos mode-

los que nós temos utilizado até agora para a formação de professores – de forma muito limitada, porque o que nós fazemos é apenas isso, diante de um suposto teste de formação de professores que haveria nas licenciaturas. Nós estamos praticamente dando murro em ponta de faca, buscando através da educação aberta e a distância suprir essa formação de professores que nós não temos no país.

O que nós temos conseguido é muito pouco. Nós temos um índice enorme e desesperador de evasão nas licenciaturas, seja na presencial, na semipresencial, na aberta, na educação a distância, ou em outra modalidade, nós estamos encontrando uma desistência muito grande. O que isso está nos mostrando? Que nós não estamos caminhando exatamente na direção em que é preciso caminhar, nós não estamos formulando as políticas que precisam ser formuladas. E eu acho que nós estamos vivendo agora um momento muito especial e muito importante para uma série de coisas que estão sendo colocadas, e estão sendo retiradas das gavetas rapidamente, até para garantir a sobrevivência de muita gente. E por que é que a gente, nesse momento, não coloca e não pontua, sobretudo, as grandes questões da educação que não são apenas de colocar 5%, 7%, 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a Educação? Nós precisamos ter clareza de o que vamos fazer com esse dinheiro. Falta a formulação das políticas, que não se trata do Ministério da Educação (MEC) pegar meia dúzia de iluminados que vão sentar dois ou três fins de semana na internet e sair com uma proposta que traga uma solução para esse grande problema que é a Educação Básica no Brasil.

Quando falamos do futuro da Universidade, uma das questões das quais nós não podemos fugir é a Educação Básica. O que ocorre hoje? Mesmo com a tímida expansão que nós temos – porque em termos absolutos nós crescemos muito pouco – o jovem que nos está chegando ao Ensino Médio não tem preparação. O que estamos fazendo na universidade é retomar conhecimentos básicos para que esses estudantes tenham preparo para continuar na universidade e terminar os cursos para os quais vieram. Aí está a base do gargalo, Educação Básica como um todo, mas em especial o Ensino Médio,

que não tem sido foco de políticas e de uma discussão adequada.

Temos trabalhado muito hermeticamente. O que se pode e o que se deve fazer, e onde está a universidade? Nós sempre dizemos isso: a universidade tem um papel fundamental a cumprir aqui.

Algumas questões me interessam mais e eu tenho puxado desde o primeiro dia em que o ministro me convidou para assumir a Secretaria de Educação Superior (SESu) no MEC. A primeira delas é uma missão formal que está nas normas que criam a Secretaria, que é a formulação e implementação da política para a Educação Superior no Brasil. Nós não temos. Nós temos isso escrito de forma errática, fragmentada: uma lei, uma portaria, uma norma do Conselho Nacional de Educação (CNE), algo extraído da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). E onde é que estão: um recurso que se coloca a mais, um programa que se cria, um Reuni que se faz para atender uma problemática que é real e que nós enfrentamos com muita dificuldade, mas foi implementado?

Essa política, porém, precisa de um grande debate, que é o que temos trabalhado para fazer na SESu. Um grande debate com a presença das nossas universidades, de outras instituições e da sociedade para fazer essa discussão sobre a educação superior brasileira.

A outra questão que coloquei ao ministro é a da autonomia da universidade. Nós estamos atrasados, mesmo se pensarmos de maneira conversadora e compara o atual modelo com as universidades de mil anos atrás. As universidades nascem exatamente com essa marca da autonomia e nós aqui no Brasil, comparativamente com países pobres da América do Sul, não avançamos em muitas coisas. Enfrentamos dificuldades nas nossas universidades públicas. É um grande problema o que o reitor e sua equipe vivenciam no dia a dia dentro da universidade. Nós somos eleitos com respaldo de toda a comunidade universitária e no dia seguinte estão no gabinete dizendo: “reitor, agora é hora de a gente fazer as coisas que a gente discutiu durante a campanha e vamos fazer” –, principalmente os estudantes. Então, o reitor começa a encontrar uma série de empecilhos e a universidade não tem autonomia para fazer aquilo que a universidade pensa que deve fazer, com todos os controles que deve ter.

Não se trata de soberania, nem de negar toda a estrutura e a normatização que existe para o controle, porque nós estamos falando de dinheiro público. Este me parece ser um projeto muito caro que nós já tentamos na Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). A Andifes tem uma proposta de lei orgânica nas Universidades Federais que não prosperou. Tentamos levar a frente uma proposta de lei da reforma universitária que encaminhamos com o ministro Fernando Haddad para o presidente Lula em 2003. Solenemente, no palácio do Planalto, com a presença de mais de mil pessoas, aquilo foi anunciado e hoje está engavetado no Congresso Nacional. A proposta trata de uma série de questões, inclusive da universidade privada e da participação do capital estrangeiro na educação superior. É um projeto de lei bastante abrangente, mas está parado. Então, essa é a segunda questão que nós queremos retomar. Aliás, as duas questões estão muito ligadas, não há como separar uma da outra.

Temos desenvolvido junto à Andifes, que congrega o conjunto dos reitores, um projeto de lei orgânica. Penso que o momento que nós vivenciamos agora é muito propício para trazermos esse projeto à tona, porque a universidade tem que ter essa autonomia. Não se trata apenas da autonomia financeira e da gestão, mas, ao ter essa autonomia conjugada com a autonomia acadêmica didática, ela passa a ter maior liberdade para formular os seus planos, a sua estratégia, a estratégia de tomada de decisão junto à universidade, a sua vinculação com a sociedade e até na escola de seus dirigentes. Nós ainda temos um modelo que, em boa medida, é um “faz de conta”: formula-se uma lista tríplice em que há um acordo tácito com o Governo Federal – o presidente Lula e a presidenta Dilma têm respeitado esse acordo e efetivamente o primeiro ou a primeira da lista é sempre nomeado ou nomeada. Hoje temos aí quase uma prevalência de reitoras, elas vêm assumindo de forma muito positiva a direção de muitas universidades. Mas tem todo um processo de escolha que não pode aparecer, porque na legislação fala-se em uma lista tríplice elaborada pelo colégio eleitoral em que estão apenas os colégios ou os conselhos superiores da universidade.

de. Então, isso tem que ser escancarado e nós temos que buscar o caminho mais adequado para essa escolha de dirigentes. Alguns já defendem, inclusive, que a escolha de dirigentes deve ser mais ampla no sentido de buscar nomes não só dentro da universidade, mas também fora da universidade e do país, como nós vemos em grandes universidades. Não se trata apenas daquele que represente interesses pontuais ou do segmento docente. Esse é um debate que nós temos que abrir para encontrar o melhor caminho e aí, sim, inserir esse debate no âmbito da autonomia da universidade.

Se nós conseguirmos avançar nessas duas questões, nós teremos feito uma revolução no campo da educação superior. Nós sabemos que não é fácil, nós sabemos que o tempo é curto. Nós estamos caminhando para, daqui a um ano e meio, o final deste governo. Então esse é o tempo em que se pretende levar a cabo essa discussão e a implementação dessas duas frentes de debates.

Avançou-se na autonomia das universidades paulistas. A gente se espanta até hoje. O governador Quéricia assinou uma portaria, com isso a questão orçamentária e a gestão do orçamento são feitas pelas três universidades: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Já se fala que é pouco, que é preciso mais, enfim, há uma questão aí que ainda não foi encerrada. E do lado das Universidades Federais? O que se tem? Não se tem nada nesse sentido. A cada ano é uma discussão que se faz em cima do orçamento do ano anterior, em cima de indicadores que temos, discutidos e rediscutidos. Quais são os indicadores que vamos usar, se é o conceito do curso, se é o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), se é a avaliação da Capes, se é o conjunto disso, se é o conjunto dos recursos que são arrecadados pelas universidades para pesquisa e extensão. Nós não temos um modelo, e é esse modelo que a lei orgânica das universidades federais pretende. Nós já temos um anteprojeto que foi discutido no âmbito da Andifes e queremos trazer isso agora para a discussão.

Há experiências inovadoras no nosso país. É o caso da UnB e são os casos das duas mais recentes universidades pequenas e

quase últimas universidades criadas, que buscam a integração internacional e dizem nada mais nada menos que aquilo que estamos trazendo, buscando para o conjunto das universidades essa palavra mágica que de repente todos declamam: internacionalização. E, aliás, a UnB começou dentro de sua proposta, com uma prática de internacionalização, trazendo professores de fora. Eram brasileiros, estrangeiros, abrindo espaço para que essas experiências estivessem aqui. E mais recentemente nós tivemos, estão ainda em curso, duas experiências de duas universidades que buscam explicitamente, formulados em sua lei, a integração internacional, com a América Latina e países da África. Onde nós estamos esbarrando no caso dessas duas universidades com limitações? É que não se pode. A palavra que mais se ouve, seja vinda da procuradoria federal, seja das normas existentes, é que quando se fala em integração internacional, em ações fora do país, em trazer pessoas de fora, nada pode ser feito. Então, nós estamos com uma série de normas que nos atravancam. Por quê? No caso da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), por exemplo, nós nos defrontamos com a necessidade de ter bases da universidade fora do país, porque quando você vai para países africanos – e nós começamos por países africanos de língua portuguesa – nós temos dois países que sequer têm universidade. É o caso de São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau, que chegaram a criar uma universidade, tentaram várias vezes colocá-la de pé, mas é golpe daqui, golpe dali, e nunca conseguiram colocar a universidade para funcionar. Quer dizer, nós estamos hoje com um conjunto de programas, sobretudo em países como Moçambique, inclusive com a presença de quatro universidades federais brasileiras ofertando cursos juntamente com duas universidades públicas moçambicanas, mas nós lutamos contra dificuldades que enfrentamos também fora dos *campi*, que é a gestão desses programas naqueles países, para a miudeza, para a sobrevivência dos programas no dia a dia. É para fazer um telefonema, para encher um tanque, é para buscar uma pessoa no aeroporto. Não tem como, não tem recurso para isso. O coordenador local tem que tirar do bolso dele. E quantas vezes nós não fizemos isso aqui?

Nós vamos encontrar nas grandes universidades que nossos governantes sempre usam como modelo uma flexibilização e uma estrutura capaz de dar o apoio necessário para que esses programas sejam realizados. Isso tem a ver com autonomia. É uma decisão autônoma a de a universidade autorizar este programa, aquela ação, esta atividade, e colocar os meios necessários para que ela aconteça, e nós não temos isso no nosso país. Nesse sentido, a autonomia visa, entre outras coisas, exatamente dar este espaço de decisão que a universidade não tem: da gestão de seus recursos através de seus conselhos superiores, que é o que nós queremos levar adiante agora.

No caso na Unilab, voltando a exemplos concretos, eu fiquei durante quase cinco anos a frente do projeto: três anos presidindo comissão de implantação e depois com a aprovação do projeto de lei, já como reitor, durante mais de dois anos. Na década de sessenta, uma das questões que nos chamava mais atenção na UnB era ter o estudante dentro do *campus*, e que hoje assusta todo mundo. Quando se fala em moradia estudantil, a primeira coisa que se pensa é em construir fora do *campus*. E nós assustamos a UnB também. Nós fomos para o Centro Olímpico em 1966, fomos obrigados a invadir os antigos barracões que estavam fechados e serviam de alojamento para os trabalhadores para mostrar que a presença do estudante na universidade é importante, não apenas necessária, mas também traz vida para a universidade. É importante trazer essa proposta da presença integral do estudante, participando não apenas das atividades previstas na formação de um curso, mas de um conjunto de atividades que traz vida à universidade. Depois viemos para a Colina. O estudante dava uma vida, um colorido ao campus da UnB. Nós estávamos aqui o dia inteiro, no restaurante universitário, nos grandes debates, nos concertos, no auditório do Instituto de Artes (IdA) e na Biblioteca, que já ficava aberta até a meia-noite. Aquilo serviu de inspiração para muita gente, que nós tentamos buscar agora para a Unilab, que se colocou como uma proposta de universidade 100% residente e de tempo integral. Isso escandalizou muita gente. Nós projetamos blocos de moradia para

a totalidade dos estudantes, professores e visitantes dentro do *campus*. A gestão disso, no dia a dia, que é complicada.

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu, vem enfrentando muitas dificuldades, trazendo estudantes de todos os países da América do Sul, e agora do Caribe, e dando oportunidades para que os estudantes brasileiros possam sair do Brasil. Esse é um grande problema ao longo da nossa história. Nós estamos vendo agora como o Ciência Sem Fronteiras aponta para um problema muito sério, que está merecendo a criação de um programa, inglês sem fronteiras, já que os nossos estudantes não falam inglês e tampouco outras línguas. Estamos já criando o programa para permitir que eles estejam preparados. Já há a ideia de transformar o programa inglês sem fronteiras em idiomas sem fronteiras para que não nos fechemos apenas ao inglês, mesmo sendo reconhecida hoje como língua que mais abre portas. Mas não há porque não abriremos as portas para o mandarim, o árabe e até línguas mais tradicionais como o francês, o italiano e o alemão. Enfim, abrir oportunidades para todas essas línguas é o que estamos buscando nesse programa. E nós colocamos isso na Unila. Ao mesmo tempo em que trazemos e desenvolvemos atividades em conjunto com universidades africanas e asiáticas, nós estamos abrindo oportunidades para que estudantes brasileiros possam passar um período, por exemplo, de um trimestre, em universidades africanas, asiáticas e europeias.

Há uma limitação muito forte, não só da língua, mas de conhecimento. Eu lembro quando chegamos a Cuiabá. Muito curioso, comecei a perguntar como era a Bolívia. Disseram-me: “esqueça a Bolívia, nós temos que pensar na Europa, nos Estados Unidos”. Na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) havia um total desconhecimento de uma realidade que estava a 200 km, como daqui a Goiânia. Havia um total desconhecimento e nenhum contato com as universidades, com o povo, com a cultura e com as tradições, seja da Bolívia, do Paraguai ou de outros países da América do Sul. Essa é uma realidade muito nova para nós, nascida de 20 anos para cá. Com o governo Lula começamos a cruzar os Andes, porque,

antes, quem fazia isso era só *hippie*. Pegávamos o trem da morte em Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, para poder ir pra *Machu Picchu*. Eles é que cruzavam os Andes, e em números ínfimos. Nós estamos vivendo outra realidade hoje, na qual estamos presentes. O espanhol passou a ser formalmente a nossa segunda língua, mas não de fato – não temos nem professor de português, imagina de espanhol, nas nossas escolas de Ensino Médio.

Há todo um panorama, uma série de perspectivas, que se colocam agora para a integração dos países, e a experiência destas duas universidades, a Unila e a Unilab, vem mostrando de forma muito clara que há desafios imensos a serem resolvidos e aqui nós voltamos ao ponto de origem, que é exatamente a autonomia das nossas universidades. Não há como se pensar na integração internacional, em passos mais ousados, em futuro da universidade, sem se pensar em autonomia. Autonomia para mim é o eixo central de qualquer projeto que se queira para que as nossas 63 universidades federais possam efetivamente cumprir o papel que as duas conferências mundiais de Educação Superior da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) colocaram de forma muito clara. A universidade, sobretudo a pública, tem um papel estratégico. Nunca é demais lembrar que é também um professor da UnB que esteve por trás da organização da primeira Conferência Mundial de Educação Superior, o professor Marco Antonio Rodrigues Dias, que foi vice-reitor desta universidade. E ali, mais uma vez se reafirmou esse papel tão importante que nós temos. Não se trata apenas de lutarmos para que o Brasil tenha meia dúzia de universidades nos *rankings* internacionais. Não confundamos as coisas. É importante que nós tenhamos universidades que se destaquem mundialmente, mas esse não é o cerne da questão. Se nós criamos e mantemos 63 universidades federais, todas elas devem ter um papel estratégico na região onde se encontram, nacionalmente e internacionalmente. Isso depende não apenas de um apoio do governo, mas nós não podemos continuar recebendo reitor que vem dizer que precisa de um assistente administrativo, de um professor substituto, ou criar um curso. Isso tem que entrar na

autonomia da universidade, e ela deve ser responsável. Não se surpreendam, tem um bocado de reitor que não quer autonomia, porque a coisa muda de figura. Há muita responsabilidade envolvida. Quando eu fui para Mato Grosso fui porque, entre outras coisas, o salário era melhor. Havia uma política que incentivava a vinda de professores para as regiões mais remotas. Quem é que vai para o Acre, para Roraima, para o Amapá? Sair do conforto, das boas bibliotecas, da família, dos meios, dos laboratórios, para ganhar o mesmo salário que ganha do lado de casa? É preciso que haja um programa de incentivo e é por isso que a gente tem que lutar.

A autonomia da universidade também pode trabalhar nessa direção. É nessa linha que eu queria, em brevíssimas palavras, trazer para vocês que nós precisamos de políticas que delineiem estrategicamente qual o papel da Educação Superior no país, inserida no contexto da educação como um todo ou de um eixo central para que ela avance, sobretudo as nossas 63 universidades federais, e quantas mais sejam criadas com autonomia. Sem autonomia não há como pensar em exercer esse papel estratégico.

A Universidade e o Futuro da Medicina¹³

Adib Jatene¹⁴

A ideia de discutir o futuro da universidade me leva a uma colocação que eu sempre uso: “o futuro não é uma abstração”. O futuro é resultado do que se fez no passado e das decisões que se toma no presente. De maneira que se nós quisermos delinear o futuro, nós precisamos conhecer o passado, nós precisamos tomar decisões corretas no presente, com os objetivos mais claros possíveis. É por isso que eu trouxe aqui alguns dados que muitos conhecem, outros não. Eu ingressei na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) em 1948, portanto, há mais de 60 anos eu venho acompanhando e podendo, de alguma forma, intervir nessa área. Ocorre que hoje nós estamos numa situação muito tumultuada no setor. Recentemente, eu publiquei um artigo no Estado de São Paulo, cujo título foi “Medicina Tumultuada”. Quer dizer, a coisa está em dificuldade. Eu vou mostrar uns dados para justificar esta colocação.

¹³ Sessão realizada em 29/08/2013, no Auditório da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília.

¹⁴ Médico, professor universitário, inventor e cientista. O professor Jatene faleceu em 14 de novembro de 2014.

Em 1948, quando ingressei na Faculdade de Medicina da USP, o Brasil tinha 13 faculdades de Medicina. Doze eram públicas e uma era particular, a Escola Paulista de Medicina, depois federalizada. Alguém pode pensar “mas só treze?”. Acontece que naquela época o Brasil tinha 51 milhões de habitantes. Todas as cidades brasileiras somadas computavam 18 milhões de habitantes e 33 milhões viviam no campo. E o campo era campo. Não tinha estrada, não tinha comunicação. A dificuldade era muito grande. A população urbanizada é que se beneficiava deste setor. À medida que os anos foram passando, nós fomos tendo uma transição demográfica importante no país, a ponto de nós chegarmos hoje a 160 milhões nas cidades e 30 milhões no campo. Nesta transição, algumas demandas se colocaram, e entre estas o ensino médico foi pressionado e solicitado. Com isso, as faculdades de Medicina foram se abrindo e se ampliando. Nós chegamos em 1960 com 30 faculdades, das quais quatro privadas. Eram duas de universidade católica, em São Paulo e Curitiba; uma faculdade em Belo Horizonte; e a Escola Baiana de Medicina. Eram as únicas privadas. Então veio o processo do regime militar, e nesse período se chamou a atenção para o fato de que nós tínhamos muitos excedentes, então nós precisávamos de mais escolas. Essas escolas foram criadas, no entanto apareceu um número crescente de escolas privadas. Eu não tenho nada contra escola privada, acontece que, na maioria, das escolas privadas, as entidades que propõem a escola não têm nenhuma tradição na área de saúde. Não têm hospital, não têm ambulatório, não têm nada. Como é que eu vou abrir uma faculdade se eu não tenho um complexo médico, hospitalar, ambulatorial, para promover o ensino? Mas encontrou-se uma solução, e no Brasil sempre se encontra solução. A solução foi fazer convênio com os hospitais públicos. Ora, eu tenho dito que o hospital público é um hospital assistencial, e há uma diferença entre o hospital assistencial e o hospital de ensino. O hospital assistencial é importante porque as pessoas precisam se tratar com o conhecimento existente. O hospital de ensino tem outro compromisso, além de dar assistência. Ele tem a responsabilidade de gerar conhecimento, de testar conhecimento e de oferecer

avanço nesse conhecimento. Isso não significa que o hospital assistencial não pode participar do ensino, ele pode e deve, porque o aluno deve conhecer o sistema de assistência que o país possui.

Nós chegamos em 1996 com 82 faculdades de medicina. Destas, 40% eram privadas e que não tinham o complexo médico e ambulatorial. Aí se criou um problema, porque a pressão por novas escolas era muito grande e existia uma escola específica, em Canoas no Rio Grande do Sul, que queria abrir uma faculdade de Medicina, porque em Porto Alegre havia uma faculdade católica e eles queriam abrir uma faculdade luterana, e tinham apoio da Europa e de países europeus. Essa pressão foi insuportável. Nós, no Ministério da Saúde, resistimos, mas o ministro da Educação à época, que era gaúcho, um belo dia me telefona e diz: “Olha, Jatene, eu sou gaúcho, eu estou sofrendo uma pressão muito forte”, eu disse: “Não ceda, porque se você ceder para esta escola, vêm vinte atrás”, ele disse: “Não, é só essa”. Cedeu. Não vieram 20, vieram 103, só que essas escolas foram criadas sem nenhum critério, sem nenhum direcionamento, como vou lhes mostrar.

É comum se dizer que a região Sul-Sudeste é a privilegiada, a que tem o maior número de vagas e escolas, e eu vou lhes mostrar que isso não é bem verdade. Vejam, de 1908 até 1948, nós tínhamos treze faculdades de medicina, doze eram públicas e uma privada que depois se federalizou. De 1948 a 1960, nós fizemos 17 faculdades, quatro privadas, aquelas que eu lhes disse, e treze públicas. Nós chegamos ao fim dos anos 1960 com 30 faculdades de medicina. No período de 1961 a 1979, nós criamos 47 faculdades, só que 26 delas eram privadas, com esses defeitos que eu já lhes relatei. Nessa altura, houve uma grande reação da comunidade médica, porque essas escolas não tinham condições de preparar os seus alunos de maneira adequada, não tinham um hospital de ensino e viviam praticamente à custa das mensalidades, chegando a ter mensalidades de cinco, seis mil reais. Por isso, nesse período de 1979 a 1996, nós praticamente não agregamos faculdades de Medicina. Foram só cinco que a pressão política conseguiu aprovar. Nós chegamos em 1996 com 82 faculdades de medicina. De 1996

a 2011, nós criamos 103 faculdades de medicina, só que 72 privadas, com os mesmos defeitos que nós já tínhamos detectado antes. Então nós ficamos com 185 faculdades de Medicina. Até 1996, nós oferecíamos, com essas 82 faculdades, pouco menos de nove mil vagas. Em 2012 a 2013, nós fizemos mais de 17 faculdades de medicina, das quais 13 privadas, duas estaduais e duas federais. Chegamos, portanto, a 202 faculdades de Medicina e há autorização, que foi dada no dia 5 de junho de 2012, para 18 novos cursos em universidades federais que deverão ser implantadas até o final de 2014. Nós caminhamos para ter no país 220 faculdades de Medicina, talvez o maior número depois da Índia.

Para demonstrar que não há nenhum critério, vejam as escolas que foram autorizadas no dia 5 de junho. Foram autorizadas uma escola em Votuporanga e duas em São José do Rio Preto. São José do Rio Preto já tinha uma faculdade e, na região, havia outra em Catanduva e mais uma faculdade em Fernandópolis. Propuseram uma faculdade em Votuporanga e duas em São José do Rio Preto. A regional de São José do Rio Preto tem seis faculdades de Medicina, oferece uma vaga para pouco mais de três mil habitantes. Em Belo Horizonte, foi autorizada mais uma e outra em Betim, quando em Minas Gerais já tem um excesso de vagas. Cajazeiras na Paraíba já tem uma faculdade, um curso na Universidade Federal; autorizaram mais uma privada. Em Brasília, o Centro Universitário de Brasília (UniCeub), em Várzea Grande (MT) e no Paraná.

Os cursos autorizados em faculdades federais são estes: no Amazonas, em Coari; no Maranhão, em Imperatriz de Pinheiros; no Piauí, em Parnaíba; em Pernambuco, no Caruaru; em Alagoas, em Arapiraca; no Rio Grande do Norte, em Caicó; na Bahia, em Paulo Afonso e em Santo Antônio de Jesus; no Mato Grosso, em Sinop e em Rondonópolis; em Minas Gerais, mais 4, em Alfenas, que já tem faculdade de Medicina, em São João Del Rei, em Teófilo Otoni e em Diamantina; e no Rio Grande do Sul em Passo Fundo.

Vou lhes mostrar na região Norte, que inclui o Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins e Rondônia, o número de vagas ofertadas: Rondônia, 230; Tocantins, 300 vagas; Pará, 390 va-

gas; Amazonas, 470. Quando eu coloco essas vagas por milhão de habitantes, vejam o que acontece. Tocantins fica com 232 vagas por milhão de habitantes; Rondônia, 152; Amazonas, 138; Pará, 52. Quer dizer, a região Norte tem 103 vagas por milhão de habitante e a média nacional é 90. Então, na região Norte existe mais vagas do que a média nacional.

No Nordeste, a Bahia tem o maior número de vagas, 803; depois vêm Ceará, Piauí, Paraíba e Pernambuco. Colocando essas vagas por milhão de habitantes, a situação se modifica; Piauí é quem tem o maior número de vagas por milhão de habitantes, seguida de Paraíba; e a Bahia é o que tem o menor número de vagas junto com o Maranhão. Ou seja, não houve nenhum critério na distribuição dessas escolas. Não houve interferência do Ministério da Educação. A região Nordeste continua com 75 vagas por milhão de habitantes, enquanto a média nacional é 90,2.

No Centro-Oeste, Mato Grosso tem 400 vagas, Goiás tem 230, Brasília tem 376 e Mato Grosso do Sul tem 300. Por milhão de habitantes, a região Centro-Oeste tem 101 vagas, quando a média nacional é de 90. Mato Grosso tem 213 vagas por milhão de habitantes, Goiás tem 38. Outra vez se demonstra que não houve nenhum critério nessa distribuição. Brasília tem 146 vagas e Mato Grosso do Sul tem 127, quando a média nacional é de 90.

A região Sudeste é a que concentra o maior número de vagas. São Paulo tem 3.226 vagas; Minas Gerais tem 2.940 vagas; Rio de Janeiro tem 2.636; Espírito Santo tem 500. Quando eu coloco isso por milhão de habitantes, vejam que São Paulo fica com 80 vagas por milhão; Rio de Janeiro, com 164 vagas, tem mais do dobro de São Paulo; Espírito Santo, 143; Minas Gerais, 146. E vocês viram que criaram novas faculdades em Minas Gerais, quando, na verdade, ela já tem um excesso de vagas sendo ofertadas.

A região Sul tem 2.220 vagas. Rio Grande do Sul tem 822, o Paraná tem 908 e Santa Catarina tem 490. Quando eu coloco isso por milhão de habitantes, Paraná tem 87, Santa Catarina tem 80 e o Rio Grande do Sul tem 77, portanto, 81 vagas em média na região sul. Menos que a média nacional.

No geral, nós temos no Brasil, hoje, 18.454 vagas; em 1996 nós tínhamos 8.600, e há uma indicação no Ministério da Educação de que serão abertas mais 11 mil vagas. É um risco enorme, porque, como vamos conseguir corpo docente? E a ideia é abrir vagas onde o Ministério indicar, ou seja, onde há menos instituições, onde há menos recursos, menos médicos, menos possibilidade docente.

Isso mostra a desigualdade que existe no país nessa distribuição de vagas. Coloco esses números para que vocês percebam que, quando se fala em assistência à população em geral, se nós formos nos orientar pelas escolas, a situação vai ficar muito complicada. Aqui vocês veem os estados que têm mais do que a média, os que possuem pouco menos que a média e os que estão longe da média. São Paulo está dividido em 17 regionais. A regional da grande São Paulo tem 10 faculdades de Medicina que oferecem 973 vagas – uma vaga por 20 mil habitantes. A regional de Ribeirão Preto oferece uma vaga para quatro mil. A regional de São José do Rio Preto que eu falei oferece uma vaga para 3.300 habitantes. A regional de Araçatuba não tem faculdade, a de Bauru tem um milhão de habitantes e não tem faculdade; e a regional de São José dos Campos, que tem 2 milhões e 300 mil habitantes, tem uma vaga para 28 mil habitantes, só tem uma faculdade em Taubaté.

Agora, esses médicos são formados para quê? Para atender a uma clientela. Como se distribui essa clientela? De 1948, quando eu ingressei na faculdade, até 1960, a clientela se constituía de três categorias. Nós tínhamos o indigente, o previdenciário – distribuído em sete institutos de previdência – e o privado, que arcava com as despesas. Nessa época, as pessoas vendiam patrimônio para pagar médico e hospital. Em 1960, houve uma mudança importante, foi a entrada do convênio. O convênio começou em 1956, em São Paulo, mas se consolidou em 1960. Continuávamos com o privado e os indigentes. Nós tínhamos os institutos dos bancários, dos servidores do estado, dos industriários, dos comerciários, e cada instituto, que não tinha aposentado, criou um grande hospital no Rio de Janeiro, que era a capital federal. Os grandes hospitais do Rio de Janeiro foram criados nesta época: o hospital do servidor do Estado; o hos-

pital de Ipanema, que era dos comerciários; o hospital da Lagoa, que era dos bancários; e esses hospitais se transformaram em verdadeiros hospitais de ensino, porque os grandes professores do Rio de Janeiro trabalhavam nesses hospitais.

Em 1966, já no período da ditadura militar, os institutos foram todos fundidos no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) com um ramo que era o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e outro ramo que era o Inamps [Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social]. Nessa altura, a previdência social tinha um papel fundamental na assistência médica. Continuava o indigente nas Santas Casas e continuava ainda o privado. Quando veio a constituinte, nós estabelecemos que saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado, então nós retiramos o indigente. Não tem mais indigente, todos são submetidos a controle e a tratamento pelo Estado, e fundimos o previdenciário e o indigente. Virou uma categoria só, todos cobertos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Neste momento, já o número de aposentados tinha crescido muito e a previdência social retirou a sua participação no financiamento. Vem daí a crise do financiamento do setor. Nós criamos novos tributos, como o fim social, a participação sobre o lucro líquido, e também aumentamos alíquotas. Quando estive no Ministério, consegui aprovar a Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), quer dizer, foi todo um esforço para conseguir substituir o financiamento do setor, o que ainda não conseguimos. O privado praticamente desapareceu e o convênio assumiu um papel importante.

No momento em que nós criamos o Sistema Único de Saúde, nós criamos, na verdade, um sistema misto. A atividade ficou livre à iniciativa privada. E aconteceu uma coisa fundamental no setor: a iniciativa privada, que passou a trabalhar com os convênios e com privados, tinha o ingresso de recursos incomparavelmente maior do que o sistema público. Então começou a diferenciação, em que o sistema privado foi progressivamente assumindo a liderança. Por quê? Porque, ao mesmo tempo, a incorporação tecnológica se fez de

uma forma avassaladora. Então a Medicina passou a depender das indústrias, tanto de equipamento, quanto de medicamento. Porque, no passado, nós não tínhamos os produtos industrializados, as farmácias eram de manipulação e as medicações eram muito limitadas. Com o avanço tecnológico, que aumentou a segurança, diferenciou as especialidades, nós criamos uma dependência total da indústria, tanto que hoje nenhum congresso médico é feito sem a participação da indústria, e a participação da indústria tem-se tornado muito complicada na manutenção dos padrões éticos da profissão médica. Apesar disso, o SUS fez muita coisa e continua fazendo.

Em 2010, foram 3,6 bilhões de procedimentos, 1,6 bilhão de atenção básica, e 2 bilhões em atenção de maior complexidade, ações de vigilância e atendimento, consultas, vacinas, internações, exames bioquímicos. Um volume que desaparece diante da grande quantidade de gente que existe nas áreas urbanas. Nós fizemos uma coisa realmente incrível. A transição demográfica se fez em duas direções: de um lado nós criamos grandes conglomerados, de outro lado nós criamos um número enorme de municípios com pequena população. Hoje nós temos 53% dos municípios brasileiros com menos de 10 mil habitantes, e eles só concentram 6,5% da população, enquanto colocamos grandes massas de população morando em áreas onde os profissionais de que ela necessita não aceitam morar, como as periferias das grandes cidades.

E aí vem uma experiência brasileira que foi comemorada e consagrada no mundo inteiro - há um artigo no *British Medical Journal* dizendo que os países precisariam vir ao Brasil aprender como é que se faz atendimento básico - que foi o programa de Saúde da Família, baseado não no médico, baseado no agente comunitário. O agente comunitário é um dos moradores de um núcleo de 100, 200 famílias, de acordo com a concentração da população. Ele faz o cadastramento dessa população, sabe quais são as doenças crônicas presentes - hipertensão, diabetes, tuberculose etc. -, ele sabe quem está grávida e se está fazendo pré-natal ou não e ele vai ver a caderneta de vacinação das crianças. Ele serve de interlocutor junto com o posto, onde existe um médico, uma enfermeira, uma auxiliar,

para cada cinco ou seis agentes comunitários. Esse foi um modelo extraordinariamente importante que nós criamos no Brasil, só que esse modelo não cobre metade da população que precisa. Se ele não cobre metade da população, eu tenho metade da população que não tem cobertura e a eficiência fica muito comprometida. Ficou faltando no Programa Saúde da Família (PSF) unidades de especialidades vinculadas às equipes. Ao contrário, se decidiu pela criação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA) sem vínculo com o PSF e atendendo indistintamente quem a procura, enquanto no PSF a população é vinculada. Ficou faltando, também, o volume de recursos capaz de mover toda estrutura acrescida de unidades de internação à disposição dos especialistas que devem dar cobertura a população vinculada. Esse problema fica muito claro quando nós vamos ver quais são os recursos colocados à disposição do sistema de saúde.

Eu trago aqui para os senhores alguns países que têm sistemas públicos parecidos e os valores gastos por esses países nos anos 1960, 1990, 1998 e 2006, e vejam que, em 2006, o nosso gasto em saúde era de 775 dólares *per capita*. Isso significa que nós estamos gastando o que esses países gastavam em 1964, com um agravante, esses países gastam muito mais com o sistema público do que com o sistema privado, menos o Brasil, que gasta mais com o sistema privado do que com o sistema público. Ou seja, nós temos pouco com o sistema público. Eu fiz um exercício aqui. Se nós gastássemos o que gasta a Alemanha, nós precisaríamos de 617 bilhões de dólares. Se gastássemos o que gasta o Canadá, nós precisaríamos de 649 bilhões. Se gastássemos o que gasta a Suécia, 572 bilhões. Nós gastamos 143 bilhões de dólares. Então não tem nenhum sentido, quando se pretende comparar o sistema brasileiro com os desses países. Primeiro, são países que têm pouca população. Suécia tem sete milhões, Canadá tem 23 milhões, Alemanha tem 80 milhões, Austrália tem 25 milhões. O Reino Unido tem 60 milhões, nós temos 190 milhões.

Com dados mais recentes, e colocando os valores *per capita* vemos que, os Estados Unidos gasta 7.410 dólares *per capita*/ano. Gasta 16% do seu orçamento. A Alemanha 11%, 4.129 dólares per

capita/ano; a França, 3.930; Reino Unido, 3.390; e o Brasil gasta 943. A Argentina gasta mais que nós, o México gasta menos que nós. A disponibilidade, portanto, público-privada era mais ou menos esta, em 2009: 127 bilhões de reais do público e 143 bilhões de reais do privado, total de 270 bilhões. Ou seja, considerando as populações, 1.420 dólares ou 2.600 reais *per capita* no sistema privado e 793 reais *per capita* no sistema público. Ou seja, no sistema público gasta-se 440 dólares da época enquanto se gasta 1.440 no privado. Ou seja, o privado gasta quase quatro vezes mais do que o setor público. Então, o que aconteceu? O privado é que tem condições de atualizar o equipamento e, em consequência, tem condições de assumir a liderança. Não é por outra razão que as autoridades brasileiras não vão ao sistema público. Quando precisam, vão ao sistema privado, porque o sistema público não tem financiamento para acompanhar a evolução científica e tecnológica. Outro exercício: Se eu duplicasse o gasto público, ficaria com 254 bilhões de reais no setor público e 143 no privado, ainda assim, considerando as populações, o privado gasta bem mais que o público, mas se eu tivesse essa duplicação, eu ficaria numa posição mais confortável, com o setor público gastando 63% do gasto total em saúde. Eu não chego aos valores do Reino Unido, que gasta 87%, mas me aproximo da Austrália, que gasta 67%. Agora uma pergunta que precisa ser feita: tem de onde tirar? Todo mundo se queixa que gasta muito, que paga demais, que a carga tributária é muito elevada. Tem de onde tirar?

Veja este dado do Ministério do Planejamento, de 2011: as obrigações, ou seja, as despesas obrigatórias, representam 89% do orçamento e as despesas discricionárias, que podem ser distribuídas, representam 11%. Se nós dividirmos isso, nós vamos verificar que a amortização da dívida – juros e encargo da dívida e demais despesas financeiras – consome 53% do orçamento. Do que resta, 162 bilhões ou 8,9% vão para o Fundo de Participação dos Estados e Municípios; 333 bilhões ou 16,8% vão para previdência e assistência social. O dinheiro da Previdência Social não é do governo, mas sim dos aposentados e pensionistas. O governo é que se põs a administrar e arrecadar, mas ele não faz nada com esse dinheiro. Fazia,

no passado, quando não tinha aposentados em número suficiente. Os gastos com pessoal e encargos levam 9,5%, onde estão incluídos todo o pessoal do Ministério da Educação, hospitais universitários etc. e todo o pessoal da Saúde. Depois das demais despesas obrigatórias restam, para as despesas discricionárias, 202 bilhões. Neste item nós temos uma parcela significativa: 30%, ou 60 bilhões de reais. A Educação, além dos gastos com pessoal, hospital universitário, entre outros, tem mais 13%, que totalizam 26 bilhões. O que resta vai para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e para o Bolsa Família. É esse o dinheiro que nós temos, não dá para fazer mais.

E aí, então, entra uma consideração que vale a pena discutir aqui, que é a seguinte: todos se queixam da carga tributária de 36%. Se nós tirarmos 14%, que é previdência, restam 22%, o que não dá para um país que teve o desenvolvimento que nós tivemos num curto intervalo de tempo. A Catedral de Notre Dame é de 1200, a Torre Eiffel é de 1889, para comemorar 100 anos da revolução francesa. A França, em 1890, tinha 33 milhões de habitantes, hoje tem 66 milhões. Nem dobrou. Nós tínhamos 14 milhões de habitantes, hoje temos 195 milhões. O estado de São Paulo tinha 1,3 milhão, hoje tem 41 milhões. A cidade de São Paulo tinha 65 mil habitantes, hoje tem 11 milhões. Então, demandas como as de saneamento básico, de transporte e de segurança, são incomparavelmente diferentes daqueles países de primeiro mundo, que tinham colônias, que drenaram a riqueza do planeta. Nós, quando começamos o nosso desenvolvimento, que foi a partir dos anos 50 do século 20, precisamos conseguir empréstimos, sobre o qual pagamos juros e estamos pagando até hoje. Assim, é preciso tomar um pouco de cuidado quando a gente discute esse assunto.

Então, aqui vem uma discussão muito importante: como nós conseguimos ter áreas em cidades que abrigam populações com deficiências inaceitáveis equivalentes em população a países que têm renda *per capita* de 60 mil dólares? Isso ocorre porque a arrecadação é insuficiente e desproporcional em relação às necessidades. Por que isso acontece? Só tem uma possibilidade: quem gera a receita,

se apropria dela. Como se apropria dela? Só tem um jeito: sonegando, legal ou ilegalmente. Então o nosso Produto Interno Bruto (PIB) não é correto. É preciso verificar que os países do primeiro mundo fazem sua carga tributária em cima da riqueza, herança, patrimônio e renda. Nós fazemos a nossa carga tributária principalmente sobre produtos, bens e serviços. Então quem paga não é quem produz a riqueza, quem paga é quem compra. Por isso é que, para o povo, a carga tributária é muito alta, mas, na soma dos recursos, eles são insuficientes. Há pouco tempo, teve um francês, um tal de Gérard Depardieu, que foi pedir a cidadania russa. Por que ele fez isso? Porque o governo francês acenava que ia passar o imposto de renda para 60%, que é mais ou menos o que tem na Suécia. Aqui, o máximo de imposto de renda é 27,5%. Então, quem ganha acima de três mil, três mil e pouco, já paga 27,5%, e quem ganha bilhões paga 27,5%. Nós não conseguimos arrecadar o que nós precisamos. É importante que isso fique na mente de vocês.

Há aqui outro problema: como é que esses médicos que a gente forma estão distribuídos no território nacional? A maioria está nas capitais. Temos, por exemplo, 66,8% dos médicos da região Nordeste nas capitais, e as capitais têm 21% da população. Na região Sul-Sudeste, tem um equilíbrio um pouco maior. O Brasil tem 1,95 médico por mil habitantes. Acima desse índice, nós temos apenas seis estados, mas quando vamos para as capitais, somente seis estados estão abaixo de 1,95. Capitais como Vitória têm dez médicos por mil habitantes, Porto Alegre tem oito. Isso poderia significar que as capitais estão bem servidas de médicos. Eu fiz um estudo em 1999 em São Paulo. A cidade tinha 10 milhões de habitantes em 96 distritos e eu estudei a distribuição dos leitos hospitalares, porque onde tem hospital tem médico, porque o médico precisa de infraestrutura para trabalhar. Nós temos 25 distritos da capital de São Paulo com 12,59 leitos por mil habitantes. Essa área concentra 120 hospitais. E temos 71 distritos quem têm 0,6 leitos por mil habitantes. Se eu quiser colocar 2 leitos por mil habitantes nesses 71 distritos onde vivem oito milhões de pessoas, o déficit ia ser de doze mil leitos. Doze mil leitos são sessenta hospitais de 200 leitos. Nós últimos quinze anos,

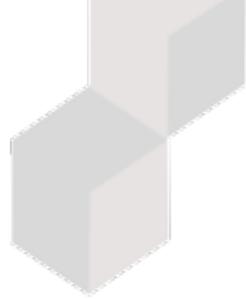
fizeram três. Então não surpreende a ninguém que a deficiência seja da forma que nós estamos vendo no país. Quanto às equipes de saúde da família, na capital do estado de São Paulo, nós precisaríamos de duas mil e quatrocentas, nós temos mil duzentos e setenta e uma.

No Brasil, nós temos 2.513 municípios com menos de dez mil habitantes, 45% dos municípios e 6,7% da população. Temos entres dez e cinquenta mil habitantes, 2.449 municípios, ou seja, 89% dos municípios brasileiros têm menos de cinquenta mil habitantes. De cinquenta a cem mil, temos 325, com mais de cem mil temos 268 e com mais de um milhão temos 14. Essa distribuição é que cria a grande deficiência, e como a mídia está muito interessada na deficiência, ela busca os hospitais e prontos-socorros das grandes cidades que estão com a população médica concentrada nas regiões mais ricas da cidade. E aqui que entra a discussão: O que a universidade pode fazer? O que nós podemos fazer?

Vamos simplesmente raciocinar sobre que tipo de médico nós estamos formando. Nós estamos formando candidatos à residência médica. Ora, a residência médica dirige o médico para a especialização. Então, durante o curso o aluno já escolhe a especialização que quer e já se interessa pelos assuntos daquela especialidade. Nós não formamos um médico para trabalhar com a população sem usar a alta tecnologia. Por que nós não formamos esse médico? Nós não formamos esse médico porque o curso precisaria ser ministrado por médicos generalistas. O curso não pode ser ministrado por médicos especialistas, e todas as disciplinas são de especialistas, e se discute muito a carga horária de cada disciplina. Essa ideia precisa ser modificada, porque, para eu formar um médico generalista, ele não precisa aprender as especialidades. Eu vou dar um exemplo claro para vocês: imaginem que eu vou ensinar em cirurgia cardíaca a tetralogia de Fallot, que é uma cardiopatia cianogênica. Ele não precisa aprender tetralogia de Fallot, ele precisa saber que existem dois grupos de crianças com cardiopatia cianótica: um grupo que tem isquemia do pulmão, um grupo que tem congestão do pulmão. O grupo que tem isquemia do pulmão, quando fecha o canal arterial, piora, e não pode dar cardiotônico. O grupo que tem congestão

do pulmão, quando regride, o padrão fetal da circulação pulmonar piora, precisa tomar cardioprotetor e encaminhar para o especialista. É só isso. Mas isso não deve ser ensinado na cirurgia cardíaca, mas na cardiologia. Então a cirurgia cardíaca não deve ser ensinada para o estudante. Ele deve ter noção do que a cirurgia pode fazer, mas ele não deve aprender a especialidade em cirurgia. Acontece que o professor que é especialista, quer ensinar a sua especialidade. Como ele não tem tempo, o ensino fica fragmentado e incompleto e o aluno não consegue se sentir em condições de sair para enfrentar a população sem usar a alta tecnologia. Residência só existe em hospitais que detêm toda a tecnologia e para tratar das pessoas, num atendimento primário, não precisa de tecnologia. Esse dado que Cuba percebeu e preparou pessoas que vão atender essas populações sem usar alta tecnologia, tanto que o grande ingresso de recurso que Cuba tem é dos médicos que ela manda para o exterior. Ou seja, é preciso que se medite sobre essa situação que nós estamos enfrentando para poder traçar os objetivos de longo prazo. A medicina não pode continuar sendo ensinada como está, porque ela, como está, não atende a grande massa da população, mas ela precisa fazer o avanço científico e tecnológico, e então as especialidades vão formar especialistas, vão trabalhar na pós-graduação e não na graduação. Eu acho que essa mudança é que nós precisamos enfrentar, mas temos muita dificuldade, porque nós não temos os professores generalistas. Essa é a dificuldade que nós estamos enfrentando. Nós temos que criar o professor generalista que ensina, da especialidade, o que nenhum médico pode deixar de saber, especialmente em emergência.

CAPÍTULO 5



Anísio Teixeira e a nova Universidade Nova¹⁵

Naomar de Almeida Filho¹⁶

Preparei esta exposição em três partes. Inicialmente, vou falar sobre o legado de Anísio Teixeira, de modo muito conciso e, portanto, fazendo justiça à diversidade e riqueza não só do pensamento *anisiano*, mas da ação por ele orientada. Anísio Teixeira gostava muito da expressão “pensamento e ação” advinda do pragmatismo, que sintetizava sua vida e obra. Na segunda parte, vou abordar, também brevemente, um movimento do qual a UnB foi nossa parceira e que, num certo momento, se chamou Universidade Nova. Essa expressão também vem do glossário *anisiano*, remetendo ao famoso movimento da Escola Nova, pois Anísio gostava de falar da universidade renovada. Por último, pretendo apresentar e discutir o argumento de que, no que se refere à universidade, inovar ou renovar é preciso, sempre. O novo se torna datado em tempo cada vez mais rápido e precisa se tornar mais novo ainda. Esse é o

¹⁵ Sessão realizada em 16/09/2013, no Auditório da Reitoria da Universidade de Brasília.

¹⁶ Médico e reitor da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

maior desafio quando se pretende construir uma universidade de fato nova. Como vocês sabem, estou engajado na criação da Universidade Federal do Sul da Bahia, com a pretensão de que ela seja uma “nova universidade nova”, que terá que ser, nesse processo, continuamente renovada.

O legado de Anísio Teixeira constitui uma das contribuições da Bahia ao pensamento nacional. Anísio Teixeira nasceu em 1900, em Caetité, interior longínquo da Bahia, e morreu, ou foi assassinado, em 1971, no Rio de Janeiro. Nesse percurso, conseguiu deixar uma marca fundamental para repensar, reconstruir e revolucionar o cenário educacional brasileiro, entre 1923 e 1965.

Vejam estes quadros de Caribé, considerado um dos maiores pintores da Bahia:





Vocês acham que esses signos de baianidade pouco têm a ver com Anísio Teixeira? Pois Anísio foi o responsável por fazer de Caribé, que nasceu na Argentina, o mais baiano dos argentinos. Ramiro Bernabó, nome de batismo de Caribé, conta num depoimento porque veio e decidiu ficar na Bahia:

Rubem Braga, um dia, fez uma carta para Anísio Teixeira, secretário de Educação e Cultura,

e me disse: 'vai ver esse homem que ele vai lhe dar um emprego na Bahia'. Olhei a carta e fiquei morrendo de vergonha de tanto elogio que ele fazia. Aí vim para a Bahia. Entreguei a Anísio. Ele leu e disse: 'vamos ver, estou fazendo umas escolas, uma espécie de **universidade popular** e gostaria de fazer um painel e até tenho um recorte de uma ilustração sobre a Bahia'. Mandou a secretária buscar. Não tinha mais assunto quando a secretária voltou, era um almanaque que eu tinha feito. Aí pronto. Ele me disse: 'você vem para o ano e vamos arranjar tudo'.¹⁷

Foi assim que Caribé veio para a Bahia, graças a Anísio Teixeira quando Secretário de Educação no pós-guerra, nesse período muito rico na história do nosso estado, na redemocratização do país depois da queda da ditadura Vargas. Notem que, na conversa entre eles, aparece a ideia de uma universidade popular.

Anísio era um anotador compulsivo e sistemático, força do hábito. Eis uma anotação dessa época, num escrito publicado em 1957:

As ciências não nos irão dar regras de arte, mas conhecimentos para rever e reconstruir, com mais inteligência e maior segurança, as nossas atuais regras de arte, criar, se possível, outras e progredir em nossas práticas educacionais, isto é, nas práticas mais complexas da mais complexa arte humana. Tudo, na realidade, entra nessa prática. A nossa filosofia, concebida como conjunto de valores e aspirações, as ciências biológicas,

¹⁷ Depoimento de Caribé. In: PORTUGAL, Claudius. Outras cores: 27 artistas da Bahia - reportagens plásticas. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1994, p. 15-16.

psicológicas e sociais, todas as demais ciências como conteúdo do ensino, enfim, a cultura, a civilização e o pensamento humano em seus métodos e resultados.¹⁸

E vejam esta sequência, que não é do mesmo texto, mas o complementa perfeitamente:

De posse desses valores, em rigor espirituais, integrantes de sua cultura, um povo percebe quanto está aberta a possibilidade de sua modificação, seja pela *perda* desses valores conscientes, seja pela sua alteração ou renovação. A escola, criada para impedir a sua *perda*, ou modificação, não pode deixar de sentir-se, ao mesmo tempo, instrumento de sua possível modificação. Contra isto é que atua o propósito consciente de inércia, que domina toda sociedade, forçando a escola a se manter a mais conservadora das instituições, a instituição, por excelência, de defesa do *status quo*.¹⁹

Essas anotações mostram a linha serena e a consistência do pensamento de Anísio Teixeira, pensamento de uma força política imensa. Sua promessa – “Tudo farei para apressar o processo de unificação da escola brasileira e de destruição do dualismo obsoleto, de educação para elite e educação para o povo...”, cabe, hoje ainda, com total pertinência e oportunidade.

Quando a transformação se operar completamente a escola será uma escola práti-

¹⁸ TEIXEIRA, Anísio. Ciência e arte de educar. Educação e Ciências Sociais. v.2, n.5, ago. 1957. p.5-22.

¹⁹ TEIXEIRA, Anísio. Educação e o Mundo Moderno. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977. p. 151.

ca podendo tudo ensinar, desde cursos de literatura clássica até cursos técnicos de ciência aplicada, mas com um novo espírito de formação democrática para o trabalho, a distinção entre seus alunos será distinção entre aptidões e não distinção social ou de salário, todos se educaram para ganhar vida, segundo suas inclinações ou pendores em uma sociedade que não conhecerá outra desigualdade, senão a do mérito, do esforço e da eficácia.²⁰



Aqui está a famosa Escola Parque de Salvador, oficialmente designada como Centro Educacional Carneiro Ribeiro, que existe e funciona até hoje.

²⁰ TEIXEIRA, Anísio. Educar para produzir. Rio de Janeiro: CAPES, 1952.



Nessa foto, Anísio Teixeira visita a Escola Parque pouco depois de sua inauguração. Impressionante seu enlevo e satisfação, olhando os meninos brincando e aprendendo. Enquanto esses outros senhores olham para a câmera, posando, Anísio está efetivamente imerso naquilo que era certamente o prazer maior do educador, a relação com os alunos.

No entanto, Anísio sempre foi um educador além do seu tempo, com aguda consciência da importância da prospecção do futuro, por isso certamente apreciaria muito vocês terem nomeado esta série de debates como UnB.Futuro. Sobre o futuro, vejamos este trecho de um dos seus discursos, publicado em 1963:

Estamos entrando em uma nova fase da civilização industrial com a explosão con-

temporânea dos conhecimentos, com desenvolvimento da tecnologia e com extrema complexidade consequentes da sociedade moderna, se a isto juntarmos a explosão de conhecimentos e as mudanças que os novos conhecimentos com suas consequências tecnológicas estão a trazer, podemos imaginar até que ponto as forças dos costumes, dos hábitos e das velhas crenças e preconceitos vão ser destruídas ou superadas, e quanto vai homem depender de sua cultura formal e consciente, do seu conhecimento intelectual simbólico e indireto para se conduzir dentro da nova e desmesurada amplitude de sua vida pessoal, a educação para este período da nossa civilização ainda está para ser concebida e planejada e depois disso para executá-la será preciso o perfil de um novo mestre dotado de cultura e treino que apenas começamos a imaginar.²¹

Para o projeto da nova instituição que estamos concebendo – a Universidade Federal do Sul da Bahia – estamos buscando construir um eixo conceitual consistente. Nesse sentido, fizemos uma revisão da obra fundamental de Anísio Teixeira. Ficamos realmente fascinados com a abertura do Mestre Anísio para um mundo que não existia naquele tempo, mas que é o que estamos hoje, um mundo onde a ciência e a tecnologia predominam. Vejam: “[...] nossa tarefa é hoje muito mais difícil” [...] – dizia ele no final dos anos 1950, “[...] primeiro porque precisamos fazer algo semelhante para todos e não apenas para alguns e segundo porque já não estaremos ministrando a cultura clássica, mas a complexa, vária, cultura científica moderna”. Só para nos situar-

²¹ TEIXEIRA, Anísio. *Mestres de amanhã. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.40, n.92, out./dez. 1963, p.10-19.

mos: quando, apenas cinco anos antes, a famosa Conferência de Cambridge de C. P. Snow inaugurava o discurso crítico à cisão das culturas acadêmicas,²² Anísio já dizia que as ciências compunham uma cultura científica, parte da cultura humana. E vejam que impressionante antevisão:

[...] os novos recursos tecnológicos e os meios audiovisuais irão transformar o mestre no estimulador e assessor do estudante, cuja atividade de aprendizagem deve guiar, orientando-o em meio às dificuldades da aquisição das estruturas e modos de pensar fundamentais da cultura contemporânea de base científica em seus aspectos físicos e humanos. Mais do que o conteúdo do conhecimento em permanente expansão, cabe-lhe, com efeito, ensinar ao jovem aprendiz os métodos de pensar [...], a fim de habilitá-lo a fazer de toda a sua vida uma vida de instrução e estudos.²³

Naqueles tempos, alguém afirmar que conhecer não é armazenar conteúdos, e sim incorporar maneiras de coletivamente construir conhecimento era pura vanguarda, mesmo num plano mundial. E mais ainda, às vésperas do obscurantismo da ditadura militar, muita coragem para agregar uma reflexão política de extrema atualidade, ao apontar que a revolução democrática, pacífica e sustentável pode ser viabilizada pela universalização da educação nos níveis iniciais, como condição de emancipação política e equidade social e pela ampla oportunidade de acesso à formação universitária, determinante do desenvolvimento econômico e humano das nações.

²² SNOW, Charles Percy. *As Duas Culturas*. São Paulo: Edusp, 1995.

²³ TEIXEIRA, Anísio. Mestres de amanhã. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.40, n.92, out./dez. 1963, p.10-19.



Aqui está Anísio, já funcionário do Ministério da Educação e Cultura, com Celso Furtado, ainda jovem, no final da década de 1950, quando, junto com Rômulo Almeida, concebe e organiza a Coordenação para o Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior. Transformada em fundação vinculada ao MEC, a Capes se tornaria o principal órgão fomentador da formação acadêmica no Brasil. Além de Celso Furtado e Rômulo Almeida, é importante destacar também a relação de Anísio com Darcy Ribeiro, que daria importante contribuição, pouco mais tarde, ao processo de organização da Universidade de Brasília. Muito do conceito de cultura que Anísio Teixeira expressa em seus livros vem de sólida formação teórica antropológica e de anos de convívio, debates, discussões e diálogos com Darcy.

A referência a Darcy Ribeiro remete a um tema que antecipei em conversa com o Isaac Roitman. Ousaria, aqui no coração da

UnB, propor uma releitura da história de criação da UnB. Admito que é pura ousadia, ou mesmo imprudência, porque sei que vocês têm um núcleo que vem estudando a história da educação brasileira com foco na história da UnB. Darcy é quase venerado como pai fundador da UnB e todos os que o conheceram sabem que ele nunca recusou homenagens. Isso é flagrante quando escreve:

Acresce que se devêssemos falar de pai fundador, uma outra vaga deveria ser aberta para Anísio que foi quem mais contribuiu para que a universidade de Brasília se concretizasse, é certo que em todo período de gestação e mesmo nos anos de implantação, Anísio e eu mantivemos polêmica acesa sobre o modo de organizar a universidade, ele defendendo a ideia de que a UnB deveria ser estruturada para operar apenas como um centro de pós-graduação, destinado a preparar o magistério superior do país, eu contra-argumentando que mesmo para funcionar como instituto de pós-graduação, era indispensável que administrasse também o ensino básico.²⁴

Quando li esse trecho, achei que o testemunho de Darcy, insinuando que Anísio trazia uma visão elitista da educação superior, não combinava com o pensamento de alguém cuja vida e obra se mostravam radicalmente fundamentadas na democracia, que exibia minuciosa e sofisticada concepção política para gerenciar complexas dinâmicas de transformação institucional. Mais ainda, de um líder intelectual que, desde o começo (lembrem-se do depoimento de Caribé) buscava a construção de uma universidade popular. Não, isso não fazia o menor sentido. Então comecei a me interessar por

²⁴ RIBEIRO, Darcy. *UnB, Invenção e Descaminho*. In: GOMES, C.A. Darcy Ribeiro. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2010, p. 101.

esse tema, aparentemente de importância secundária nas carreiras de personalidades tão marcantes para a história nacional.

Encontrei um pequeno texto do professor Héglio Trindade, que não alcançou maior repercussão, mas que contesta a narrativa construída por Darcy sobre a fundação da UnB.²⁵ Gostaria de propor que essa narrativa expressa um mito, repetido ano a ano. Diz esse mito que Darcy foi concebedor, criador, grande engenheiro institucional e líder heroico no processo de implantação da UnB e que Anísio Teixeira, um ilustre coadjuvante, inicialmente consultor e depois parceiro convidado por Darcy, teria tido uma posição contrária ao modo como a UnB se construiu. Gostaria de indicar também o papel decisivo de Cristovam Buarque para a acreditação desse mito, ao afirmar que a UnB tinha sido “pensada por um grupo liderado por Darcy Ribeiro e implantada por ele”.²⁶

Realmente, a narrativa da concepção e criação da UnB pode ser encontrada em grande detalhe principalmente em entrevistas e documentos escritos pelo próprio Darcy, depois que voltou do autoexílio. Darcy conta que

[...] em razão daquelas relações governamentais e destes vínculos com os problemas educacionais, é que surgiram condições para que eu viesse a ser encarregado de projetar a universidade de Brasília. Inicialmente, sem ser incumbido oficialmente disso, passei a me preocupar com o problema porque colaborando com Anísio no planejamento da rede do ensino primário e médio que se ia instalar na nova capital, comecei a cogitar do Ensino Superior.

²⁵ TRINDADE, Héglio. Anísio Teixeira e os desafios atuais da educação superior. Disponível em: http://www.ilea.ufrgs.br/unipampa/ANÍSIO_TEIXEIRA.pdf. Acesso em: 12 abr. 2014

²⁶ BUARQUE, Cristovam. *A aventura da Universidade*. São Paulo: Editora UNESP/Paz e Terra, 1994.

Darcy nem tenta esconder a autoatribuição da ideia original e de toda uma trajetória inicial que terminaria por fundar uma nova instituição e, a partir dela, sua tradição como fonte de inovação curricular, pedagógica e institucional. Sem qualquer rasgo de modéstia, afirma que:

[...] a ideia da criação da nova capital de uma universidade tão inovadora no plano cultural, quanto era a própria Brasília no plano urbanístico e arquitetural acabou interessando ao presidente, sobretudo depois que Vitor [Nunes Leal, Chefe de Gabinete de Juscelino Kubitschek] lembrou-lhe que Thomas Jefferson pediu que só se consignasse em seu túmulo que ele fora o criador da Universidade da Virginia.²⁷

Roberto Salmeron, testemunha engajada e cronista da cruel repressão militar ao projeto da UnB, contesta a versão de Darcy e inverte os papéis. Afirma Salmeron: “Anísio Teixeira fez um anteprojecto do qual participou Darcy Ribeiro, que trabalhava com ele no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e a quem Juscelino Kubitschek ainda não conhecia. Ocupado com o Plano Educacional de Brasília, ele [Anísio] deu liberdade de ação a Darcy Ribeiro, que iniciou muitos contatos”.²⁸

E todas as dúvidas se dissipam ao se dar a palavra ao próprio Presidente Juscelino Kubitschek, em seu livro-testemunho *Porque construí Brasília*, que de modo algum corrobora a narrativa mítica de Darcy. O Presidente JK registra com clareza:

Do meu entendimento com o ministro Clóvis Salgado resultara a escolha do técnico

²⁷ RIBEIRO, Darcy. UnB, *Invenção e Descaminho*. In: GOMES, C. A. Darcy Ribeiro. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010, p. 104.

²⁸ SALMERON, Roberto A. *A universidade interrompida*: Brasília 1964-1965. Brasília: Editora da UnB, 1999, p. 37.

que se incumbiria da tarefa: Anísio Teixeira. Tratava-se de um idealista, profundo conhecedor das melhores técnicas educacionais, e de um intelectual dotado da visão universalista do papel que competia à juventude desempenhar face aos desafios do mundo moderno. Só essas duas qualidades assegurariam de antemão a realização dos dois objetivos prioritários da universidade a ser criada: renovação de métodos e concepção de um ensino voltado para o futuro.²⁹

Quando assisti, em vídeo, a algumas entrevistas de Darcy (eu não o conheci pessoalmente, mas o professor Isaac Roitman, sim!) vi que era uma pessoa hiperativa, muito simpática, que se divertia com a autorreferência e gozava com o reconhecimento de todos.

Enfim, a hipótese que gostaria de propor é que o projeto inicialmente pensado por Anísio não foi o mesmo projeto que, após longo périplo, a UnB terminou inaugurando. Essa hipótese é reforçada por um detalhe simples: a UnB foi construída com um *campus* próprio, único, autocontido, sem referência ao sistema geral de educação e isso é *anti-Anísio*, mas próprio de Darcy Ribeiro. Salmeron já mencionara que Anísio muito investira na formulação do Plano Educacional de Brasília, que não se restringia apenas ao ensino primário e secundário. Isso é confirmado por um dos textos correlatos ao Plano, de autoria do próprio Anísio:

Como as necessidades da civilização moderna cada vez mais impõem obrigações à escola, aumentando-lhe as atribuições e funções, o plano consiste - em cada nível de ensino, desde o primário até o superior ou terciário, como hoje já se está a chamar - num conjun-

²⁹ KUBITSCHKE, Juscelino. *Porque construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1975, p. 212.

to de edifícios, com funções diversas e considerável variedade de forma e de objetivos, a fim de atender a necessidades específicas de ensino e de educação e, além disso, à necessidade de vida e convívio social.³⁰

Encontrei, nos textos *Instituidores da UnB*, a exposição de motivos redigida por Anísio Teixeira, mas assinada pelo Ministro da Educação Clóvis Salgado, na qual se descreve a estrutura da formação universitária da nova instituição, da seguinte forma:

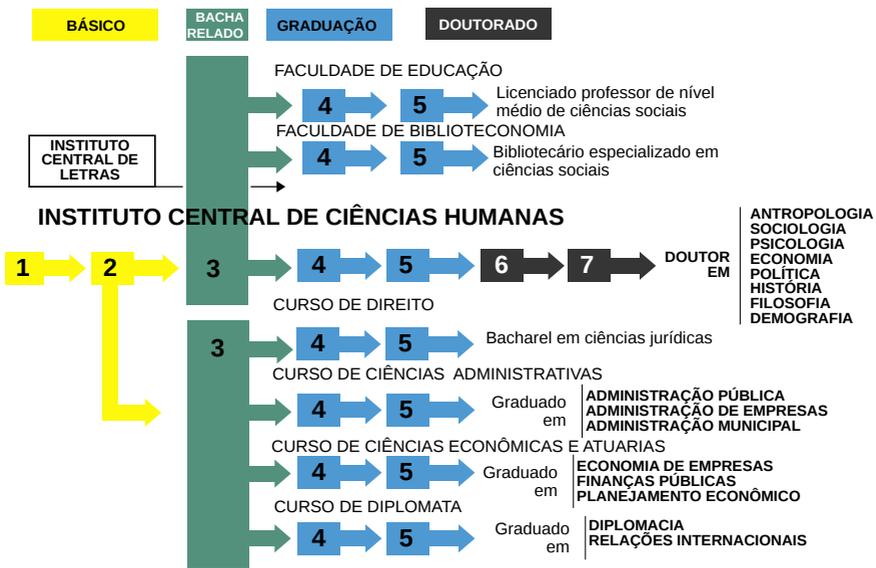
Propõe-se uma estrutura nova da formação universitária, para dar-lhe unidade orgânica e eficiência maior. **O aluno que vem do curso médio não ingressará diretamente nos cursos superiores profissionais.** Obterá uma **preparação científica e cultural** em Institutos de pesquisa e de ensino, dedicados às ciências fundamentais. Nesses órgãos universitários, que não pertencem a nenhuma Faculdade, mas servem a todas elas, **o aluno buscará, mediante opção, conhecimentos básicos** indispensáveis ao curso profissional que tiver em vista prosseguir.³¹ (Grifos meus)

Na sequência dos documentos de concepção e planejamento da UnB, essa arquitetura curricular aparece em várias versões. O modelo de ciclos de formação que deveria ter sido originalmente implantado na UnB, em alguns momentos, surge como um primeiro ciclo com duração de um ano, em outros, como um ciclo básico de

³⁰ TEIXEIRA, Anísio. Plano de Construções Escolares de Brasília. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.35, n.81, jan./mar, 1961, p. 195.

³¹ BRASIL. Exposição de Motivos do Projeto de Lei que instituiu a UnB, enviado por Juscelino Kubitschek ao Congresso Nacional em 21 de abril de 1960.

dois anos, e ainda tem o ciclo de três anos, ou seja, como o primeiro ciclo para a entrada na formação universitária profissional. Contudo, o que termina registrado no Plano Orientador da UnB, publicado em 1962, reeditado pela Editora UnB por ocasião dos 50 anos da Universidade de Brasília, é um ciclo básico de dois anos e mais um ano para completar o bacharelado geral nos institutos centrais, antes do ingresso nos cursos profissionais de segundo ciclo e nos doutorados de pesquisa. Vejam como ficou o esquema da estrutura curricular:



Quando estávamos buscando modelos de reestruturação da universidade brasileira, numa perspectiva mais radical e profunda, nos anos 2006 e 2007, no que se chamou na época de *Movimento Universidade Nova*, nós nos baseamos muito na crítica radical de Anísio Teixeira ao sistema educacional superior brasileiro e no projeto da UnB. Trata-se do caráter da universidade não somente como reprodutora do *status quo*, mas como elemento ativo e efi-

caz de exclusão social. Esse argumento foi sendo aperfeiçoado e aprofundado e terminou como uma pequena metáfora que vou compartilhar com vocês.

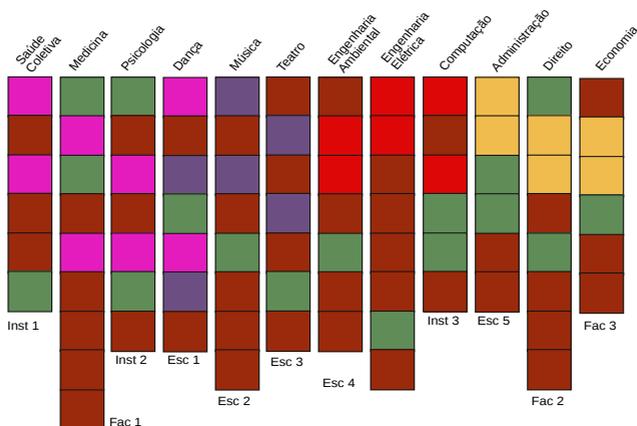


Vocês estão reconhecendo esse objeto? Isso é um funil. O funil é um instrumento extremamente útil para poupar líquidos preciosos, como a água no semiárido. O uso correto dos funis produz grande economia, pois evita a perda de líquidos na passagem ou troca de recipientes. E qual é a lógica do funil? É que a boca mais larga recebe o líquido, e a ponta mais estreita, o bico do funil, canaliza o líquido para o recipiente desejado.

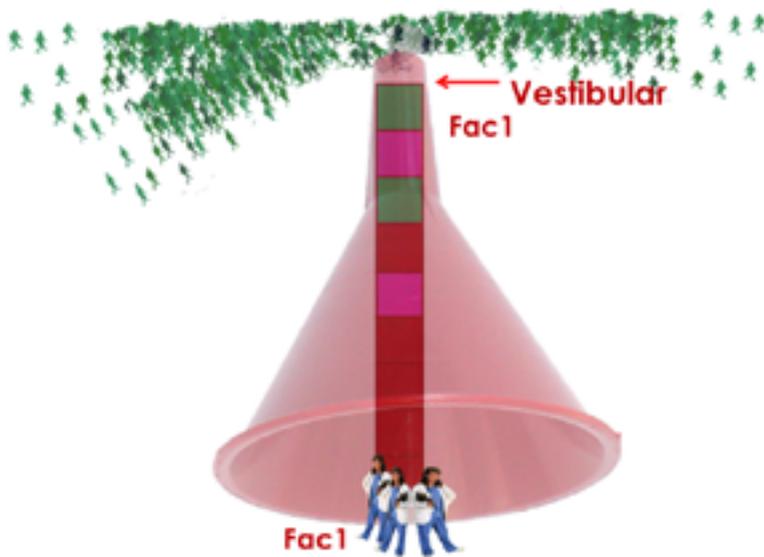


Muita gente fala que o vestibular, principal meio de entrada na universidade pública no Brasil, é um funil. Aqui está uma representação que achei na internet, certamente uma caricatura, muitos lutando, alguns caem de paraquedas, outros pulam por fora e poucos saem pelo bico do funil. Notem o contraste entre a cara preocupada e ansiosa dos que estão batalhando em cima do funil e o ar feliz de quem conseguiu sair. Então, se a universidade pública fosse como um funil, a metáfora estaria corretamente aplicada no sentido da captação e aproveitamento de pessoas como se fossem líquidos preciosos. Porém, essa metáfora está totalmente equivocada, como vou mostrar agora.

Para fazer essa análise, fizemos uma composição gráfica muito simples e objetiva. Aqui, cada coluna de blocos representa a trajetória curricular de um curso universitário. Os componentes da formação geral estão em verde, os componentes de grandes áreas do conhecimento têm cores diferentes e os componentes específicos de cada formação profissional estão em vermelho. No Brasil, os estudantes escolhem as profissões, carreiras, os respectivos cursos e mesmo as escolas, institutos, faculdades e outras unidades de formação antes mesmo entrar na universidade, porque o processo seletivo, que é o vestibular, é específico por área de formação e por unidade institucional. Ocorre que todas as formações têm componentes curriculares comuns a outras áreas aproximadas, e também componentes que, apesar de na maioria das universidades assumirem um caráter específico, não são tão específicos assim.



Por exemplo, na minha área de ensino, a Epidemiologia. Para os epidemiólogos, só existe uma disciplina chamada epidemiologia e não muitas epidemiologias distintas, mas na maioria das universidades, há epidemiologia para médicos, epidemiologia para enfermeiros, epidemiologia para sanitaristas, epidemiologia para farmacêuticos, etc. A Epidemiologia compõe a grande área da saúde, mas cada uma das escolas a traduz para sua própria linguagem na medida em que, no mais das vezes, cada escola se responsabiliza pela formação integral do seu aluno em carreiras profissionais exclusivas. Resultado: o aluno faz vestibular para Medicina, entra na faculdade de Medicina, cursa a faculdade de Medicina e se gradua na faculdade de Medicina, e nem sabe que existe uma universidade. A universidade serviu apenas para lhe dar aquele diploma bonito com brasão, timbre e assinatura do reitor. E isso se passa em todas as formações.



Examinemos o que acontece em uma dessas faculdades, a *Fac 1*, que faz parte de uma universidade qualquer. Observamos uma demanda social intensíssima, pois a multidão quer entrar no único curso ministrado por essa escola de grande prestígio social. Nesse exemplo, a universidade realiza uma seleção com-

petitiva e quase cruel, chamada vestibular, para entrada exclusivamente para esse curso nessa faculdade. Como muitos querem se formar nesse curso, pouquíssimos conseguem entrar e, portanto, poucos conseguirão concluir. Em cursos desse tipo, poucos vão sair, porque poucos terão entrado. Quase todo mundo acriticamente representa essa seleção como se fosse um funil. Será que é mesmo? E se essa metáfora fosse realmente válida, já se viu uso mais estúpido de um instrumento destinado a coletar e economizar líquidos, como é o funil? Se usarmos o funil com o bico menor para cima, ele vai realizar exatamente o contrário da função para a qual foi concebido. Ao colocar o funil com o bico para cima, numa cascata em um curso d'água, ou embaixo de uma torneira, para captar água, veremos que o funil cumprirá uma função oposta àquela para a qual ele foi produzido, vai desperdiçar água.

Do ponto de vista lógico, isso é o que ocorre no sistema de acesso à educação superior no Brasil. Parece loucura, mas é verdade. Será que é burrice? Creio que não. No processo social e político, não se trata de uma questão de insensatez ou irracionalidade, pois esse funil invertido cumpre uma finalidade que podemos até entrever: dessa multidão que busca a educação superior, poucos serão escolhidos, porque a instituição universidade cumpre, e bastante bem, sua missão de exclusão social.

Tenho defendido uma tese, é claro que se trata de uma proposição inicial, que pode servir para provocar uma discussão. Minha tese é que, neste momento, estamos passando por uma reforma universitária que começa em 2008 e prossegue.

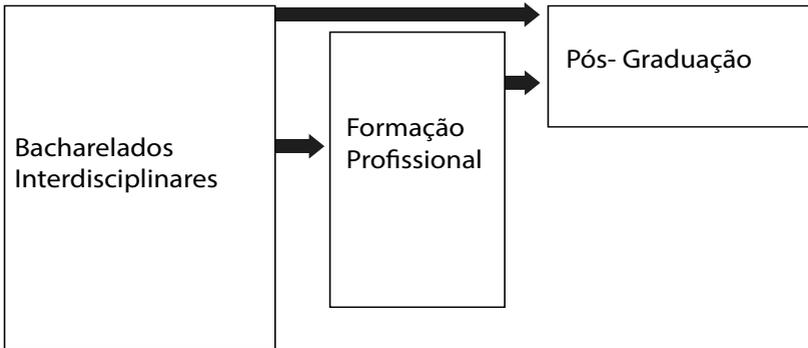
Essa reforma se define por expansão de cobertura e acesso, abertura de cursos noturnos – porque as universidades públicas eram célebres por não terem atividades à noite, com muitas exceções, evidentemente –; ampliação da pós-graduação; recuperação do financiamento – os reitores sabem o que era antes do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o que é depois –; contratação de quadros docentes; plano de carreira universitária – provocado pela greve de 2012,

que aparentemente se conclui esse ano com os projetos de lei de conversão que estão sendo finalizados. Contudo, faltam pontos importantes nessa reforma, como a recriação da pós-graduação, pois a pós-graduação brasileira tem distorções e perversões impressionantes, e a reestruturação curricular.

A reestruturação curricular foi um dos disparadores do Reuni. Porém, na sequência da negociação política com os reitores e na finalização da proposta como programa de governo, isso deixou de ser uma diretriz, passou a ser prioridade e terminou como uma possibilidade. Murilo Camargo, nessa época, estava comigo no grupo de trabalho da Sesu/MEC para elaboração das diretrizes e normas do Edital que viabilizou a lei federal da reforma de 2008. Como resultado desse processo, algumas universidades implantaram o “regime de ciclos de formação”, introduzindo bacharelados interdisciplinares; a UnB esteve entre essas universidades inovadoras no início do processo, mas, por diversos fatores, pouco avançou na reestruturação curricular.

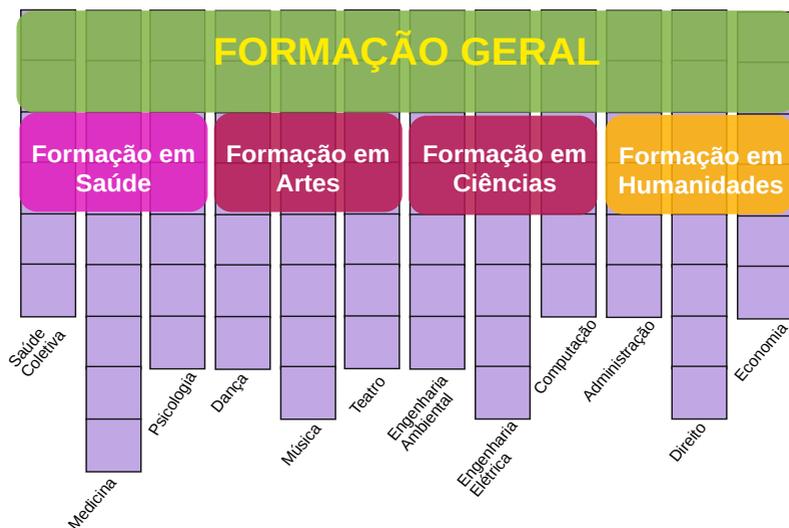
Para avançarmos nesta conversa, precisamos esclarecer o que é o Bacharelado Interdisciplinar. O BI compõe o primeiro ciclo de formação universitária, com duração de três anos, terminalidade própria e que pode ser também preparatório para uma graduação profissional de duração variável. Mas os egressos do BI podem inclusive avançar direto à pós-graduação. O BI é um curso de graduação plena que habilita o estudante a atuar no setor público, no segmento empresarial e no campo não governamental associativo, podendo também servir como requisito para a formação profissional de graduação (em cursos de segundo ciclo), além da formação científica, humanística ou artística de pós-graduação. O BI pode ser oferecido isoladamente ou em grandes áreas de formação. Na nossa universidade, ofertamos BIs em Artes, Humanidades, Ciências e Saúde. A estrutura interna do nosso BI compreende duas etapas: formação geral e formação específica. A etapa de formação geral é constituída por componentes curriculares que consideramos necessários para a vida universitária na sociedade contemporânea.

Regime de Ciclos de Formação



Vamos retomar o esquema que apresentei a vocês, há pouco, com um rearranjo. Todos os componentes verdes, de formação geral e comum a todos vêm em primeiro lugar, no início de formação universitária. Em seguida, os componentes que são compartilhados pelas diversas carreiras nas grandes áreas de formação, os “trancos comuns” que se tornou uma expressão muito usada no ensino das Engenharias, por exemplo. Nas etapas de conclusão da formação universitária, que compõem o segundo ciclo, concentram-se os componentes específicos e, em muitos casos, exclusivos, das distintas formações profissionais.

UNIVERSIDADE



Para melhor compreensão dessa estrutura gráfica, podemos compará-la com a arquitetura curricular típica da universidade brasileira. No formato tradicional, o aluno não ingressa na universidade, e sim naquela escola (ou instituto ou faculdade). Uma vez nela, gradua-se em um curso, muitas vezes sem participar da universidade. Para isso, tem que fazer a escolha do curso antes de entrar e, portanto, antes de saber em que consiste aquela formação. No novo modelo, o aluno entra primeiro na universidade e, dentro dela, pode escolher, entre diversos cursos, sua opção de graduação. Desse modo, sua carreira se define pela opção de saída, e não por uma escolha antecipada e prematura, antes de entrar na universidade, como no modelo antigo.

Nesse modelo, a primeira fase do BI compreende uma formação geral (*general education*, como chamam os norte-americanos) e a segunda fase inclui formação específica em uma das grandes áreas

do conhecimento, o que define exatamente o conceito dos bacharelados interdisciplinares. Portanto, o BI é, grosso modo, formação geral mais “troncos comuns”, o que pode incluir uma área de concentração não profissionalizante, mas introdutória de alguma profissão. A formação profissional ou acadêmica específica compõe o segundo ciclo e a pós-graduação o terceiro ciclo. Então, esse modelo define uma modalidade de curso, de formação geral universitária, com duração de três anos, graduação plena em grande área. Os próprios alunos, a partir daí, escolherão suas trajetórias formativas com conhecimento dos conteúdos e processos específicos, tomando decisões inicialmente em relação às grandes áreas e, depois, às áreas de concentração, preparatórias para cursos de formação profissional.

Universidades brasileiras com regime de ciclos

UFABC	Bacharelado em Ciências e Tecnologia Bacharelado em Ciências e Humanidades	UFJF	Bacharelado em Artes e Design Bacharelado em Ciências Exatas Bacharelado em Ciências Humanas
UFBA	Bi em Artes Bi em Humanidades Bi em Ciências e Tecnologia Bi em Saúde	UFSC	Bacharelado em Ciências Rurais Bacharelado em Tecnologia da Informação e Comunicação
UFSJ	Bi em Ciências e Tecnologia Bi em Biosistemas	UNIFAL	Bi em Ciências e Economia Bi em Ciências e Tecnologia
UFRB	Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas Bi em Saúde	UFOPA	Bi em Ciências Jurídicas Bi em Ciências da Sociedade Bi em Ciência da Educação
UFRN	Bacharelado em Ciências e Tecnológicas	UNESP	Bacharelado em Ciências Exatas
UFERSA	Bacharelado em Ciências e Tecnológicas	UNICAMP	Programa de Formação interdisciplinar Superior (ProFis)
UFVJM	Bacharelado em Ciências e Tecnológicas		

No início do ano de 2013, 13 universidades públicas brasileiras já ofertavam bacharelados interdisciplinares. Quase vinte mil alunos estudam nesse sistema. O primeiro Encontro Nacional dos Bacharelados Interdisciplinares foi feito na Universidade Federal do ABC, em Santo André, com cerca de 200 participantes. O segundo encontro ocorreu em Poços de Caldas, promovido pela UNIFAL; os organizadores esperavam 300 participantes e apareceram quase 500. O próximo vai ser na Bahia, ano que vem. A Universidade Federal do ABC é a pioneira em oferecer entrada única e exclusiva pelo BI, mas oferece apenas dois BIs, em Ciência e Tecnologia e em Ciência e Humanidades. Na Universidade Federal da Bahia, 1/5 das vagas são para BI. Após o Reuni, que foi fundamentalmente implantação de bacharelados interdisciplinares, passamos de 3.400 vagas de graduação para quase oito mil vagas ofertadas. Essas outras universidades oferecem distintas formas de BI, sendo que, em vários cursos da Universidade Federal do Oeste do Paraná, a entrada é também exclusivamente pelos BIs. No seu *campus* de São Paulo, a Universidade Estadual Paulista (UNESP) abriu um BI na área de exatas, ano passado. E, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o Programa de Formação Interdisciplinar Superior (PROFIS) entra no seu segundo ano de oferta. Trata-se de uma formação interdisciplinar em primeiro ciclo em versão mais curta que o BI, de um ano e meio, porém somente uma fração diminuta de suas vagas é oferecida a alunos de escola pública do entorno de Campinas.

Para finalizar essa segunda parte da nossa conversa, e espero já começarmos uma discussão, selecionei esta frase de Darcy Ribeiro, escrita em 1978, quando ele volta ao Brasil após o exílio:

Não deixa de ser melancólico assistir ao anacronismo, a que não falta sua ponta de insolência, do Brasil de hoje, que minha geração ainda julgava novo e que a geração seguinte, essa que hoje debate e vota as nossas leis, aposta em mostrar que não é nenhum país jovem, mas antiga nação, liberta de ilusões, solidamente reacionária, dispos-

ta a restaurar o privilégio e a desigualdade como formas realistas e superiores de organização social. Embora essa orientação seja aparentemente a dominante no legislativo federal, conforta-nos a segurança de que tais resistências à mudança acabam por aguçar a consciência social, preparando-nos, assim, para mudanças possivelmente mais radicais.

Parece que nosso país continua nesse clima. Esse texto, de antontem, poderia ter sido escrito hoje e cabe como mote para introduzirmos uma nova possibilidade de pensar, ainda mais radicalmente, os temas da universidade brasileira contemporânea. Sobre o valor do novo na vida, passemos novamente a palavra a Anísio Teixeira:

Nihil novi sub sole é a máxima de uma sabedoria milenar, muito mais corrente ainda do que se poderia supor. A verdade, porém, é que o novo existe em tamanha extensão e intensidade, que a máxima poderia ser hoje transposta para outro extremo: *Omnia novi sub sole*. [...] O novo, em verdade, existe e o temos pela frente, cada vez mais novo ou, em verdade, novíssimo. A nossa época é, sem dúvida, uma das épocas de transformação, na vida da espécie. [...] Mas, em face da situação, tomamos as medidas necessárias para enfrentar o desafio do novo? ³²

A pergunta de Anísio ainda hoje ecoa e incomoda: “temos de fato condições de enfrentar os desafios do novo?”. A questão que se impõe é: “a universidade brasileira, esta que temos realmente, está

³² TEIXEIRA, Anísio. *Educação e o Mundo Moderno*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006, p. 202-204.

preparada para os desafios da conjuntura contemporânea?”. Da pouca leitura que tenho da obra de Anísio Teixeira, busquei imaginar o que seria uma *universidade Anisiana*. Sem dúvida, trata-se de uma universidade massificada, com muita integração social, com uso intensivo de tecnologias. Como vimos, Anísio era fascinado pela tecnologia na educação, naquele tempo em que o audiovisual era a televisão, o cinema, quando educação à distância usava o rádio, antes do retroprojeto, quando não existia computador nem internet. Ele era fascinado por essas grandes invenções e sonhava com sua integração a todo o sistema de educação através da universidade. Não uma universidade de costas para o sistema de educação, como de fato ainda se encontra a universidade brasileira. Sobre as pedagogias da autonomia, na obra de Anísio, inúmeras são as citações sobre o tema do aprender fazendo, fazer pensando, refletindo, numa universidade criativa, desafiadora, ousada, internacionalizada, com o maior respeito à diversidade dos conhecimentos e das culturas. É interessante verificar que, mesmo sem usar a palavra *sustentabilidade*, nos vários escritos de Anísio, encontra-se grande preocupação com o meio ambiente; mesmo sem se referir aos termos *interdisciplinaridade* e *complexidade* – porque não eram do jargão da época, naquele tempo era raríssimo falar nisso –, Anísio antecipava as teorias da complexidade e defendia a integração entre os saberes.

Com a expansão do Reuni, o grupo que trabalhou conosco na Bahia aprendeu que o processo de interiorização da universidade não se dá sem contradições, como a dificuldade de fixação de docentes e modelos de gestão inadequados. A limitada cobertura regional parece que foi superada pela expansão, mas na verdade isso não ocorre, pois na interiorização criam-se subpolos. Porém, o mais impressionante é que encontramos na interiorização um paradoxo: o sucesso implica um fracasso. Bons cursos universitários no interior tornam-se fatores de exclusão social. Por que e como isso ocorre? Porque, ao saber que uma universidade está oferecendo um curso muito procurado, os jovens do resto do país tendencialmente ocupam uma proporção grande de vagas, e essa competição termina excluindo os jovens da região.

Ao construir o projeto da nova Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), convergimos para um conjunto de valores fundamentais: eficiência acadêmica, integração social, compromisso com a educação básica, promoção do desenvolvimento regional. Com base nesses quatro princípios, concebemos um projeto muito simples, com apenas cinco pontos: regime letivo quadrimestral, modelo de ciclos de formação, currículo modular flexível, cobertura territorial mais ampla possível, capilarizada em nível municipal, e uma estrutura organizacional leve. Vamos trabalhar com um regime de três quadrimestres, ou *quarters*, para compor o ano letivo. Isso não tem pioneirismo algum, pois a Universidade Federal do ABC (UFABC) já adota esse regime letivo desde sua fundação. O semestre adotado na universidade pública brasileira, e na federal em particular, é uma ficção, pois compõe-se de 16 ou 17 semanas, ou quatro meses. Normalmente, o primeiro semestre letivo começa em março e conclui em 15 de junho, e o segundo semestre inicia em meados de agosto e conclui antes do Natal. Na UFBA, como em geral ocorre nas outras Universidades Federais, ficamos cinco meses e meio ociosos em relação a atividades docentes, mas aqui na UnB provavelmente vocês devem ter uma dinamização muito maior do equipamento público.

Ao adotar o regime de ciclos, a nossa universidade vai abrir entradas exclusivamente pelos bacharelados interdisciplinares e somente pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Nenhum aluno vai poder entrar diretamente no curso de profissão, e sim através do BI. O aluno poderá concluir uma licenciatura interdisciplinar equivalente ao BI, e aqui já identificamos uma remissão ao projeto original da UnB. Pretendemos também oferecer uma possibilidade de saída precoce com empregabilidade rápida para formações tecnológicas, porque os egressos dos Colégios Universitários poderão ir para os Institutos Federais (IFBA e IFBaiano) que atuam na região, onde cumprirão somente a parte complementar das práticas.

Agora, a principal novidade, que não é novidade: os alunos que tenham feito todo o Ensino Médio nas escolas da rede estadu-

al ou nos municípios da região, com o escore do Enem, poderão entrar nos colégios universitários, onde farão o primeiro ano geral do BI, sem sair da localidade onde residem. O conceito de Colégio Universitário, como disse, não é novidade do ponto de vista da história nacional. Novamente recorreremos à antevisão de Anísio Teixeira que, em depoimento numa audiência pública do Congresso Nacional sobre a LDB de 1952, nunca aprovada, descreve com clareza esse conceito:

E o **colégio universitário**, nas escolas superiores... [onde] o ciclo inicial diplomaria os estudantes num primeiro grau de bacharel, o qual não importaria no direito de exercer a profissão. Este direito, para ser alcançado, exigiria que o diplomado seguisse em escola mais adequada o restante do curso, que seria o profissional propriamente dito.³³

Nessa afirmação, vemos que colégio universitário não significa escola de aplicação, como posteriormente vieram a se implantar em algumas universidades federais. Na concepção original de Anísio, o colégio universitário é a porta de entrada na universidade, descentralizada para que os alunos completem um primeiro ciclo, permitindo a passagem à educação profissional como segundo ciclo de formação. Essa proposição, inclusive com referência explícita a Anísio Teixeira, foi incorporada ao substitutivo da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que a União Nacional dos Estudantes (UNE) aprovou, depois de debates em três encontros nacionais, realizados entre 1960 e 1963. Dentre outros pontos de pauta, como extinção da cátedra vitalícia, planejamento no uso das verbas, extinção do vestibular, participação estudantil nos órgãos colegiados, destaca-se esse item que depois ninguém mais citou: criação dos colégios universitários. Vejam que primor a definição dos colégios universitários, totalmente *anisiana*, que consta neste documento:

³³ TEIXEIRA, Anísio. Depoimento e debate sobre o Projeto da Lei de Diretrizes e Bases (1952). In: _____. *Educação no Brasil*. Rio: Editora UFRJ, 1982.

O Colégio Universitário atenderia aos anseios da massa na medida em que, obedecendo a rigoroso planejamento, procurará dar ao aluno que nele ingresse uma visão geral das profissões, dentro de uma perspectiva mundial e brasileira, permitindo uma escolha consciente, voltada para a comunidade e não para si mesmo.³⁴

Agora me ocorre uma questão de história contingencial que pode abrir uma possibilidade de interpretação: como teria sido uma UnB que só ministrasse cursos de segundo e terceiro ciclos, dado que uma rede de colégios universitários já estaria em operação, articulando estreitamente o Ensino Médio público com a universidade?

Também o conceito de colégio universitário não é novidade do ponto de vista dos estudos comparados de educação superior. Outros países adotam esse sistema há bastante tempo. Nos Estados Unidos, chama-se *community college* ou *junior college*; hoje eles têm mais de dois mil estabelecimentos com esse sistema modular de Ensino Superior, no qual o aluno faz dois anos e depois completa o *college* em uma grande universidade. O estado da Califórnia é o que tem tal sistema mais amplo e consolidado, implantado na década de 1970 depois de um famoso *Masterplan* de educação superior. No Canadá, um sistema similar é o *Cégep* (*Collège d'enseignement général professionnel*), com uma variante muito popular descentralizada nas longínquas províncias, chamado *Cégep-distance*. Em Cuba, a chamada *Nueva Universidad*, movimento lançado por Fidel Castro, é pluri-localizada no interior, é a “micro universidade do município”, denominada de SUM, sigla para *Sedes Universitarias Municipales*. Hoje, mais de 60% da população cubana tem escolaridade superior em função do acesso descentralizado em mais de três mil sedes universitárias municipais, com uso de tecnologias de informação e comunicação e dispositivos de ensino profissional. Outras experiências

³⁴ UNE. Substitutivo à Lei de Diretrizes e Bases. Rio de Janeiro: União Nacional dos Estudantes. *Cadernos*, 1963, p. 49.

europeias – Suécia, Noruega e Alemanha – foram incorporadas ao processo de Bolonha já em 2004, com o chamado ciclo curto.

Então, o que é o Colégio Universitário no nosso projeto? São unidades descentralizadas, usando instalações da rede estadual de Ensino Médio, aquelas que ficam ociosas pela alta evasão dos alunos, integradas em rede digital, com tutorial local, em todos os municípios da região Sul da Bahia que têm mais de 20 mil habitantes, bem como nas periferias urbanas das cidades maiores, quilombos, assentamentos e aldeias indígenas. Aí, há mais um detalhe: o aluno vai concorrer com os seus pares do município, numa proporção regulada pela instituição de três para um; quer dizer, para cada 300 egressos do Ensino Médio, vamos abrir 100 vagas no colégio universitário daquele município. O funcionamento dos colégios universitários se baseará fortemente na rede digital de alta velocidade, a fim de levar a todo o sistema de conteúdos curriculares produzidos em todos os pontos da universidade. Aos sábados, equipes docentes vão fazer supervisão, coordenação e orientação dos estudantes e tutores. Ao completar 1.200 horas, o aluno obterá um certificado de formação geral universitária, que permite progressão ao bacharelado interdisciplinar até completar o primeiro ciclo.

Na UFSB, as licenciaturas serão interdisciplinares, nas quatro áreas do Enem, incluindo mais uma área que o Enem não cobre: Artes e suas tecnologias. Assim, não pretendemos oferecer licenciaturas disciplinares restritas ou convencionais, não teremos licenciatura em física, ou em química, ou em biologia, ou em história, ou em geografia, ou qualquer uma dessas repartições do conhecimento; vamos, aliás, seguir o que a LDB já definiu e o Conselho Nacional de Educação (CNE) regulamentou, mas o sistema de educação e as universidades não seguem, apesar de o Enem agora restabelecer o perfil interdisciplinar da formação docente como desejado. Qualquer saída de primeiro ciclo preenche requisitos para o segundo ciclo, profissionalizante ou acadêmico; então, o aluno que entrou pelo Colégio Universitário pode concluir o BI (Bacharelado Interdisciplinar) ou a LI (Licenciatura Interdisciplinar), a depender do seu índice de rendimento. Os escores e outros critérios, variando

por curso e carreira, podem ser usados para progressão a uma formação profissional em segundo ciclo.

Na pós-graduação, vamos certamente enfrentar outras polêmicas, pois não pretendemos abrir mestrados acadêmicos terminais, que só existirão como passagem privilegiada para os doutorados. Novamente, esse é um elemento extraído do projeto original da UnB que também nos aproxima da arquitetura curricular do Processo de Bolonha. Nossos mestrados serão preferencialmente profissionais, na configuração prioritária do terceiro ciclo de formação. O que são mesmo esses mestrados profissionais? Planejamos formatá-los como programas de residência ou especialização com trabalhos de conclusão sobre problemas concretos de interesse da instituição ou organização patrocinadora. É claro que o modelo da residência médica está aí, mas teremos também residências multiprofissionais em saúde, em políticas públicas, em gestão social, residência empresarial, industrial, pedagógica, artística, ambiental, jurídica e em outros espaços de prática que se abram à inovação.



Acima está o mapa da Região Sul da Bahia, território de abrangência da UFSB. Ao norte, em Itabuna, encontra-se o Campus Jorge Amado, onde está a sede da Reitoria, com um Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC), que acolherá os alunos dos BIs, além do Centro de Formação em Ciências, Tecnologias e Inovação e do Centro de Ciências Agrárias, que ofertarão programas de segundo e terceiro ciclos. Em Porto Seguro, no Campus Sosígenes Costa, localiza-se outro IHAC, o Centro de Formação em Artes, o Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais e Centro de Formação em Ciências Ambientais. No extremo sul, em Teixeira de Freitas, encontra-se o Campus Paulo Freire, que também tem um IHAC, e abriga o Centro de Formação em Saúde. Cada campus coordena um segmento da Rede Anísio Teixeira de colégios universitários, localizados nos municípios com mais de 20 mil habitantes do seu entorno, além de áreas de baixa renda, quilombos, assentamentos e aldeias indígenas. O tamanho de cada Colégio Universitário é proporcional ao número de egressos do Ensino Médio público daquele município; Ilhéus, por exemplo, tem 1.600 egressos do ensino público e receberá 600 vagas de Colégio Universitário, enquanto Itacaré terá um colégio universitário de 100 vagas porque esse município juntamente com o vizinho, Marauá, formam uma média anual de 300 egressos do Ensino Médio público.

Pois bem, vamos ver como o sistema funciona: um aluno residente em Itacaré completou ali todo o Ensino Médio, tem boas notas; faz o Enem, pontua no terço superior da escala de escores, ganha uma vaga na universidade sem precisar sair de sua cidade; através da Área Básica de Ingresso entra no colégio universitário; como seu desempenho continua bom, pontua no terço superior do quociente de rendimento, ganha sua vaga no IHAC de Itabuna, onde pode escolher entre as quatro áreas do BI: Humanidades, Ciências, Saúde ou Artes. Bem informado e bem orientado por seus docentes e tutores, pretende fazer algum curso de engenharia; para isso, conclui em mais dois anos o BI em Ciências com um bom aproveitamento e preenche todos os critérios de progressão, ganha uma vaga no Centro de Formação em Ciências, Tecnologias e Inovação,

onde faz o seu curso de Engenharia e, se for selecionado, ingressa numa pós-graduação. Agora, se esse estudante quiser fazer Direito, como não haverá curso de Direito em Itabuna, poderá em mais dois anos completar o BI de Humanidades e, se tiver bom aproveitamento e cumprir os critérios de progressão, pode ganhar uma vaga no Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais, em Porto Seguro, onde, em mais três anos, vai completar o curso de Direito. Se esse aluno quiser fazer Medicina, terá feito em Itabuna o BI de Saúde e não o de Humanidades ou de Ciências, e virá para o Centro de Formação em Saúde, em Teixeira de Freitas. Esse sistema permite uma flexibilidade e uma dinâmica de mobilidade que é recíproca em toda a rede institucional. Como cada um dos *campi* nucleia um segmento da rede de colégios universitários, de modo que o aluno de Itanhém, um pequeno município localizado no extremo-sul, quase fronteira com Minas Gerais, pode entrar na UFSB, competindo com seus colegas de Itanhém e, tendo um bom desempenho, pode vir para Teixeira de Freitas cursar o BI de Ciências no IHAC do Campus Paulo Freire, para depois completar sua Engenharia em mais dois anos em Itabuna. Dessa maneira, modulamos por localização geográfica inclusive a entrada na educação superior pública, reduzindo a exclusão territorial que, pelo menos na maioria das universidades, tem sido negligenciada nos programas de ações afirmativas.

E vamos agora rapidamente, para concluir, percorrer algumas das inovações pedagógicas que pretendemos implantar na UFSB. Nossos alunos não vão se matricular; eles vão firmar e renovar contratos pedagógicos, a fim de assumir compromissos de aprendizagem, de convivência, de solidariedade e de responsabilidade institucional. Ao escolher a estratégia pedagógica que mais se adequa ao seu perfil de aprendizagem, esse aluno será mais responsável e mais bem instruído sobre o que realmente significa sua própria formação numa instituição pública. Os cursos profissionalizantes (segundo ciclo) serão predominantemente práticos e seguindo os princípios dos BIs e LIs, centrados no estudante, baseados em problemas concretos, com oficinas de práticas orientadas por evidências.

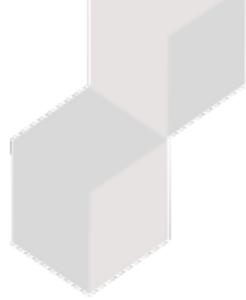
Uma estratégia que estamos valorizando muito são as equipes de aprendizagem ativa, em especial no segundo ciclo, nas quais os alunos vão participar de grupos de estudos e práticas formados por colegas de todos os anos do curso, em equipes articuladas com dois a quatro alunos de cada ano, orientadas por residentes tutores, supervisionados por preceptores, e toda a cadeia será orientada por supervisores docentes. Articulada a essa estratégia de aprendizagem compartilhada, ou *shared peer-learning*, vamos introduzir outra proposta que certamente também vai criar polêmica: as avaliações de aproveitamento acadêmico terão três dimensões: o aproveitamento individual, o sucesso da equipe e o aprendizado de um colega que cada aluno terá sob sua responsabilidade. Isso significa implantar uma estrutura integrada de compartilhamento da aprendizagem, na qual os residentes, que são os alunos dos mestrados profissionais, no terceiro ciclo (pós-graduação), têm a responsabilidade de supervisionar alunos do segundo ciclo e os alunos do segundo ciclo serão tutores dos estudantes de primeiro ciclo, nos bacharelados e licenciaturas interdisciplinares. Dessa forma, pretendemos promover formas de competição solidária ou solidariedade competitiva, já que avaliações processuais, escores e coeficientes de aproveitamento serão fundamentais para progressão entre os ciclos.

Finalmente, vamos usar tecnologias digitais de ensino-aprendizagem maciçamente, em todos os ciclos, onde couber expansão com qualidade. Aliás, um dos nossos conceitos de base é que, para superar o suposto dilema entre massividade *vs* qualidade, o uso ampliado e competente de novas tecnologias de imagem e som aplicadas aos processos metapresenciais de aprendizagem apresenta grande potencial. Em várias universidades no mundo, recursos educacionais abertos, como os “cursos abertos online massivos”, os chamados MOOCs (em inglês, *Massive Online Open Courses*) se tornaram grande sensação, cujos exemplos mais conhecidos são o *EdX* e o *Coursera*. Encontramos uma meta-análise de ensaios randomizados que, avaliando evidências em relação à eficácia desses modelos híbridos, relatam efeitos educacionais praticamente iguais aos modelos convencionais de educação presencial com pequenos grupos. A conclusão desse estudo é a seguinte:

“estamos convencidos de que sistemas interativos bem desenhados têm o potencial de alcançar impacto educacional equivalente, enquanto abrem a possibilidade de economizar recursos significantes, que podem ser reposicionados mais produtivamente”. Isso significa que, com o mesmo investimento de recursos, equipamentos e pessoal, é possível massificar, ampliar, abrir o acesso à educação superior sem perder qualidade”.³⁵

Gostaria de finalizar apresentando o nosso site, www.ufsb.edu.br, onde se encontram os dados da instituição, seu marco conceitual e, em breve, os projetos político-pedagógicos dos cursos, nossas chamadas públicas, e outras informações.

³⁵ UK. *The Maturing of the MOOC. Literature Review Of Massive Open Online Courses And Other Forms Of Online Distance Learning*. London: Department of Business, Innovation and Skills, September 2013. Disponível em: https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/240193/13-1173-maturing-of-the-mooc.pdf. Acesso em: 22 mar. 2014.



As universidades federais e o desenvolvimento do país: potencialidades e fatores limitantes³⁶

Edward Madureira Brasil³⁷

Minha história na Universidade Federal de Goiás (UFG) teve início, como docente, em 1994. Graduei-me na UFG, fiz mestrado e passei oito anos na iniciativa privada, atuando na área de genética e melhoramento, em uma empresa do interior do estado. Voltei para a universidade para fazer o doutorado, prestei concurso e pedi demissão da empresa. Continuei na universidade e logo me envolvi com a administração, começando como coordenador de estágio. Fui coordenador de curso, depois diretor da faculdade. Em 2005, fui candidato a reitor e assumi a reitoria em 2006, exercendo dois mandatos.

³⁶ Sessão realizada em 15/10/2013, no Auditório da Reitoria da Universidade de Brasília.

³⁷ Engenheiro Agrônomo, professor universitário e ex-reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG) entre 2006 e 2014.

O convite para dar uma palestra na Comissão UnB.Futuro certamente decorre do avanço sem precedentes pelo qual passa a nossa instituição, ou seja, de universidade mediana há muito pouco tempo, a UFG se coloca hoje entre as principais instituições do país, em número de estudantes de graduação e pós-graduação, qualidade dos cursos, infraestrutura de pesquisa, internacionalização e inserção na sociedade. Com certeza a mudança veio da maturidade institucional, que ocorre a seu tempo, em qualquer instituição de Ensino Superior. Na UFG, particularmente, percebo que esse processo teve início a partir de grande investimento na qualificação dos seus quadros funcionais entre os anos de 1980 e 1990.

No entanto, talvez a diferença do crescimento da universidade, nos últimos anos, possa ser ilustrada por um indicador: em 2012, a editora Elsevier concedeu à universidade o reconhecimento de instituição brasileira que mais aumentou a produção científica no período de 2007 a 2011. Isso significa que a universidade está em franca ascensão na produção de conhecimento e pesquisa. A minha trajetória é exemplo do que vive a instituição. Eu sou aluno egresso do primeiro programa de doutorado da UFG, que começou em 1993. Hoje nós temos 30 programas de doutorado e chegamos aos primeiros com nota seis na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) em 2013.

Acreditamos que muito se deve à renovação iniciada ainda nos anos de 1990, mas também ao fato de trocarmos o não pelo sim. Ou seja, são tantas as restrições e as amarras enfrentadas no dia a dia pelos docentes para que a universidade realmente cumpra a sua missão, que tentamos motivar ao máximo as iniciativas durante os oito anos do reitorado. Isso é simbólico porque fez com que as pessoas ficassem motivadas ao encontrarem eco para os seus projetos e assim apresentassem mais e mais propostas. E foi dessa maneira, que a universidade conseguiu avançar, estimulando os docentes a produzir e a trabalhar muito.

O êxito na trajetória foi propiciado por um grupo muito jovem e muito disposto, e também pela sinalização positiva da gestão para os projetos, que favoreceu a consolidação de muitos grupos de pesqui-

sa, hoje com envergadura até internacional e o conseqüente fortalecimento dos programas de pós-graduação.

Ao salientar a importância das universidades federais para o desenvolvimento do país, com suas potencialidades e fatores limitantes, é preciso analisar o passado recente do sistema, perceber como ele está constituído e, principalmente, a melhor forma de explorá-lo. Partimos de um recorte temporal do sistema tomando como base o ano de 2005. Foi nesse ano que as primeiras políticas do governo se instalaram no país, o que marca muito bem a história das universidades antes e depois desse período. A partir de 2005, as universidades voltam a receber atenção do governo federal, após uma negligência de pelo menos 20 anos. Tais políticas foram iniciadas pelo governo Lula e tiveram continuidade no governo Dilma, o que deixa abertura para que possamos reivindicar mais avanços.

Essa história recente das universidades – hoje são 63 instituições federais – demonstra que a expansão anterior a 2005 não era definida como política, ocorria a partir de negociação com o Ministério da Educação (MEC), na qual as influências políticas definiam o que ia acontecer com a universidade. Assim, a universidade que tinha mais trânsito em Brasília, ou que tinha mais trânsito no MEC, ou a faculdade dentro da universidade que tinha mais articulações, acabava recebendo algum investimento. Não podemos desconhecer que houve investimentos nas universidades nesse período, mas não faziam parte de uma política, na qual as universidades tinham igual acesso. Por isso, existe uma assimetria gigantesca entre as instituições. Minas Gerais tem onze universidades federais e Goiás tem apenas uma, assim como muitos outros estados da federação.

Se compararmos qualquer indicador populacional, econômico, não há nenhum que explique essa diferença tão grande no tratamento das unidades da federação. Isso ocorria não só entre os estados, mas dentro dos estados e dentro das universidades, o que ocasionou um crescimento da universidade absolutamente sem parâmetros. Mesmo sem parecer mais pormenorizado, salta aos olhos que a distribuição de recursos não obedecia nenhum modelo. Outra característica desse sistema, embora aqui esse termo não seja adequado, é a

de ser composto por algumas instituições de Ensino Superior temáticas e outras generalistas.

Com a UFG não poderia ser diferente, é uma instituição generalista por ser a única no estado, mas instituições na área da saúde e na área das Ciências Agrárias eram muito comuns. A UFG é muito parecida com a UnB no que diz respeito a ser uma universidade generalista desde a sua origem, como deve ser uma universidade. O sistema também era constituído de instituições muito pequenas. Tínhamos muitas instituições com três mil ou quatro mil alunos, já emancipadas como universidades federais, mas a principal característica é que, antes de 2005, as universidades federais eram constituídas em sua grande maioria, para não dizer em sua quase totalidade, de um único *campus*. O sistema federal hoje é predominantemente *multicampi*, com raríssimas exceções, o que muda drasticamente a governança e a logística das instituições.

Outra característica é que, no período anterior a 2005, as universidades encolheram e se apresentaram muito pouco à sociedade. Elas não foram sequer muito provocadas. Continuamos com a pós-graduação, tivemos avanços importantes nesse período, mas a universidade estava mais preocupada com a sua defesa. Essa universidade não tinha protagonismo nas ações porque não tinha condições, não tinha quadros, não tinha recursos, não tinha como se apresentar.

O que ocorreu depois de 2005? Nós tivemos em um primeiro momento a expansão que chamamos de *Expansão 1*, que foi a interiorização das universidades. Interiorização no que diz respeito a ter *campus* fora da sede. E assim aconteceu com todas, ao ponto de algumas universidades – como a federal do Mato Grosso do Sul – implantarem onze *campi*, ou seja, além da sede, a UFMS tem outros dez *campi* no Mato Grosso do Sul. A UnB também tem *campus* fora da sede do Darcy Ribeiro. Foi uma interiorização muito forte das universidades. Esse ciclo de expansão foi em 2005, o segundo ciclo de expansão foi em 2007, que foi sem dúvida nenhuma o maior programa de expansão das universidades federais da história, com o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Nós temos que ressaltar o papel decisivo que a Associação Nacional

de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) teve nessa época, ao negociar com o governo o Reuni. De um decreto inicial à versão final do programa, a Andifes teve uma participação decisiva na definição dos parâmetros para essa expansão. Se não foram os que sonhávamos, pelo menos conseguimos avançar muito naquilo que era a proposta original do governo. Então nós tivemos uma expansão que aconteceu tanto na sede, quanto nos outros *campi*.

Em 2011, nós tivemos outra expansão, um pouco menor, que foi a expansão dos 47 *campi*, já no governo Dilma Rousseff, mais os cursos de Medicina. Então houve uma nova expansão, essa bem mais tímida que as anteriores. Com a diferença de que o Reuni foi uma política pública. As outras duas foram ainda nos moldes da negociação, nos moldes de políticas pensadas e formuladas dentro do Governo Federal, sem a participação ativa das universidades federais. Com isso, a maioria das instituições se tornou generalista, ou seja, tornaram-se universidades na completa acepção da palavra, com todas as áreas do conhecimento. A partir de então, as universidades passaram a ter porte considerável, acima de 10 mil estudantes, salvo algumas exceções.

A principal característica é que as universidades tornaram-se *multicampi*. Essa é uma realidade que não estávamos acostumados. Diferentemente das paulistas que já nasceram assim. A expansão tornou-se uma política pública, pelo menos em um momento da expansão, e esperamos que volte a ser. Estamos na “antessala” de novos tipos de expansão e almejamos que esse ciclo corrija os problemas que tivemos no Reuni e se consolidem enquanto políticas públicas.

Um fato que chama a atenção é que o interesse político passou a influenciar fortemente a definição dos locais dos *campi*. Passou a ser de grande interesse dos municípios terem um *campus* de uma universidade federal com todos os seus benefícios, professores, técnicos e alguns milhares de alunos, que movimentam a economia de qualquer município. Por isso, a disputa política para ter um *campus* de uma universidade é realmente muito grande. Em Goiás, nós temos 246 municípios e brevemente serão seis *campi*. Estamos implantando um em Cidade Ocidental e outro em Aparecida de Goiânia, que se

somarão aos de Catalão, Jataí, Cidade de Goiás e Goiânia. Os outros 240 municípios fazem fila e invariavelmente quase toda semana um prefeito visita a reitoria reivindicando um *campus* da UFG, como se essa fosse uma decisão autônoma do reitor, mas o que fica claro é o interesse pela educação e por tudo que um *campus* de universidade pode trazer de benefícios.

Mesmo simplificando alguns dos problemas da educação brasileira, consideramos que alguns incomodam mais e algumas das constatações acima merecem ser feitas. É fato que somente o sistema federal dobrou de tamanho nos últimos anos, mas mesmo com todo esse crescimento, o atendimento à população no Ensino Superior ainda é extremamente tímido. Os números do Censo de 2011 demonstram que a taxa de atendimento da população-alvo, que é a de 18 a 24 anos, não alcançava 20%. Quer dizer, para um país que tem o potencial e os recursos que tem o Brasil, é um número extremamente tímido. Tanto é que o Plano Nacional de Educação (PNE) sinaliza com 30% de matrículas nessa faixa etária. Para atingirmos essa meta teremos que fazer um esforço hercúleo que garanta o desenvolvimento do país. Lembrando que alguns países atendem de 60% a 70% dessa faixa etária.

Chegamos, então, ao ponto que mais compromete a educação brasileira. O estrangulamento absoluto no Ensino Médio. No Ensino Fundamental, mesmo discutindo a qualidade, já atendemos por volta de 97% da população. Na educação infantil, mesmo com números bem baixos, o serviço está sendo prestado, mas no Ensino Médio nós temos dois problemas gravíssimos. Além do desestímulo do jovem de frequentar o Ensino Médio, ou seja, pouco mais de 50% dos jovens aptos estão ingressando e desses, outra metade se perde durante a trajetória do Ensino Médio. Sendo assim, pensar o futuro do Brasil é pensar em como resolver o problema do Ensino Médio. Hoje temos dados chocantes. Mesmo com a taxa de escolarização do Ensino Superior tão baixa, na região metropolitana de Goiânia, temos mais vagas no Ensino Superior do que egressos do Ensino Médio. E essa é uma constatação que se repete na maioria das regiões brasileiras, ou seja, não há gente suficiente saindo do Ensino Médio para ocupar as vagas do Ensino Superior.

Outro fato que chama atenção, e que é decorrência disso, é a baixa procura pelas licenciaturas. A perspectiva de trabalho na educação básica, devido aos salários, é tão ruim que os alunos fogem das licenciaturas. A UFG tem vários cursos na capital e no interior, com um número de alunos muito abaixo do ofertado. Os reduzidos índices de formatura, principalmente, nas áreas mais “duras” – Química, Física e Matemática – demonstram uma taxa de sucesso baixa. Ou seja, além do ingresso ser baixo, a evasão é enorme nesses cursos. Mesmo considerando que as causas da evasão são variadas, a falta de perspectiva profissional é, sem dúvida, a principal delas.

Paralelamente ao que já salientamos, outra constatação pode ser feita, a de que temos uma expansão vigorosa do sistema federal, tanto das universidades federais, que hoje estão presentes em quase 300 municípios brasileiros, quanto dos Institutos Federais que agora assumem também uma responsabilidade na formação de licenciados, e em alguma medida, na formação dos nossos bacharéis. Temos um sistema que poderia dar suporte a uma demanda, desde que a demanda fosse ampliada por meio da educação básica.

Dos 22,5 milhões de jovens de 18 a 24 anos, apenas 3,3 milhões estão matriculados no Ensino Superior. Em todo o sistema público e privado, essa é a taxa líquida de escolarização com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do Censo de 2011. Aí começam a aparecer assimetrias gritantes. O Maranhão com apenas 6% dos jovens de 18 a 24 anos, o DF com 26%, mas ainda longe do que seria nos países mais desenvolvidos. Esse é o retrato do Brasil, ou seja, há uma assimetria muito forte entre as diferentes regiões e unidades federativas do país, e isso se reproduz claramente nos estados e entre os municípios.

É preciso salientar outra coisa: por mais que nos esforcemos, o setor público sozinho não conseguirá atingir a meta de 30% dos matriculados no Ensino Superior, porque não temos condição de bancar uma expansão dessa natureza. O sistema federal atende 15% da população atendida no país, ou seja, muito pouco.

Sendo assim, aparece claramente a nossa vocação, que é o nosso papel na pós-graduação, a preponderância do sistema federal nesse

nível de ensino. Essa afirmação é da Capes, com dados de 2010 e temos certeza de que essa situação vai se tornar cada vez mais evidente. Se pegarmos como base a UFG, em 2006 – quando tínhamos 28 programas de pós-graduação e hoje com 80 –, percebemos que o Reuni, além de trazer professores novos, para expandir a graduação, impactou fortemente na pós-graduação. O sistema contratou muito bem e acabamos atraindo para as universidades, com raríssimas exceções, excelentes quadros, que ao chegarem à universidade não se conformaram só com a graduação.

Os programas de pós-graduação aumentaram vertiginosamente no sistema federal. Dados da Capes de 2010 mostram o norte do país com mais de 90% dos programas de pós-graduação nas universidades federais, uma participação tímida das estaduais e quase a inexistência das privadas. Se olharmos outros estados, notamos que no Nordeste isso se reproduz praticamente da mesma forma. No Ceará e em Pernambuco, temos alguma participação das estaduais e das privadas. Se formos para o Sudeste, mais ou menos a mesma coisa, pelo menos em Minas Gerais e no Espírito Santo, uma participação das estaduais e privadas bastante pequena. No Rio de Janeiro, começa a aparecer a força da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em São Paulo a realidade é um pouco diferente. São Paulo é um estado que historicamente investiu muito pouco em universidades federais, ou seja, pleiteou muito pouco, até por ser muito bem atendido pelas paulistas com predominância dos programas de pós-graduação nas estaduais, e em função do poder aquisitivo da população, há uma participação maior das privadas. No Sul do país, as privadas aparecem com um pouco de força no Rio Grande do Sul e no restante percebemos a predominância absoluta das federais na oferta de pós-graduação. Essa é uma tarefa que pertence ao conjunto de Universidades Federais em mais ou menos 70% dos casos.

Por meio de um conjunto de dados da Capes, que mostra a evolução dos alunos de graduação, funções docentes, professores em tempo integral, professores de mestrado ou doutorado, alunos de mestrado ou doutorado nas universidades federais, percebemos que os programas de pós-graduação chegaram a todas as regiões do país

e aumentaram muito em quantidade com reflexos claros na produção científica. Em 2011, após a expansão, tínhamos quase 80 mil docentes no sistema todo, e se atualizarmos esses dados, para entendermos a força desse conjunto de universidades, já devemos estar próximos de cem mil docentes.

Esse é o esforço que temos feito de 1995 para cá. O Brasil chega a um número impressionante de sete milhões de matrículas na Educação Superior. Apesar de o número, para a grandeza do país, ser um número pequeno, quem tinha um milhão de matrículas há 20 anos, chegar a sete milhões significa que houve um esforço muito grande. As públicas representam 27% desse total e as federais 15%.

Eu vou fazer um pequeno parêntese sobre o que eu considero um ponto extremamente importante. Quando falamos da necessidade de continuar expandindo, entendemos que o sistema federal, para cumprir o seu papel de referência de qualidade para o Ensino Superior, deveria ter um percentual de matrículas entre 15% e 20% em relação ao total do país. O sistema cresceu, avançou em relação às privadas e às outras públicas. Na realidade, só as federais cresceram.

Na pós-graduação, os dados indicam 200 mil matrículas em mestrados e doutorados, uma bela marca para o país, a qual embora precise crescer, significa uma evolução muito grande. Desse número, 172 mil alunos estão nas públicas, sendo 56% desse total, ou seja, mais da metade nas federais. Até 2002, tínhamos 148 *campi*. De 2002 até 2011, foram criados 126, e em 2011, 47 superando o que existia no Brasil até 2002. Dobramos o número de municípios atendidos com *campus* de universidades federais. Se acrescentarmos a rede de institutos federais, eles saíram de 120 para algo em torno de 500 e continuam expandindo, o que também significa um crescimento muito vigoroso.

Percebemos então, que para o sistema das Universidades Federais, novos ciclos de expansão são imperativos. Precisamos continuar expandindo e acreditamos que agora temos uma perspectiva mais clara de expansão. Com a aprovação da legislação que trata dos *royalties* e do fundo social do Pré-Sal, podemos pensar de forma mais efetiva em novos ciclos de expansão.

As instituições federais serão necessariamente *multicampi*. Todos os *campi* de todas as universidades já nascem com a semente da independência, de se tornar uma universidade autônoma. No entanto, precisamos ser francos: o Brasil não vai criar 300 Universidades Federais, como são os *campi* que temos hoje. Além de não comportar, o sistema *multicampi* dá certo e funciona. As universidades serão grandes, cada vez maiores, com limite de crescimento que não sabemos exatamente qual é. Concordamos com o professor Clélio Campolina, ex-reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), quando ele afirma que “não tem universidade de excelência muito grande”. Ele fala claramente que a UFMG não quer mais abrir *campus*, nem abrir mais cursos de graduação. A expansão agora é na pós-graduação e o tamanho da UFMG deve ser em torno de 50 mil estudantes, entre graduação e pós. Acreditamos que esse seja um número administrável. A UnB tem 40 mil, a UFG pouco mais de 30 mil contando graduação e pós. Todos os indicadores demonstram que as universidades cresceram muito.

Cada vez mais as universidades serão submetidas às comparações internacionais e acreditamos que isso não seja ruim. O sistema tem que ter parâmetro de referência. O financiamento se dará com base na eficiência do sistema, o que também não pode ser diferente. Anteriormente, quando falamos da ausência de políticas públicas, da criação de universidades ou de cursos baseada em relações pessoais, o Brasil acabou desperdiçando muito recurso. Por isso, o financiamento tem que ter parâmetros de eficiência, mesmo que seja difícil medir eficiência e qualidade das universidades. A Andifes deu um bom exemplo para o sistema quando desenvolveu as matrizes de alocação de recursos, que ainda estão sendo aprimoradas e que vão permitir mais clareza para esses processos.

Ao lembrarmos os parâmetros internacionais, devemos salientar o programa *Ciências sem Fronteiras* que foi a grande política pública para as universidades do governo Dilma e que consideramos isso decisivo para o futuro do nosso país. Contudo, é preciso que as instituições estejam preparadas para lidar com essa nova realidade e aproveitando os conteúdos cursados pelos estudantes no exterior.

Precisamos ser menos conservadores e orientar os gestores a serem mais maleáveis com a análise dos currículos.

As universidades estão sendo chamadas pela sociedade e temos que estar muito atentos a esse chamamento, para cumprir novas funções. Formar trabalhadores, formar profissionais para o país é a nossa principal função, a nossa razão de existir. Contudo, também é nossa função produzir conhecimento e formar recursos humanos para as outras instituições que vão ter sua qualidade melhorada a partir de quando a nossa pós-graduação formar esses novos quadros. A UFG tem um quadro de aproximadamente 2.500 professores, sendo 2.000 doutores. O estado de Goiás inteiro não tem 4.000 doutores, ou seja, nós temos uma capacidade intelectual instalada sem precedentes. Não há nada parecido no estado de Goiás com a Universidade Federal de Goiás, e temos certeza que isso pode ser dito da UnB em relação ao DF, e também em outros estados, ou seja, nós temos uma capacidade intelectual extraordinária. Outro fator que nós temos de sobra chama-se credibilidade. A credibilidade que uma universidade federal tem em qualquer espaço da sociedade. Dessa força intelectual vem também a independência de criticar.

Recentemente, uma comissão, nomeada pelo Conselho Universitário, questionou o Plano Diretor de Goiânia, o que deu subsídio para o Ministério Público entrar com uma ação que derrubou a proposta na Justiça e, mesmo assim, continuamos mantendo uma relação sadia, profícua e ativa com a prefeitura, com o governo do estado e assim por diante. Ou seja, a universidade é um agente transformador do estado e do país e nós temos que ter essa consciência. Fazemos essa afirmação sem arrogância ou prepotência, mas pensando, estrategicamente, porque passamos 20 anos a pão e água nos governos anteriores, conquistamos 10 anos de tratamento relativamente mais adequado e mais condizente com o papel que temos. Agora, enquanto não formos percebidos por uma política de Estado, não teremos vida longa o suficiente para continuar fazendo o que podemos fazer pelo país. Quando falamos de novas funções para a universidade, falamos de intensificar o relacionamento com a sociedade também por meio da extensão, ainda muito esquecida no

dia a dia das universidades. Com o reconhecimento da sociedade, seremos fortes e teremos o tratamento merecido pelos governos e estaremos sempre prontos para responder com competência, independência e credibilidade.

Finalizando, lembramos o principal anseio das universidades, ou melhor, do sistema todo, a autonomia. Felizmente, nesse momento, encontramos disposição política do Ministério da Educação para encaminhar uma proposta de Lei Orgânica, passo importante na direção da tão sonhada autonomia universitária. Na Andifes, aprendemos que a autonomia não se conquista por decreto, isto é, o que queremos afirmar é que a autonomia só virá quando a sociedade perceber a importância das universidades para o desenvolvimento do país, ou seja, a partir do momento em que todos os atores sociais assimilem essa importância de maneira natural. Até que isso ocorra, talvez a Lei Orgânica seja um fator determinante no processo de conquista dessa autonomia.

Internacionalização da Universidade

*Pascal Smet*³⁸

Muito obrigado. Desculpem que não falo português. Quero falar português, mas é uma língua muito complicada, a pronúncia é difícil. Meu “partner” é brasileiro, therefore, I have a connection with Brazil. It is not the first time I am here. I have been here many times visiting friends and relatives. This is the first time, of course, in an official capacity. So when you say “you are home” in some way it is true because I have a secret ambition which I will tell you about in a minute. We are having elections in May of next year in Belgium. We will have European elections and federal elections, and we will have regional elections. We call it the mother of all elections because it is the first time we will have all elections on the same day, so some are already panicking. Anyway, my ambition is to be elected and work hard for another five years. After yet another five years of hard work it is my secret dream to come to Brazil, to emigrate to Brazil and to live here one day, but I have to

³⁸ Pascal Smet foi ministro da Educação da parte flamenga da Bélgica entre 2009 e 2014. Em 28/10/2013, participou de sessão da Comissão UnB. Futuro acompanhado de reitores de universidades e membros do corpo diplomático belga. Mais informações sobre sua trajetória estão disponíveis em: <http://en.pascalsmet.be>

admit that it will not be living in Brasília. I prefer the beach, the Mata Atlantica. Who knows?

Anyway, I am very happy that you gave me the opportunity to speak today, together with the important delegation of Flanders, the Flemish community of Belgium. We are here not only with the vice-chancellors and their deputies but also with the heads of university associations. All our university and university colleges are part of associations and all the heads of the associations are here which means that not only the universities are present but the higher education sector as a whole and I am very glad that we are all here today. Moreover, I am very honored that you have come to listen on this bank holiday. I am happy we can talk about the future. On the basis of the debates, we had I will now give a few introductory remarks. So, ladies and gentleman, I should not tell you that the world is subject to a lot of change. It is my conviction that today we are living in a time frame. I remember from my history classes that a time frame is a period in which people live, and during that period - which may be forty, fifty, one hundred years - things change a lot and that is what we are experiencing today.

You know, we are coming from Europe, some would say old Europe, and I think that we are living now in a period in which the economic but also the political power of the West, being both the US and Europe, is shifting to Asia, and I think it has already shifted to Asia and probably Brazil too as well as a few other countries, but to be quite honest and I think I can be honest in a place of free thinking, which universities should be, Brazil is on the brink of being one of these countries of the future, but it is clear that we in Europe and the US have lost our monopoly on good education, we have lost our monopoly on political and economic power, which is not always easy because these last one hundred, two hundred years and today we have to come to terms with this new situation.

This is not always easy and I think there is one big danger that we have to take into account in Europe, meaning that we should not become a kind of museum people will visit to admire the cul-

ture, but at the same time, the future is being shaped elsewhere, probably here in Brazil. I think it is very important to understand that we are living in this time frame and still too many people in Europe and in Belgium too think that we have this monopoly on good education and we are the best qualified and best educated people in the world, but that is no longer the case. As we speak today young people are studying very hard, are investing lots of time in their futures, parents are working hard for them. We call it the after World War II feeling. We experienced this too and somewhere along the way we have lost it.

Secondly, I think in the world we are seeing another very important phenomenon that we are probably underestimating probably a little bit, being the whole urbanization of the world. Here in Brazil you have a big urbanization going on as well and your cities rank among the most populated in the world, but even in Europe we find it hard to conceive that 84% of the world's population live in cities, which means that the ideas and opinions of these people growing up in cities are very varied and this means that people of all walks of life live in the same place and the only thing that they have in common is very often the place they live in and then I think it is very important to understand that these young people grow up in another reality of confrontation, of diversity and this is the case in Belgium in particular, but in a lot of European countries still people have sometimes this countryside ideal. A kind of romanticized ideal of going back to the countryside that has disappeared completely but this implies another way of thinking and we will come back later to this topic.

Another phenomenon that is going on in the world and also one that Europe is having a hard time coming to terms with is the whole idea of immigration, migration and mobility of people. You know, that for a long time people left Europe, very often doing bad things, I mean, Portugal was the colonial power in Brazil and many European countries behaved badly in other countries but today lots of people are coming to Europe and contrary to Australia, Canada, USA, we do not have a kind of nation building migra-

tion. We in Europe are probably getting more immigrants and we are not using it as a nation building tool and that is a completely different approach but you will see, if you look to Europe you will see that nationalism is on the rise and the blame game is popping up again. That is something we should be aware of because the future of the world is a migrating world and people will move no matter what and I should not mention this to Brazilians because Brazilians are to be found everywhere in the world. Everywhere you go on a holiday, you will meet Brazilians and we have 60,000 Brazilians living in Belgium, which is not a lot compared to other countries but nevertheless.

Another phenomenon that is going on in the world is that we are underestimating, and we will come back to this later, the whole digitalization of our society, especially with the tablets that are coming our way and I believe this will be a real game changer. We are thinking in images so much more now and we can talk about it later too, we are living in a society centered on story-telling and images. But this digitalization is bringing people together. The development of the internet is a completely different reality in which we are living. Therefore, this time frame we are living in with urbanization, with migration, with digitalization is upsetting huge numbers of people and is also going back to the old values, the old security, but we should not do that. We should never forget the past but we should always focus on the future. I met your governor this morning and we talked about Distrito Federal and about youth movements and manifestations that are taking place all over Brazil and one beautiful thing that struck me is that young, probably middle class, people here in Brazil demand education for all and this is a lesson to be learned from Europe.

The democratization of our educational system meant that everybody had access to high quality education free of charge and we were able to become a rich society, and one of the most important steps in becoming such a society was education and still is education. So if education is that important and you see that society is changing, then education should change too. And what

I see, and we are having a big debate in Flanders, in Belgium about reforms of our secondary schools, is that the world of compulsory education, primary and secondary schools, and higher education is a very conservative bastion that is not open to change. And in a way it's understandable because education is a system that society imposes on itself to transfer knowledge, values, norms, skills, and by definition it's in a way stuck in the past because it is always running a bit behind but the gap between reality and the system must not be too big, and my feeling is that this gap is becoming too big. And that is a real danger because once again education is a tool that society imposes on itself to educate its people and to run society and if this system is experiencing difficulties it will become impossible to run any society.

Therefore, educational systems have to adjust to new realities. This need for change applies first and foremost to primary and secondary schools and to a lesser extent to universities. Of course, primary and secondary schools are the foundations. When people go wrong there, there will not be a remedy any more in higher education, so we all have an interest in improving these schools. I have already pointed out one of these phenomena. I would like to talk a bit more about this, elaborate a bit more on the digitalization of our world. You might know that the printed word was invented in Belgium a long time ago. We were one of the countries where it all happened and the invention of the printed word was probably the most significant event in education and the transfer of knowledge because mankind no longer had to rely on the spoken word but knowledge was written down and we were able to bring about an increase in scale, to distribute knowledge on a large scale with a lot of people having access to it. The printed word was a very important element in the development of education and it is my conviction that the digitalization and the tabletization will even be more important than the printed word ever was, it will change the educational system completely, I mean completely and will come back to this. We will see that thanks to the development of applications, the inclusion of applications in the transfer of know-

ledge, the very existence of universities, places where you have all the wise men and luckily today women too, not always on the university board though and even in Belgium we have not enough female administrators but we have reached an agreement with the universities that the government will not impose measures on condition that they are able to bring change about themselves. Nevertheless, I would like to stress that we need more women on the boards of universities. We have lots of female students, but not enough female professors and teachers.

Back to digitalization now. This evolution will change the way universities are conceived and function completely. What do I mean by this? Let us now focus on traditional universities – and I would like to stress that it is not my desire to see them disappear – these are places where people try to confront the unknown and find new knowledge and of course confronting the unknown always starts by the known and that you have this freedom of thinking, also in Belgium we are seeing an instrumentalization of universities by political parties, political movements, everybody likes to pick a professor who will say what he wants to say and that is a bad evolution. I think universities should always be places of free thinking and should always be very critical of political powers, should be always very critical of society but should not be linked to political parties or movements and I have a feeling that everywhere in the world this is a tendency that is going on and in a way, I'm going to use strong terms, in a way this is a kind of a prostitution and there is real danger looming on the horizon.

We should instead cherish universities as places for free thinking, but the whole idea that you have people, young students, coming to universities with five hundred, eight hundred, sometimes thousands of students there and you have one person, a professor, giving his course and telling the same jokes year in year out, probably in a very old school-like manner; in the digital era this is of course ridiculous. I mean why should we continue to do that? Why should we invest public money in large infrastructure? We still do it in Belgium which sometimes leads to political

and other squabbling, the transfer of knowledge, the basic knowledge, you can do this on a tablet application and if students do not understand, they can go back and hear it again, they can do it in groups, they can do it everywhere they want and should probably not do it on their own.

They could do it on their own, they could do it in groups too for the ones who need this, but this means if you transfer the basic knowledge like that, the teaching of professors in universities will be completely different because these young girls and boys, they will have the basic knowledge and this is the interesting part, to work with knowledge, to find new knowledge, and then a professor should not be a kind of robot explaining what they already know, he should provoke them and these young students should provoke their teachers too. This implies a completely different approach since universities and professors will not be limited to any given place any more.

If I am a Belgian student and you have a good professor and he has his massive open online course, who would prevent me from hearing what this professor has to say? But of course I need physical contact with the professor too and I need assistance to debate and to see if I really understand it, so the whole idea of universities, of places where we have a fixed group of professors who are working with a fixed group of students is in my view something which will disappear over the the next ten or twenty years. We should reform our educational system and try to reinvent our universities and this probably means much more mobility for professors too. Maybe they should tour the world and maybe we will see that some professors become real stars, kind of rock stars. Why not? I mean, we're living in a period in which people have never been better educated than today. There's a big contradiction in this. We are all very well educated but at the same time it looks like we cannot debate in society anymore because you always have to explain everything in thirty seconds and it's getting worse. I mean, tv journalists, they will say, "why don't you say that?", you know, and then they keep repeating and they start

to cut and then you get something sometimes completely different of what you said in the first place and it is very bizarre, because we never been better educated and at the same time it looks like we are behaving like children. It's a real contradiction. Anyway, professors are much more important and I think that we will see a kind of global league of professors coming in the future and I'm not saying this is good or bad, I am not going to pass a judgment but I think it will come, and the digitalization will help a lot, so that means that not only professors will be 'on the road' a lot more going from one university to the other to confront students, but at the same time students touring the globe too. We should not lock up young people in places. I mean, I believe and people tend not to buy it anymore and one of the reasons why this is so, is that we don't have a common language and we don't live together and people on the planet should live together and the only way to do that is through education and bringing people together. And I think that universities must become 'virtual places of learning' and we should focus less on bricks and mortar.

Today we are seeing the success of MOOCs, the massive open online courses, and hundreds of thousands of students are already taking these courses. People are influenced by this, so if universities want to remain places where knowledge is created, universities have to adapt themselves to the realities of today's world, and the reality of today once again, we increasingly think in images, and maybe this is not wrong, maybe it is good even, but it's something very dangerous because we can get manipulated much more, the chance of being manipulated with images and storytelling is much bigger. So if we want to keep our culture, I do not mean the individual culture of nations, but the culture of mankind, one of the big questions in the future will be "how can we continue to develop, to create, to educate individuals as free thinking individuals who are capable of thinking out of the box, looking critical to things and not being manipulated into frame stories?" My feeling is that for everybody - even for politicians too - it is difficult to leave this 'frame narrative'. I sometimes have

the feeling that we're blind and playing a game we don't want to play. You cannot get out of it. And the only way we can get out of it is to educate young people to think differently and it's also one of the reasons we want to reform our secondary schools. We all know about literacy, we all know how important it is to be able to write. Although, who knows if people will still write next ten years? Maybe it is finished, I do not know, but literacy in a classical way is very important, numeracy is very important, scientific literacy is very important, but we are now introducing a new kind of literacy, it is media and image literacy.

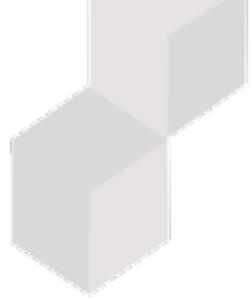
I will tell an anecdote about how it works and then I will finish my presentation. Well, three years ago in Flanders and in Belgium everybody was talking about the aging population, in Europe everybody was saying: "oh, our population is getting old" and then they forgot that in the cities like Antwerp, Brussels, we had a boom of young people. Everybody was talking about these old men and women and the reality was that in the cities we had so many young people and children, and then we were experiencing difficulties because we did not have enough schools for all these children. I 'decreed' in May that by 1st September every child would have a place in a school. Mister Robert Voorhamme who at the time was the city councilor in charge of education in Antwerp, we belong to the same party, so it is easier to work together - and I talked about what we were going to do. And I knew that if I failed, I would be hung out to dry, I would have to resign. Well, that was going through my mind, but I like to take risks. If you take a risk in life, you have to wonder if it is a risk worth taking? Yes or no?

So, I said in parliament "we are going to make sure, and we only have four, five months, but we are going to make sure that every child will be in school by 1st September", which in my opinion is something very logical, I mean, in an educated society, a developed society like Belgium, a very rich country, if we're not going to be able to give every young child a school, it would be a failure of the state. But, hold on, in the press I was attacked because I was a fool. Who the hell did I think I was? I was going to say I am

going to have a place for every kid by the first of September. "He must be kidding." They tried to make a fool of me, and how did they do it? Not really in writing but by way of pictures in newspapers. We should watch them. Politicians appear in newspapers when journalists like you and think you are getting popular and it is a good thing they make very beautiful pictures. They can make very beautiful pictures of me, but they can also make very ugly pictures of me and what is more: ridiculous pictures. Because, you know, sometimes politicians are asked to do something and a fashion magazine asked me if I would do a photo shoot with them, me trying on suits and so on, and because the journalist in question was a friend of mine I said "ok, I'll do you a favor", and then I put a hat on my head, but I look very ridiculous wearing a hat. Nonetheless, I put it on my head, I looked into the mirror, and the photographer took pictures of me and I said "no, no, no. I don't want it", he said "ok, this is good". A quality newspaper, two months later, had a story on its front page about me saying that I would guarantee a school for every child and whose picture was like this (big) in the newspaper? I with a hat looking like a ridiculous guy and its message was very clear: he is saying something but he does not know what he is saying, it is just ridiculous. And that's what they are doing all the time, and it's on television too.

The way they show you on tv, we are - against our wills - subjected to some kind of narrative and the problem is that nobody is aware of it, and you are the only one to change this, society needs you, we have to make people aware of this danger. And that's the reason that we are now developing this image and media literacy courses, not only for young people, but for adults too. So in a nutshell, I think we are on the brink of a complete revolution on the way we organize education. You might know I'm a special type of social democrat, I always say, I believe in state-funded education. I believe that there is something like an intellectual elite, I believe in this. I'm also convinced that not everybody can belong to this intellectual elite, but I'm also convinced that society needs an intellectual elite, but I'm even more convinced that everybo-

dy who is able to belong to this intellectual elite should have at least the ability or the possibility or the opportunity to become a member of this elite and it is my firm belief that a child's family background should not a determining factor. So for the sake of all these individuals, for the sake of society as a whole because society is a group of people, we need that everybody has the opportunity to study, has the possibility to study, and the only way to do that is the state-funded educational system, but if we want to keep this, whether it's primary, secondary schools or institutes of higher education, it needs to offer quality but it has also to adjust itself to the realities of today's world and if the educational system will not do that in the next ten years, it will be replaced by something else and that's frightening me because that something else will not be a society, it will only people sitting together in a big space, and I believe in society and I believe that we can make society. Once again, Mister vice chancellor, thank you very much for giving me this opportunity and I hope - and you don't have to agree with me - that we can have a debate on this and once again I don't have all the answers either and I think that's good, because by debating and thinking together in a place like your university we can confront the unknown and we should not be afraid of the unknown. We should be very happy that we can leave the beaten path. Thank you very much.



A Inovação na Universidade do Século XXI

Alvaro Toubes Prata³⁹

Boa tarde. Inicio agradecendo a oportunidade de estar aqui. Simbolicamente me é muito representativo este convite e sinto-me muito distinguido. Quero saudar a professora Sônia Bão, vice-reitora da Universidade de Brasília, e o senador Eduardo Suplicy que muito me honra com a sua presença. Saúdo também o Decano de Pesquisa e Pós-Graduação, professor Jaime Santana, e, de uma maneira muito carinhosa, saúdo o professor Isaac Roitman. Quero saudar o coordenador executivo da comissão UnB Futuro, professor Fernando Oliveira Paulino, e também a todos os presentes. Agradeço a presença de todos, sobretudo dos amigos, e me alegro muito de poder tê-los aqui. De uma maneira muito especial, quero saudar o ex-reitor da UnB e colega de engenharia mecânica, professor Antonio Ibanez, e o secretário executivo da Andifes, Gustavo Balduino, também engenheiro mecânico forma-

³⁹ Ex-Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC (2008-2012) e então Secretário Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCTI. Alvaro Toubes Prata participou da sessão da Comissão UnB.Futuro em 25/3/2013.

do pela Universidade de Brasília.

Fiquei muito tocado com a homenagem ao meu pai, no início desta cerimônia, e é claro que me lembrei dele quando aqui cheguei. Ele foi uma figura realmente muito marcante e quando o Pró-Reitor Jaime Santana mencionava seu nome, eu me recordava do fato do meu pai ter se tornando mais generoso e tolerante à medida que o tempo foi passando. Ele nos dizia que havia duas maneiras de se envelhecer, uma era se tornando ranzinza e achando tudo ruim; a outra maneira era envelhecer tornando-se generoso e bonzinho. Ele fez a opção por envelhecer bonzinho e de fato meus filhos se beneficiaram muito desse lado generoso do meu pai. Eu me beneficie também, embora tenha convivido por mais tempo com seu lado mais exigente. Por exemplo, quando o meu pai achava que estava nos motivando para a medicina com suas viagens pelo interior do Brasil, na verdade, estava nos mostrando um lado mais árduo da prática médica e com isso eu me afastava da medicina. Essas viagens de estudos muitas vezes ocorriam em condições muito precárias; e em várias ocasiões avançávamos noite adentro examinando as pessoas. Cada membro do grupo tinha que ir com uma atribuição e, normalmente, minha função era coletar o sangue dos pacientes. Às vezes, quando eu estava muito cansado e querendo encerrar as atividades do dia, lembro-me do meu pai dizer: “quando você achar que está muito cansado, exausto, você ainda aguenta o dobro do que já aguentou”. Sempre me recordo dessas palavras quando experimento alguma situação de grande desconforto. Uma das inúmeras coisas que aprendi com ele foi trabalhar duro e com determinação e seriedade. Meu pai acreditava muito no trabalho árduo e no esforço incessante como meio de atingir nossos objetivos. A passagem do meu pai pela UnB foi muito rica e estimulante para ele. Ele sempre se referia à UnB de forma muito carinhosa. Agradeço a lembrança que foi feita do meu pai neste evento.

Nosso assunto hoje é inovação. Eu tenho lidado muito com esse tema que agora é parte importante do meu trabalho no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Uma importante questão que se coloca é se o Brasil é inovador ou não? O brasileiro é criativo?

É empreendedor? Faço aqui algumas reflexões de forma ampla e opinativa e embasada, sobretudo na minha trajetória acadêmica. Desculpo-me de antemão com os mais eruditos no assunto. É que trago o viés da minha formação como engenheiro e da minha atuação como professor universitário, não especialista no tema. Tais condicionantes devem ser devidamente ponderados.

Cheguei ao MCTI pela mão do ministro Marco Antônio Raupp que, no início de 2012, convidou-me para ocupar a Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. Na época, eu era reitor da Universidade Federal de Santa Catarina e só pude aceitar o convite em meados de maio ao término do meu mandato na UFSC. Minha missão no ministério tem sido envidar esforços para aproximar a academia do setor industrial, sobretudo implantando algumas ações que estavam em curso no ministério. O ministro, que foi professor de matemática desta casa, tem tido uma visão muito pragmática da interação entre universidade e indústria em prol da inovação e diversos avanços têm sido realizados.

Inicialmente vamos considerar alguns números associados ao Brasil. Primeiro, lembremos que são apenas seis os países com mais de quatro milhões de km² e o Brasil é um deles. O mundo tem aproximadamente 240 países, sendo o maior deles a Rússia com 17 milhões de km². Enorme. O segundo país em dimensão territorial é o Canadá que tem um pouco mais da metade da área da Rússia, ou seja, dez milhões de km². O terceiro, quarto e quinto são mais ou menos do mesmo tamanho, Estados Unidos, China e Brasil. Ainda, não são muitos os países com mais de 100 milhões de habitantes. A China tem 1,3 bilhões de habitantes, a Índia tem 1,2 bilhões de habitantes, e o Brasil com seus 200 milhões de habitantes é o quinto país em população. Em termos econômicos, também o Brasil se coloca entre os principais países. O país mais importante economicamente é os Estados Unidos com um produto interno bruto de 15 trilhões de dólares. O Brasil é a sétima economia do mundo, com 2 trilhões de dólares de produto interno bruto, e caminha para ser a quinta economia do mundo, muito provavelmente, ultrapassando a Inglaterra e a França até o final da década. Esses números impres-

sionam, sobretudo se notarmos que o Brasil não é um país pronto, acabado. Países como Canadá, Austrália, Itália, Espanha e mesmo a Argentina, por exemplo, são países aparentemente mais ricos que o Brasil, principalmente, por não apresentarem tantas desigualdades e tantos contrastes. Aliás, essa é uma característica muito marcante do Brasil. É um país de contraste. Ainda que seja uma economia forte e rica em muitos aspectos, as desigualdades vigentes mostram aspectos mais característicos de um país pobre, que não consegue proporcionar amplamente aos seus cidadãos um nível mínimo de qualidade de vida.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito a vantagens competitivas do Brasil associadas aos seus recursos naturais. Temos um bom solo e inúmeras riquezas naturais como água em abundância e minerais estratégicos. Nossa matriz energética é diversificada e fazemos uso ampliado de energias renováveis. Quase cinquenta por cento da energia consumida no país provém de fontes renováveis. Quando se considera apenas a energia elétrica, o percentual de energia renovável ultrapassa oitenta por cento. Somos o único país de grande porte que tendo carvão não faz seu uso ampliado para geração de energia. Esse é um fato surpreendente, sobretudo se consideramos que os nossos recursos energéticos associados ao carvão são uma vez e meia superior aos recursos energéticos associados ao nosso petróleo e gás. Ainda, mais e mais temos aumentado o uso da energia eólica e solar. Somos hoje o 15º país na geração de energia eólica no mundo e a expectativa é de alcançarmos a segunda posição até o final da década, atrás apenas da China.

Além dos aspectos positivos mencionados anteriormente, outra importante vantagem competitiva do Brasil é sua capacidade de gerar conhecimento científico. Somos hoje um país importante do ponto de vista científico, e parte significativa do conhecimento científico produzido no mundo se dá no Brasil. Em algumas áreas como a medicina tropical, 18% do conhecimento que é gerado no mundo é gerado no Brasil. Somos o 13º país do mundo em produção de artigos científicos publicados em periódicos indexados. É sempre difícil avaliar a validade desses rankings, mas esse é um indicador

da Thomson Reuters, que é muito aceito nos meios científicos. Além de cientificamente importante, temos uma população criativa e empreendedora. Menciono também aqui o “jeitinho brasileiro”. Não me refiro ao aspecto menos virtuoso dessa característica, que está associado à esperteza e malandragem. Refiro-me à perseverança e à determinação que faz com que o brasileiro siga tentando sempre e não aceite “não” como resposta. O brasileiro sempre dá um “jeito” de contornar uma dificuldade para conseguir uma solução que lhe satisfaça. Para isso ele é criativo e inova.

Apesar das nossas diversas vantagens competitivas em relação a outros países, precisamos também destacar que somos um país de contrastes e que temos muitas fragilidades. Somos um país com grandes desigualdades: econômicas, regionais e sociais. Na raiz das nossas desigualdades, está o problema da educação. É certo que não temos conseguido oferecer uma educação de qualidade para nossas crianças, em particular, e nossa população, em geral. A questão da educação científica das nossas crianças, especificamente, é muito séria. Crianças mal educadas cientificamente se tornam adultos ignorantes cientificamente. Nossa educação científica deficiente resulta em uma sociedade que é distante das ciências naturais e da matemática, e também da tecnologia. De uma maneira geral o brasileiro leigo não se interessa pela física, química e biologia. Por conseguinte, somos uma sociedade distante de uma cultura tecnológica e, pior do que isto, muito ignorante em ciência e tecnologia. Temos, portanto, dificuldade de apreciar os avanços científicos e de compreender, em maior profundidade, os avanços tecnológicos advindos da aplicação do conhecimento científico para propósitos práticos. Isso afeta a nossa capacidade de inovar tecnologicamente e também a nossa competitividade industrial.

Mencionamos anteriormente que somos um dos países mais populosos do planeta. No entanto, somente 15% dos nossos jovens quando concluem o Ensino Médio continuam estudando. Colocado de outra forma, 85% dos jovens brasileiros quando concluem o ensino médio não fazem o que eles poderiam e deveriam fazer de melhor para eles próprios e para o país, ou seja, continuar in-

vestindo nas suas formações. A combinação da baixa escolaridade com o distanciamento das ciências e da matemática resulta em uma inexpressiva formação de engenheiros, refletindo, por exemplo, na dificuldade crescente de encontrarmos profissionais qualificados para fazer frente à grande demanda que temos por obras de infraestrutura. Para cada 100 jovens que concluem anualmente o curso superior, apenas seis se graduam em engenharia. Esse é um número extremamente baixo, sobretudo para um país em desenvolvimento como o Brasil. Convém aqui lembrarmos que nos países asiáticos esse número é superior a trinta. O mesmo engenheiro que nos falta nas obras de infraestrutura, nos falta também para o desenvolvimento tecnológico. Temos perdido competitividade industrial por agregar pouca tecnologia aos nossos produtos e processos. Nos faz falta, portanto, engenheiros e pesquisadores criativos que possam atuar no setor industrial alavancando o desenvolvimento tecnológico e a inovação.

O Brasil produz ciência de bom nível, mas não consegue converter amplamente esse conhecimento científico em benefícios econômicos e sociais. É claro que temos importantes exceções dentre as quais se destacam o setor agrícola e de produção animal, a aviação civil, a área de petróleo e gás, os biocombustíveis e a automação bancária. Contudo algumas características tornam nossa capacidade científica pouco acessível para o setor industrial. Entre as mais notórias estão:

- (i) Grande parte da ciência no Brasil é produzida nas universidades com pouca participação do setor industrial;
- (ii) Há pouca interação entre as Universidades e a Indústria;
- (iii) As Universidades, por questões ideológicas ou por dificuldades burocráticas, não favorecem e muitas vezes dificultam o relacionamento com as empresas;
- (iv) As empresas não se apoiam no desenvolvimento tec-

nológico como estratégia de competitividade e investem pouco em pesquisa e desenvolvimento;

- (v) O setor público tem tido pouco sucesso em identificar e resolver os principais gargalos que dificultam o estabelecimento de uma cultura empreendedora que favoreça o desenvolvimento tecnológico e a inovação.

Como consequência do baixo índice de inovação em muitos setores industriais, nossa carteira de exportações se apoia mais e mais em produtos com baixo valor agregado. O Anuário Estatístico de 2012 do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, MDIC, indicou que os seis principais produtos exportados pelo Brasil, totalizando 47% das nossas importações, são: minério de ferro e seus concentrados (16,3 %), soja em grão e óleo (8,6 %), óleos brutos de petróleo (8,4 %), açúcar (5,8 %), carnes de frango e boi (4,4 %), e café (3,1%). Nossa balança comercial desde 2006 já apresenta um decréscimo de superávit causado, sobretudo pelo crescente déficit na balança comercial dos produtos industrializados. Penso ser inadmissível que o Brasil, com a sétima economia do mundo e possuindo uma boa ciência, apoie suas exportações em produtos com baixos valores agregados. Hoje nosso maior parceiro comercial é a China, que nos pagam US\$ 160 pela tonelada que nos compram e nós pagamos US\$ 3.000 pela tonelada que eles nos vendem. Por que a tonelada deles é 20 vezes mais cara que a nossa? Simplesmente porque a tonelada deles agrega mais tecnologia. Certamente, uma tonelada de minério de ferro é bem mais barata do que uma tonelada de aparelhos de condicionamento de ar, por exemplo.

Para sermos mais competitivos tecnologicamente, precisamos melhorar em algumas vertentes. Primeiro devemos aumentar nosso investimento público e privado em pesquisa e desenvolvimento. Hoje investimos perto de 1,3% do nosso Produto Interno Bruto, PIB, em pesquisa e desenvolvimento. Os países que são mais competitivos tecnologicamente investem acima de 2,0% dos seus PIB's em P&D. Alguns, como Finlândia, Israel, Suécia, Japão e Coreia do Sul

investem acima de 3,5% do PIB em P&D. A segunda vertente é aumentar o número de cientistas e engenheiros que atuam em P&D. Temos hoje em torno de 800 cientistas e engenheiros por milhão de habitantes trabalhando em P&D. Precisamos elevar esse número para pelo menos 3.000. Os países mais competitivos tecnologicamente possuem acima de 5.000 cientistas e engenheiros por milhão de habitantes envolvidos com P&D. As duas metas aqui apresentadas, aumentar o investimento em P&D percentualmente ao nosso PIB, e elevar o número de cientistas e engenheiros, requerem um enorme esforço. O Brasil é um país com inúmeras necessidades e demanda recursos significativos para superar suas necessidades. Precisamos melhorar nossa educação, saúde, segurança, mobilidade urbana, infraestrutura rodoviária, portuária e aeroportuária, para citar alguns exemplos. Aumentar a parcela do PIB que é investida em P&D representa priorizar um setor que é menos percebido como prioritário pela população brasileira. Da mesma forma, sair dos nossos atuais 800 cientistas e engenheiros para pelo menos 3.000 por milhão de habitantes, requer uma melhoria substancial do nosso sistema educacional, além de um aumento proporcional do interesse dos jovens nessas profissões. Conforme mencionamos anteriormente, para isso, precisamos melhorar em muito a educação para a ciência das nossas crianças. Ainda, à medida que aumentarmos nosso percentual de cientistas e engenheiros precisamos criar condições para que eles atuem no setor industrial. Diferentemente, dos países desenvolvidos e em desenvolvimento com os quais competimos, em torno de 70% dos nossos cientistas e engenheiros atuam nas universidades e instituições públicas e somente 30% destes profissionais atuam no setor privado. Via de regra, essa relação é invertida nos países referência, onde 70% dos cientistas e engenheiros atuam no setor privado.

Para sermos mais inovadores e mais competitivos tecnologicamente, precisamos formar pessoas com mais competências e habilidades empreendedoras. Precisamos promover a pesquisa, o desenvolvimento, e a inovação empresarial, e ao melhorarmos nossos índices educacionais, precisamos ampliar o foco nas ciências natu-

rais e nas áreas tecnológicas. Olhando em perspectiva, vemos que são três os grandes desafios que devemos perseguir: educação, inovação e empreendedorismo.

Ao falar de educação nesse contexto mais ampliado, é conveniente recordar o escritor José Saramago quando esse afirmava que “dentro de nós há uma coisa que não tem nome, essa coisa é o que somos”. A maneira de nos revelarmos a nós próprios e com isso identificarmos nosso maior potencial é através da educação. A educação nos transforma, e nos revela. Precisamos recuperar o papel transformador da educação e educar nossas crianças e jovens em um sentido mais abrangente da palavra. No contexto explorado aqui, precisamos educar também para a inovação e o empreendedorismo. A educação nos permite separar o verdadeiro do falso, e a verdade fortalece. Jovens educados pensam por si mesmos e com isto têm autoestima e confiança, que são características importantes para a atividade empreendedora. Há muitas oportunidades para estimular a inovação a partir do Ensino fundamental e Médio, mas como estamos tratando da inovação na universidade do século XXI, é preciso reconhecer que o papel das universidades e da formação em nível de terceiro grau tem exigido importantes transformações nas nossas instituições. É comum dizermos que nossos alunos são do século XXI, os professores do século XX e as universidades do século XIX. As instituições de Ensino Superior brasileiras do século XXI precisam ter um forte compromisso social para que sejam incluídas e com isso possamos elevar a nossa taxa de escolaridade. Mais e mais teremos que utilizar o ensino à distância em complementação ao ensino presencial. Aspectos ligados à mobilidade estudantil deverão ser mais e mais estimulados para que nossos estudantes possam ter uma formação multicultural, incluindo a internacionalização das instituições. O professor deverá se conscientizar que seu papel não é ensinar, mas inspirar e motivar, e é atribuição do aluno estudar, aprender e se educar. O professor atuante e dinâmico estimulará os alunos a inovar e empreender. Cursos interdisciplinares e currículos flexíveis deverão se tornar a regra, e não a exceção. Não devemos ensinar aos nossos alunos aquilo que eles podem e devem aprender por si próprios. Os aspectos mencionados anteriormen-

te são praticados nas melhores universidades em nível mundial e as universidades brasileiras, se quiserem sobreviver, precisarão se modernizar. Essa universidade brasileira moderna deverá abrigar a inovação tecnológica como uma das importantes vertentes de sua atuação. Certamente que o aluno egresso dessa universidade estará mais bem preparado para enfrentar uma atividade profissional mais desafiadora, que inclui inclusive a aceitação do risco inerente à prática empreendedora.

O segundo grande desafio que devemos perseguir é a inovação tecnológica. Somente através da inovação, seremos mais competitivos industrialmente. A inovação tecnológica deve ser crescentemente incorporada ao esforço de nos tornarmos cientificamente mais relevantes. Da mesma forma que temos formado pessoas qualificadas e estimulado a busca do conhecimento científico, devemos estimular a arte de aplicar a ciência para propósitos práticos. Nosso conhecimento científico deve ser capaz de produzir riquezas e benefícios sociais. Nesse contexto, me refiro tanto à inovação como uma forma de agir e de exercício profissional, como à institucionalização da inovação como política pública e enfoque empresarial.

As inovações em grandes corporações requerem um gerenciamento formal através de procedimentos estruturados que contemplam orçamentos elevados, processos padronizados e acesso controlado ao conhecimento. Estamos falando aqui de uma atividade dispendiosa e demandante de vultosos recursos. No entanto, há a inovação frugal que busca oportunidades nas adversidades e se apoia na busca de mais com menos. Essa inovação frugal requer flexibilidade no pensar e no agir, e simplicidade nas suas práticas. Ela tende a ser inclusiva e se apoia fortemente na intuição. No Brasil, há amplo espaço para a prática de ambos os formatos. Enquanto que a primeira se apoia no gerenciamento da inovação e é fomentada por políticas e estímulos de governo, a segunda é fruto de uma cultura disseminada por um efetivo processo educacional. Idealmente, uma complementa a outra e países bem-sucedidos industrialmente primeiro passaram pela inovação frugal para depois alcançarem níveis elevados de grandes corporações inovadoras. São vários os bons exemplos que podem ser dados e

me detenho aqui em lembrar o período em que os Estados Unidos da América começavam a construir sua independência. Muito do progresso alcançado se deveu a algumas figuras emblemáticas como Benjamin Franklin. Além de ser um homem público destacado, Franklin foi um importante inventor frugal cujas realizações muito contribuíram para a sociedade de sua época. É dele o conceito de uma instituição como o corpo de bombeiros e também os correios. Ele inventou o fogão de Franklin que era mais seguro, consumia menos lenha e aquecia mais do que os modelos convencionais existentes na época. Inventou o para-raios e também as lentes bifocais. Todas estas invenções foram realizadas desprovidas de uma motivação financeira ou comercial, mas pensadas para melhorar as condições de vida das famílias de sua época. Observe-se nesse exemplo de Franklin sua curiosidade científica, seu espírito inventivo e seu viés empreendedor.

Vamos, por fim, explorar brevemente o desafio de ampliar o empreendedorismo na nossa sociedade. Sabemos que bons empreendedores se forjam através do interesse por um conhecimento específico, aliado à determinação e autoconfiança individuais. Essas características dos empreendedores não são natas, mas se constroem através de uma educação que transforma os jovens e lhes abre novas e diferentes perspectivas de vida. Com muita competência, ao longo dos anos, nós brasileiros aprendemos a gerar conhecimento científico em nossas instituições – sobretudo acadêmicas. Sabemos atuar em P&D, mas nós ainda não aprendemos a gerar riqueza e bons negócios a partir do conhecimento existente. Isso requer inovação e empreendedorismo, atividades menos estimuladas nas nossas instituições escolares. Observem que nossos melhores universitários não são estimulados a criar empresas. Nossos melhores universitários são estimulados a continuar estudando. A prática em nossas universidades têm sido: acabou a graduação, faça o mestrado, acabou o mestrado, faça o doutorado, acabou o doutorado, torne-se um pesquisador na universidade. Precisamos mais e mais mostrar aos nossos bons alunos que há, sim, vida virtuosa fora da universidade, como empreendedores. Convivendo com projetos ousados e com riscos de não serem exitosos em um primeiro momento. Conviver com riscos é parte da atividade empreendedora e

da construção de uma empresa inovadora.

Ao terminar, insisto que devemos nos inspirar nos bons exemplos que encontramos em muitos dos países que nos servem de referência, mas devemos, sobretudo, construir nossos próprios exemplos. Convém aqui lembrar Graham Bell quando ele afirmava: “nunca ande pelo caminho traçado, pois ele conduz somente até onde os outros foram”. Somos um país único e com características muito particulares. Possuímos uma diversidade humana ímpar, muito bem observada pelo antropólogo Darcy Ribeiro, quando ele diz: “herdamos dos índios essa capacidade e esse talento para o convívio, dos negros essa espiritualidade e dos europeus a sabedoria ocidental. Estamos prontos para ser uma das civilizações do mundo”. A universidade brasileira do século XXI deve ser capaz de educar nossos jovens dentro dessa perspectiva, e a partir dela nos transformar em uma nação competitiva e inovadora. Muito obrigado.

